

DESDE 1932
EDIÇÃO 25.090

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Fundador:
José Costa
Presidente:
Adriana Costa Muls

diariodocomercio.com.br | Belo Horizonte, quarta-feira, 29 de maio de 2024 | R$ 3,50

DIVULGAÇÃO / METRÔ BH



A concessionária Metrô BH, do Grupo Comporte, anunciou a compra de 24 novos trens para modernizar e renovar a frota que circula na Capital

Linha 2 do metrô poderá iniciar operações em 2028

Construção do trecho entre Nova Suíça e Barreiro deve ser iniciada em setembro

A construção da Linha 2 do metrô de Belo Horizonte, que ligará o bairro Nova Suíça ao Barreiro, deve ser iniciada em setembro e as operações estão previstas para começar no primeiro trimestre de 2028, antes do cronograma previsto em contrato (2029). O anúncio foi feito ontem, durante evento que celebrou a compra de 24 novos trens pela concessionária Metrô BH, do Grupo Comporte.

O CEO da Metrô BH, Ronaldo Vancellote, afirmou que 300 imóveis serão removidos para a realização das obras. A frota do metrô da Capital tem 35 trens, sendo 25 da série 900, da década de 1980. Esses serão substituídos pelos novos carros. Outros dez trens são da série 1000, que começaram a operar em 2015. Os novos trens serão fabricados pela empresa chinesa Changchun Railway Vehicles, subsidiária líder da maior fabricante de material rodante do mundo, a CRRC Corporation Limited (CRRC). Pág. 3

IPCA-15 sobe 0,60% neste mês na RMBH, aponta o IBGE

Impulsionado pelos aumentos nos preços de 5,83% da gasolina, de 11,41% do etanol e de 9,75% da passagem aérea, o IPCA-15 subiu 0,60% na RMBH em maio, acima da média nacional, que ficou em 0,44%. A alta da inflação na Grande Belo Horizonte foi a terceira maior entre as 11 áreas pesquisadas pelo IBGE. No acumulado em 12 meses, a RMBH apresentou a maior elevação, de 4,51%. Pág. 5

AMM realiza o Congresso Mineiro de Municípios

O 39º Congresso Mineiro de Municípios será realizado pela AMM no Expominas nos dias 4 e 5 de junho A presidente do DIÁRIO DO COMÉRCIO e coordenadora do Movimento Minas 2032, Adriana Costa Muls, irá abrir o painel "Sustentabilidade e Eleições: A força das agendas socioeconômicas e ambientais no desenvolvimento do pleito e dos municípios", no dia 5, às 9h, na Sala Centro-Oeste. Pág. 4

VBP do agronegócio de MG tende a ser recorde

Estimado em R$ 127,07 bilhões, o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) de Minas Gerais deve bater o recorde neste não, com alta de 1,8% frente a 2023. A projeção é da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa) com base nos dados até abril. Com crescimento de 12,5%, o faturamento bruto do café está previsto em R$ 30,3 bilhões. Pág. 10

MARCUS DESIMONI / NITRO



O VBP do café está estimado em R$ 30,3 bi neste ano

Absolut Nutrition prevê aporte de R$ 50 milhões

A Absolut Nutrition planeja investir cerca de R$ 50 milhões em Sete Lagoas, na região Central, nos próximos cinco anos, a partir de 2024. A indústria mineira do ramo de suplementos alimentares vai ampliar a fábrica e o centro logístico, com a aquisição de equipamentos, além da construção de uma sede administrativa. A produção será expandida de 150 toneladas para 300 toneladas mensais. Pág. 8

DIVULGAÇÃO / ABSOLUT NUTRITION



A produção da fábrica de Sete Lagoas será ampliada

Desembolsos do BNB registram queda de 19,6%

Os desembolsos do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) caíram 19,6% no primeiro quadrimestre em relação ao mesmo período de 2023. O montante foi de R$ 772 milhões. A superintendente em exercício da instituição de fomento em Minas Gerais, Jeanne Brandão, atribui a queda à maior inadimplência das empresas, principalmente de grande porte, refletindo a difícil recuperação no pós-pandemia. Pág. 15

DIVULGAÇÃO / BNB



Os financiamentos do BNB somaram R$ 722 milhões

Trabalho remoto reúne equipes de vários países

A revisão dos modelos de trabalho de boa parte das empresas, imposta pela pandemia da Covid-19, levou as organizações brasileiras a recorrer a profissionais qualificados em todo o mundo, por meio do trabalho a distância. A gestão de formato remoto passou a fazer parte do cotidiano de gestores, com o desafio de comandar pessoas em diferentes países, sem descumprir as legislações trabalhistas. Pág. 11

MARCELO CAMARGO / AGÊNCIA BRASIL



O trabalho a distância ganhou força com a Covid-19

ARTIGOS

EDITORIAL

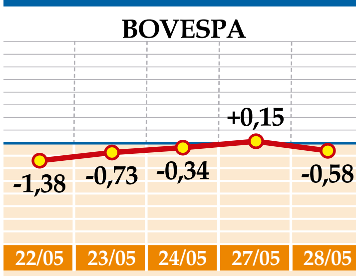
Os dois prédios principais da Cidade Administrativa, os edifícios "Minas" e "Gerais", estão vazios e fechados há aproximadamente um mês, com seus cerca de 7 mil funcionários trabalhando em regime de *home office*. A desocupação foi consequência da interdição dos 54 elevadores após ser constatada falha estrutural na instalação dos equipamentos, com riscos para seus usuários. Não existem ainda explicações técnicas sobre o sucedido, mas admite-se que possa ter havido falhas construtivas graves, com evidências e outros percalços que puderam ser observados desde a inauguração do conjunto que representou, para o Estado, investimentos de aproximadamente R$ 1 bilhão. É preciso saber o que aconteceu para que sejam apuradas responsabilidades. Pág. 2

Dólar - dia 28		
Comercial	Compra: R$ 5,1540	Venda: R$ 5,1530
Turismo	Compra: R$ 5,1700	Venda: R$ 5,3500
Ptax (BC)	Compra: R$ 5,1532	Venda: R$ 5,1538

Euro - dia 28	
Compra: R$ 5,6051	Venda: R$ 5,6078

Ouro - dia 28	
Nova York (onça-troy):	US$ 2.361,16
BM&F (g):	R$ 390,98

TR (dia 1º):	0,0870%
Poupança (dia 1º):	0,5874%
IPCA-IBGE (Abril):	0,38%
IPCA-Ipead (Abril):	0,24%
IGP-M (Abril):	0,31%



Engenharia já - para o desenvolvimento e cultura

VIRGINIA CAMPOS *

As imagens do(a) profissional da engenharia de capacete e botas, portando equipamentos manuais de aferição e segurança, tendo ao fundo cenário de obra, mineração, estações de tratamento de água ou equipamentos de geração e distribuição de energia não são equivocadas, mas, apesar de predominantes, não são as únicas a representar a arte de engenhar. O campo das engenharias é vastíssimo.

Considerando que a essência de todas as engenharias é a busca de soluções, algumas são de fácil reconhecimento e lembrança, como as majoritariamente retratadas, além das engenharias agrícola, de cálculos estruturais, transporte, mecânica, elétrica, hídrica, geológica, de minas e florestal. Mas, existem ainda outras engenharias que sequer são conhecidas para o grande público, como a alimentar e as do campo da saúde.

O que menos ainda se sabe, entretanto, é que há engenharia na cultura. Sim, a engenharia é uma manifestação cultural, como resultado das reflexões humanas. São registros do conhecimento da relação entre o ser humano, sua natureza, fragilidades e demandas, e as Ciências da Terra. A título de exemplo, não sem sentido denominamos obras de arte o conjunto de obras da Engenharia Civil, que constituem as redes viárias. Caminhos pavimentados para a circulação de pessoas, veículos ou produtos e, assim, de interligação e promoção de culturas. Como não reconhecer grandeza na engenharia viária, a vencer barreiras, aparentemente intransponíveis, nos inúmeros túneis, viadutos e pontes existentes em tantos percursos? Como não considerar a influência determinada desse conjunto de obras, no intercâmbio de culturas e riquezas, transportando pessoas para novas paisagens, novos olhares e, daí, novos conhecimentos? Transcrevendo fala do secretário de Cultura e Turismo do Estado de Minas Gerais, Leônidas Oliveira, "arte, cultura, engenharia e arquitetura humanizam o mundo, trazem novo alento à vida e tornam a vida melhor".

Fundada em 1931, a Sociedade Mineira de Engenheiros – SME vem, desde então, firmando sua missão de estar a serviço do Estado de Minas Gerais, ao colocar toda competência técnica e de seus associados, especialistas nas mais variadas artes de engenhar soluções, à disposição dos mineiros. E, mais recentemente, aceitamos o desafio de fazer com que a SME volte a ser ativa participante da vida econômica, cultural e social do nosso Estado. Movidos pelo lema: engenharia é diálogo, inovação, cultura e arte, no âmbito do projeto SME 100 anos: De todos para todos, queremos posicionar a sociedade, por meio dos nossos espaços, como um polo promotor e dinamizador de atividades e eventos transformadores.

A referência principal é, assim, a nossa sede. Um edifício de 6 andares, cujo projeto arquitetônico é de uma das personalidades icônicas da arquitetura nacional, o grande e premiadíssimo arquiteto Raul de Lagos Cirne; formado pela nossa, também muito bem premiada, UFMG. A obra, pela importância e magnitude, atraiu a atenção da população e o interesse de autoridades, como o governador Aureliano Chaves de Mendonça e o secretário estadual de Planejamento, engenheiro João Camilo Pena. Ambos foram, por muitos anos, membros do Conselho Deliberativo da SME e participantes ativos de suas atividades. Nossa sede tem cultura e história.

De modo que estamos empenhados na requalificação desse edifício, aparelhando-o para acolher eventos de grande envergadura nos mais diversos campos da arte de engenhar soluções, e, aproveitando o seu posicionamento estratégico, pois, entre os principais eixos do Circuito Cultural Praça da Liberdade. Por meio dessa ação, queremos também recolocar a engenharia no seu lugar de fala no cenário mineiro e nacional.

De fato, acreditamos que a requalificação da Sede da SME é o meio para o importante resgate das engenharias na participação, como liderança e não mais subalterna ou acessória, dos principais temas para o desenvolvimento, a sustentabilidade e a cultura no cenário nacional. Só assim o Brasil, começando por Minas, poderá, enfim, trazer o futuro para o presente. É pela e com a engenharia que o Brasil pode iniciar ser hoje, e de fato, o país tantas vezes prometido para o futuro.

Profissionais e empresas da arte de engenhar, entrem nessa campanha, conheçam nosso planejamento e projeto. Vamos fortalecer a nossa engenharia. Engenharia já!

Presidente da Sociedade Mineira de Engenheiros

Terceiro Setor e ESG: o mesmo lado de uma mesma moeda

TOMÁZ DE AQUINO RESENDE*

Já faz alguns anos que a agenda da ESG – sigla inglesa que remete ao conceito de governança ambiental, social e corporativa – foi agrupada ao cotidiano de muitas empresas privadas e de gestões públicas espalhadas mundo afora. A adesão, aliás, vem sendo tão grande que é possível afirmar que se trata de uma tendência irreversível. Na prática, as organizações passam a tomar decisões levando em conta os potenciais efeitos sociais e ambientais. Ou seja, a consciência em torno do seu papel na sociedade é um fator determinante que muitas vezes subjuga o próprio interesse econômico.

Essa tomada de consciência ainda é recente no mundo corporativo, mas está longe de ser uma novidade na pauta das organizações da sociedade civil (OSCs). Aliás, fazemos justiça quando lembramos que o Terceiro Setor nasceu exatamente da necessidade de se promover um impulso social e ambiental. Mais do que isso, as primeiras entidades no Brasil já identificavam a incapacidade do Estado de promover as transformações que a própria Constituição Federal lhe imputava.

O Mapa das Organizações da Sociedade Civil, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2020, mostra que, das 815 mil OSCs em atividade no País naquele ano, 35,9% atuavam no desenvolvimento e na defesa de direitos e interesses, enquanto outros 29,6% realizavam atividades específicas mantidas por alguma entidade religiosa. Cultura e recreação (10,9%), assistência social (3,6%) e educação e pesquisa (3,6%) vêm na sequência dos setores predominantes. Todos esses segmentos são provas cabais do quanto as OSCs nascem e atuam para atender diretamente às necessidades da população.

Por isso, chega a ser ultrajante o pensamento de que o Terceiro Setor está distante dos princípios da ESG. Uma organização que tenha por objetivo garantir o acesso de uma comunidade à educação ou à saúde, por exemplo, já trabalha com o propósito de romper com a desigualdade que serve de nascedouro para a miséria, para a violência e para o trabalho infantil, dentre tantas outras mazelas.

Mas isso não significa que não haja falhas na conexão com a ESG. Muitas entidades ainda carecem de uma estruturação e de acesso a recursos que alavanquem seus resultados. Apesar de bem intencionadas, algumas ainda operam num nível de informalidade que tende a distanciá-las de qualquer possibilidade de ampliar sua captação junto a grandes investidores, como o próprio poder público. Outras que estão formalizadas acabam pecando por um descompromisso com outras medidas importantes associadas à ESG.

Falta, portanto, conscientização e orientação especializada que torne todos os seus procedimentos internos melhor atrelados a uma agenda sustentável e devidamente adequada às necessidades sociais. Mas, via de regra, não se encontra nenhuma OSC resistente a essas mudanças, por mais complexas que sejam. Pelo contrário, há boa vontade e predisposição de realizar movimentos que alcancem reflexo ainda maior para a sociedade num todo.

Até porque as pessoas que participam ativamente do Terceiro Setor naturalmente já se nutrem de um papel que talvez ainda falte ao atores do setor privado e até mesmo dos órgãos públicos: diferentemente destes, ele já é movido pelas necessidades coletivas. Não há organização que consiga sobreviver estritamente com o intuito de atender a interesses pessoais e escusos. Essa é apenas mais uma prova inequívoca do quanto a governança mantém uma relação de intimidade com o funcionamento das OSCs. Que isso sirva de exemplo para o restante da cadeia econômica e política no País.

**Advogado, especialista em terceiro setor, intersetorialidade, Promotor de Justiça aposentado e presidente da Confederação Brasileira de Fundações (Cebraf)*

DIÁRIO DO COMÉRCIO

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.

Fundado em 18 de outubro de 1932
Fundador: José Costa

Presidente do Conselho Gestor
Luiz Carlos Motta Costa
conselho@diariodocomercio.com.br

Presidente e Diretora Editorial
Adriana Muls
adriana.muls@diariodocomercio.com.br

Diretor Executivo
Yvan Muls
yvan.muls@diariodocomercio.com.br

Conselho Consultivo
Enio Coradi, Tiago Fantini Magalhães e Antonieta Rossi

Conselho Editorial
Adriana Machado - Claudio de Moura Castro
Lindolfo Paoliello - Luiz Michalick
Mônica Cordeiro - Teodomiro Diniz

Valores esquecidos

Não pode passar batido o fato de que os dois prédios principais da Cidade Administrativa, os edifícios "Minas" e "Gerais", estão vazios e fechados há aproximadamente um mês, com seus cerca de 7 mil funcionários trabalhando em regime de home office. Como se sabe, a desocupação foi consequência da interdição dos 54 elevadores após ser constatada falha estrutural na instalação dos equipamentos, com riscos para seus usuários. Não existem ainda explicações técnicas, precisas, sobre o sucedido, mas admite-se que possa ter havido falhas construtivas graves, com evidências e outros percalços que puderam ser observados desde a inauguração do conjunto que representou, para o Estado, investimentos de aproximadamente R$ 1 bilhão.

É preciso saber o que aconteceu, porque aconteceu e como aconteceu para que também sejam apuradas responsabilidades e, sendo o caso, reclamada a devida indenização. Inclusive no que toca ao reparo dos elevadores e de sua instalação, que não teria sido feita conforme o projeto. Pressa, redução de custos ou desvios de recursos são possibilidades que, conforme as avaliações preliminares, não devem ser descartadas. O acúmulo de problemas verificados desde a inauguração em 2010, com a fixação das esquadrias e vidros, além de forros, sistemas hidráulicos e de energia culminaram, agora, com a constatação de que a sede do governo mineiro funcionou durante todos esses anos sem que tenha sido feita sequer vistoria do Corpo de Bombeiros, pré-requisito para liberação de edificações de maior porte.

> *É preciso saber o que aconteceu, porque aconteceu e como aconteceu para que também sejam apuradas responsabilidades e, sendo o caso, reclamada a devida indenização*

Nada em síntese que possa ser varrido para debaixo de algum tapete ou classificado como assunto de menor importância. Eis o entendimento, oportunamente explicitado, do procurador-geral de Justiça do Estado, Jarbas Soares Junior, chefe do Ministério Público, que viu no episódio evidências de falta de cuidado por parte do governo de Minas com a sede do Executivo. Depois de lembrar que o órgão precisa ser provocado, ou demandado, para intervir, o procurador chamou a atenção para a gravidade dos acontecimentos, principalmente face aos investimentos realizados e da aparente identificação de "problemas estruturais, da construção".

São declarações que confirmam preocupações manifestadas anteriormente diante de irregularidades que não podem passar batidas, seja por displicência, seja por alguma forma de conivência. Afinal, a sede do governo mineiro, que carrega todo o significado emblemático do Palácio da Liberdade, deveria por obrigação ser também algo como que a vitrine e o habitat dos valores que por suposto abriga.

Diário do Comércio Empresa Jornalística Ltda.
Av. Américo Vespúcio, 1.660
CEP 31.230-250 - Caixa Postal: 456

REDAÇÃO

Editora-Executiva
Luciana Montes

Editores
Alexandre Horácio — Rafael Tomaz
Clério Fernandes — Cláudia Duarte

pauta@diariodocomercio.com.br

TELEFONES

Atendimento Geral:	3469-2000
Administração:	3469-2004
Redação:	3469-2040
Comercial:	3469-2007

INDUSTRIAL

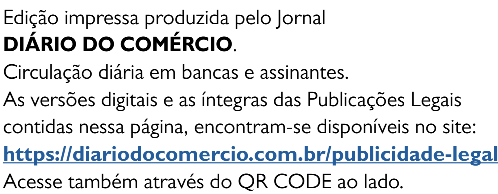
Gerência: Manoel Evandro	3469-2085
Departamento de Arte:	3469-2092

COMERCIAL
comercial@diariodocomercio.com.br

ASSINATURAS (IMPRESSO + DIGITAL)
Semestral:
Belo Horizonte, Região Metropolitana............................. R$ 396,90
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
Anual:
Belo Horizonte, Região Metropolitana............................. R$ 793,80
Demais regiões, consulte nossa Central de Atendimento.
Preço do exemplar avulso... R$ 3,50
(+ valor de postagem)

ASSINATURAS
assinaturas@diariodocomercio.com.br

DIÁRIO DO COMÉRCIO
Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais
SINDIJORI
Siga-nos nas redes sociais


Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: **https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal**
Acesse também através do QR CODE ao lado.

Aplique a metamorfose em sua carreira

*DAVID BRAGA**

Para os amantes da música, é provável que estejam familiarizados com Raul Seixas, um renomado cantor, compositor, produtor e multi-instrumentista brasileiro, frequentemente aclamado como um dos pioneiros do rock nacional, carinhosamente apelidado de "Maluco Beleza". Em 1973, ele lançou a icônica música "Metamorfose Ambulante", que contém o verso "Eu prefiro ser essa metamorfose ambulante, do que ter aquela velha opinião formada sobre tudo". O verso oferece um sábio conselho, aplicável não apenas no âmbito pessoal, mas também no profissional.

Em um mundo em constante transformação, marcado pela rápida adoção de novas tecnologias e pela diversidade de perfis dentro das organizações, a verdadeira sabedoria reside na compreensão de que é vital desaprender para reaprender e, por fim, aprender novamente. O que é eficaz hoje pode facilmente tornar-se obsoleto amanhã. Basta observar as notícias globais para constatar que tudo está em constante mutação, especialmente produtos e serviços. Com a necessidade de proporcionar uma experiência superior aos clientes, tanto em serviços, quanto em produtos, a prática da escuta ativa torna-se essencial. Somente através dela é possível compreender as reais necessidades do cliente e, assim, adaptar-se adequadamente às demandas do mercado em evolução.

É amplamente reconhecido que um líder não é aquele que detém todas as respostas. Na verdade, nunca o foi e certamente não será no futuro. No entanto, cabe a ele, juntamente com sua equipe, estabelecer um ambiente onde todos tenham voz, possam opinar, colaborar, cocriar e questionar o *status quo*. Por isso, saber gerenciar e mediar conflitos é uma parte crucial do escopo de um líder, que precisa orquestrar pessoas, processos e projetos em prol dos resultados esperados pela organização. O líder deve ter sensibilidade em relação aos outros, dar espaço, direcionar e, ao mesmo tempo, gerir equipes multidisciplinares. Dessa forma, as respostas para uma determinada questão podem surgir de qualquer lugar, desde o estagiário até o presidente.

Aqueles que pensam que sabem tudo estão enganados. Por outro lado, fingir conhecimento pode ter consequências prejudiciais tanto para a organização quanto para a carreira individual. Fazer perguntas é uma prática saudável, pois permite compreender melhor determinado assunto. Além disso, perguntas fundamentadas demonstram interesse, conhecimento e preocupação com a organização. Os líderes devem fomentar a busca por conhecimento tanto neles mesmos quanto em suas equipes, pois a curiosidade melhora o engajamento e a colaboração. Geralmente, pessoas curiosas tomam decisões mais assertivas, melhorando o desempenho da empresa ao se adaptar às condições incertas do mercado e às pressões externas.

Ao contrário das crianças, que questionam tudo, os adultos usualmente preferem dar respostas a fazer perguntas. Muitas vezes, por receio de demonstrar ignorância, evitam questionar quando não sabem algo. No entanto, essas dúvidas podem prejudicar seu crescimento na empresa, pois impedem o desenvolvimento seguro das atividades. Portanto, é vital compreender que a curiosidade é uma ferramenta essencial para o desenvolvimento pessoal e profissional. Ser curioso é sair da zona de conforto e buscar constantemente novas perguntas para descobrir respostas na vida.

Caso deseje se destacar e se manter relevante em sua carreira profissional é imprescindível aplicar a metamorfose, tão bem definida por Raul Seixas. Adaptar-se aos novos contextos é uma condição *sine qua non* para alcançar o sucesso profissional. Aqueles que não se adaptarem a essas mudanças correm o risco de ficar para trás. A capacidade de se adaptar leva à resiliência de adversidades, crises ou, mesmo, novas pandemias globais. Ao ser ágil e flexível, é possível ajustar-se rapidamente a novas circunstâncias e manter a entrega eficaz de resultados. Essa capacidade também facilita lidar com mudanças repentinas, reestruturações organizacionais ou adoção de novas tecnologias, contribuindo para a redução do estresse e da ansiedade no ambiente de trabalho.

O aprendizado deve ser um processo contínuo. Frequentemente, a adaptação demanda a aquisição de novas habilidades e conhecimentos, aprimorando tanto as competências interpessoais quanto as técnicas. Indivíduos adaptáveis estão sempre em busca de oportunidades de aprendizado e desenvolvimento, o que os torna mais versáteis e capazes de se destacar em diversas funções e projetos. Atualmente, é fácil acessar conhecimento, mesmo *on-line* e sem custo.

Quanto mais adaptável você for, maior será sua empregabilidade. Profissionais versáteis são mais valorizados pelos empregadores e têm mais chances de encontrar oportunidades de trabalho em diversos setores ou empresas, pois são capazes de se adaptar a diferentes ambientes profissionais. Aqueles que são flexíveis e abertos a novas ideias tendem a se destacar em trabalhos em equipe e a comunicar-se de forma clara e eficaz com os colegas.

Aplicar a metamorfose proporcionará ganhos significativos em sua vida pessoal e profissional. Você concorda que é gratificante aprender coisas novas e ter novas experiências? Portanto, permita-se reaprender todos os dias, constantemente, sem ideias fixas ou preconcebidas. Como sabiamente disse a escritora e jornalista Wandy Luz, «A metamorfose é irreversível. Depois que voa, a borboleta jamais volta a rastejar».

** CEO, board advisor e headhunter da Prime Talent, empresa de busca e seleção de executivos, presente em 30 países e 50 escritórios pela Agilium Group; É Conselheiro de Administração e Professor pela Fundação Dom Cabral e Conselheiro da ABRH MG, ACMinas e ChildFund Brasil. Instagrams: @davidbraga | @prime.talent*

TRANSPORTE

Linha 2 do metrô poderá iniciar operações em 2028

Obras do trecho da Nova Suíça ao Barreiro devem começar em setembro

MARCO AURÉLIO NEVES

As obras de construção da tão esperada Linha 2 do metrô de Belo Horizonte, que ligará o bairro Nova Suíça ao Barreiro, devem começar em setembro e o início das operações está marcado para o primeiro trimestre de 2028. Caso o cronograma se confirme, o funcionamento terá início antes do ano previsto em contrato (2029). A expectativa inicial era que as intervenções fossem iniciadas entre abril e maio, o que não ocorreu, em virtude da aprovação do licenciamento ambiental.

As informações foram divulgadas ontem, durante evento que celebrou a compra de 24 novos trens pela concessionária Metrô BH, do Grupo Comporte, responsável pela operação, modernização e ampliação do sistema metroviário da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

De acordo com o secretário de Estado de Infraestrutura e Mobilidade, Pedro Bruno Barros de Souza, as obras devem ser iniciadas em setembro, podendo inclusive serem antecipadas. O CEO da Metrô BH, Ronaldo Vancellote, por sua vez, revelou que as operações da nova linha começarão no primeiro trimestre de 2028 e 300 imóveis precisarão ser removidos para a construção.

A elaboração dos estudos ambientais para a Linha 2 foi concluída no ano passado. Essa foi a primeira etapa do procedimento, iniciado em outubro de 2023, para viabilizar a nova linha. "É uma obra de longo prazo, nem sei se como governador ainda terei a oportunidade de inaugurá-la, mas fico feliz que viabilizamos", disse o governador Romeu Zema (Novo).

A estimativa é que sejam investidos R$ 3,7 bilhões para melhorias e ampliações ao longo da duração do contrato. Desse total, R$ 2,8 bilhões são aportes do governo federal e cerca de R$ 440 milhões são provenientes do Termo de Reparação assinado pelo governo de Minas, Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), Ministério Público Federal (MPF) e Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG) com a Vale, em decorrência do rompimento da barragem de Brumadinho.

Trens - Os novos trens do sistema metroviário da Capital serão fabricados pela empresa chinesa Changchun Railway Vehicles, subsidiária líder da maior fabricante de material rodante do mundo CRRC Corporation Limited (CRRC).

A expectativa é que o primeiro trem chegue ao Brasil e entre em operação no primeiro semestre de 2026. Os equipamentos rodantes adquiridos vão operar tanto na Linha 1 como na Linha 2 do Metrô BH.

A frota tem 35 trens, sendo 25 da série 900, da década de 1980. Esses 25 serão substituídos pelos novos carros. Outros dez trens são da série 1000, que começaram a operar em 2015 e já possuem ar-condicionado e sistemas modernos.

CONGRESSO DE MUNICÍPIOS

Cidades serão discutidas em evento na Capital

Presidente do DIÁRIO DO COMÉRCIO, Adriana Muls participará de painel sobre sustentabilidade em 5 de maio

MOVIMENTO MINAS 2032

RODRIGO MOINHOS

Nos próximos dias 4 e 5 de junho, Belo Horizonte vai se transformar no palco de discussões sobre "Encerramento de mandatos, eleições municipais e o futuro das cidades", *durante o* 39º Congresso Mineiro de Municípios, que será realizado no Expominas, na região Oeste da Capital. A pauta municipalista estará no centro dos debates, com reuniões e articulações de lideranças, parlamentares e representantes dos governos estadual e federal, promovidos pela Associação Mineira de Municípios (AMM).

O Congresso, voltado para os municípios, terá uma programação intensa sobre esse importante período para as gestões municipais, com mais de 300 palestras temáticas relacionadas às cidades inteligentes, como inovação, tecnologia, governança, mobilidade urbana e proteção ao meio ambiente.

Nesse contexto, a presidente do DIÁRIO DO COMÉRCIO e coordenadora do Movimento Minas 2032, Adriana Costa Muls, irá abrir o painel "Sustentabilidade e Eleições: A força das agendas socioeconômicas e ambientais no desenvolvimento do pleito e dos municípios", juntamente com a secretária-adjunta de Governo, Mila Corrêa da Costa. O painel será no dia 5 de junho, às 9h, na Sala Centro-Oeste.

De acordo com Adriana Muls, o eixo central do Movimento Minas 2032 para o painel será estruturar abordagens sobre a importância das cidades se organizarem de forma mais sustentável na economia, no desenvolvimento social e no meio ambiente.

"Nossa proposta é passar um panorama sobre liderança engajada, mostrar dados e ferramentas para que os gestores organizem suas administrações monitorando os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). E, também, com os indicadores das cidades, trataremos da interface da agenda 2030 nos diversos setores e no governo, pois não podemos deixar de abordar a descarbonização e modelos de urbanismo, desenvolvimento territorial sustentável, reconversão e como seguir com a interiorização dos ODS, simplificando sua aplicabilidade", destacou.

Movimento - A iniciativa está alinhada com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 11: "Cidades e Comunidades Sustentáveis" e com o Movimento Minas 2032 – pela transformação global (MM2032). Liderado pelo DIÁRIO DO COMÉRCIO, o MM2032 propõe uma discussão sobre um modelo de produção duradouro e inclusivo, capaz de ser sustentável, e com o estabelecimento de um padrão de consumo igualmente responsável, com base nos ODS da Organização das Nações Unidas (ONU), preconizados desde 2015.

"Queremos discutir a importância do ODS e levar esse pleito para os candidatos às prefeituras de todos os municípios de Minas Gerais para que eles internalizem os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos seus planos de governo. Também será disponibilizado um *e-book* elaborado pelo Grupo de Trabalho Educação e pretendemos entregar uma carta aos candidatos com sugestões do MM 2032 acerca da Agenda 2032", disse a presidente.

DIVULGAÇÃO / AMM

Edição deste ano do Congresso deve receber 10 mil pessoas

Momento é de transição nas prefeituras

Durante o Congresso da AMM também serão debatidos, em fóruns e salas técnicas, as mudanças climáticas e catástrofes naturais, iluminação pública, gestão de consórcios, convênios e contabilidade, nova lei para contratação de agências de publicidade, comunicação em ano de eleições, licitação e contratação pública, além dos principais temas relacionados à saúde, educação, meio ambiente, assistência social, esporte, lazer, cultura, turismo, economia e desenvolvimento econômico.

De acordo com o presidente da AMM e prefeito de Coronel Fabriciano, Marcos Vinícius da Silva Bizarro (sem partido), a expectativa é grande para esta edição, pois é um momento crucial para as gestões municipais, onde a transição de mandatos e as eleições municipais são temas de extrema relevância.

"O futuro das nossas cidades está em jogo, e é essencial que estejamos preparados para enfrentar os desafios que se apresentam. O Congresso é uma oportunidade única para discutirmos estratégias, compartilharmos experiências e nos capacitarmos para promover o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida em nossos municípios", destaca.

Esta 39ª edição do Congresso espera reunir quase 10 mil participantes durante os dois dias de evento, com a presença de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, parlamentares, secretários, agentes da gestão pública municipal, formadores de opinião, imprensa e sociedade civil.

Juntamente com o Congresso, a AMM também promoverá a Feira para o Desenvolvimento dos Municípios, que chega à sua 37ª edição e conta com a participação de mais de 400 expositores das mais diversas áreas. No local, estarão reunidas instituições, empresas e prestadores de serviços, que acreditam no potencial dos municípios mineiros e na capacidade de obter melhores resultados com as administrações. Portanto, trata-se de um local oportuno para difundir conhecimento, fazer intercâmbio de experiências e interagir com os participantes dos diferentes setores que integram a administração pública, além de fazer contatos com potenciais investidores. **(RM)**

CONJUNTURA

IPCA-15 acelera em maio para 0,6% na RMBH

Região apresentou a terceira maior variação entre as áreas pesquisadas, de acordo com dados divulgados pelo IBGE

RODRIGO MOINHOS

Em maio, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - 15 (IPCA-15) apresentou alta de 0,60% na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), variação superior à nacional, que foi de 0,44%. O índice para a RMBH foi o terceiro maior resultado entre as 11 áreas pesquisadas, de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O grupo Transporte apresentou o maior aumento, da ordem de 1,82% impactando o índice geral de maio em 0,36 ponto percentual. A gasolina, por sua vez, foi a responsável pelo maior impacto individual positivo no índice, registrando 5,83% de aumento na RMBH. Ainda nesse grupo, foram registrados aumentos nos preços do etanol (11,41%) e da passagem aérea (9,75%).

Já as variações acumuladas em 12 meses foram de 4,51% na RMBH, o maior resultado entre as áreas de abrangência da pesquisa (junto com Belém), e de 3,70% no Brasil. Na RMBH, sete grupos apresentaram inflação, sendo eles o de Transportes (1,82%), Saúde e Cuidados Pessoais (1,33%), Vestuário (0,72%), Comunicação (0,44%), Habitação (0,29%), Educação (0,24%) e Despesas pessoais (0,21%).

Apenas dois grupos apresentaram deflação, sendo os segmentos de Alimentação e bebidas queda de 0,37% e Artigos de residência, redução de 0,07%.

Em Saúde e cuidados pessoais a alta foi de 1,33%. Os produtos farmacêuticos subiram 2,40%, em média, o que impactou o índice geral em 0,10 pontos percentuais, após a autorização do reajuste de até 4,50% nos preços dos medicamentos, desde 31 de março.

Outro destaque foi o aumento do perfume, que teve alta de 2,12%. Na Comunicação, o incremento foi de 0,44%, o plano de telefonia móvel aumentou 2,40%. Já o segmento Vestuário subiu 0,72%, as roupas aumentaram 0,71% e impactaram 0,02 pontos percentuais no índice geral.

No grupo de Alimentação e Bebidas, a deflação foi de 0,37% e o principal destaque foi a redução no preço da banana-prata que caiu 31,06%, provocando o maior impacto individual negativo no índice, de -0,16 pontos percentuais. Também foram observados recuo nos preços da banana d'agua (caturra) (-21,98%), do tomate (-13,85%), da laranja-pêra (-10,81%) e das carnes (-1,14%).

Do lado das altas, os destaques foram para o mamão (20,46%), cebola (17,81%), cenoura (11,64%), café moído (9,09%), maçã (5,24%), batata-inglesa (4,39%), e o leite longa vida (2,47%).

> *"Os dados mostram que a inflação está controlada, mas ainda exige atenção. A variação... em maio foi levemente abaixo das expectativas o que pode sugerir que as pressões inflacionárias estão se suavizando"*

DIÁRIO DO COMÉRCIO / CHARLES SILVA DUARTE



Preço da gasolina, que subiu 5,83% na primeira quinzena de maio, foi a principal contribuição para o índice na RMBH

Análise - "Os dados mostram que a inflação está controlada, mas ainda exige atenção. A variação... em maio foi levemente abaixo das expectativas, o que pode sugerir que as pressões inflacionárias estão se suavizando um pouco", diz o sócio da Ipê Investimentos, Fabio Murad, sobre o avanço do índice nacionalmente.

"No entanto, a aceleração em relação ao mês anterior e a influência dos grupos Saúde e cuidados pessoais e Transportes indicam que ainda há fatores de risco, considerando a meta de inflação do Banco Central de 3%", completou.

O BC reduziu neste mês o ritmo de afrouxamento monetário com um corte de 0,25 ponto percentual na taxa básica de juros Selic, para 10,50% ao ano, após seis quedas consecutivas de 0,50 ponto na taxa. Também foi abandonada a indicação para passos futuros da política monetária.

A ata desse encontro mostrou que todos os diretores defenderam uma política monetária mais contracionista, cautelosa e sem indicação futura sobre os juros, apesar da divisão no colegiado sobre a intensidade do corte na Selic.

"A melhora quase que disseminada nos núcleos segue reforçando um cenário desinflacionário robusto no curto prazo ... A principal exceção fica com os itens mais sensíveis à força da economia e, portanto, relevantes para o Copom, que têm oscilado ao redor de 5%. Dito isso, aos olhos dos juros, fica claro que o nosso desafio não é a inflação corrente, mas as expectativas à frente", disse o economista do PicPay, Igor Cadilhac.

A pesquisa Focus divulgada na segunda-feira pelo Banco Central junto ao mercado mostra que a expectativa é de que o IPCA encerre este ano com alta acumulada de 3,86%, com a Selic a 10%. **(Com informações da Reuters)**

SIDERURGIA

Paralisação da Gerdau preocupa Barão de Cocais

Prefeito da cidade fala em um "grande problema social" no município

THYAGO HENRIQUE

A decisão da Gerdau de suspender as operações da usina de Barão de Cocais, na região Central de Minas Gerais, surpreendeu a todos, incluindo a prefeitura local, que se mostrou preocupada com a interrupção das atividades. O prefeito Décio dos Santos (PSB) disse que a paralisação das operações da siderúrgica no local será um grande problema social para o município.

O chefe do Executivo municipal se reuniu com representantes da empresa gaúcha na última segunda-feira (27) e foi avisado sobre a "hibernação" da unidade. Em pronunciamento divulgado nas redes sociais da Prefeitura que mostra, inclusive, momentos da reunião, ele classificou o termo usado pela companhia como "uma maneira velada de se falar em fechamento".

Expressando profunda insatisfação com o modo que foi conduzido o anúncio da suspensão, o prefeito descreveu o movimento como uma "traição ao município". Décio dos Santos chegou a dizer o mesmo para o grupo que representava a empresa no encontro, reiterando para eles a longa história da siderúrgica na cidade e criticando a falta de transparência e negociação antes da tomada de decisão. Para ele, a empresa poderia ter até mesmo negociado a venda da usina.

"É uma companhia que está em Barão de Cocais há décadas e a população, por mais impacto que a empresa causasse dentro do município, sempre a acolheu, com muita dignidade e respeito", reiterou o gestor público. "Sinceramente, é uma notícia que eu não esperava", lamentou.

Para o prefeito, a comunicação da empresa sobre a "hibernação" da operação em Barão de Cocais foi abrupta e desumana, com funcionários sendo informados de forma inesperada. Ele ressaltou que vai procurar, além do sindicato dos colaboradores, o alto escalão da Gerdau para estabelecer diálogo, procurar entender melhor os motivos por trás da decisão e tentar reverter a situação.

Caso o cenário seja irreversível, Décio dos Santos disse que pedirá para a siderúrgica absorver a mão de obra nas demais unidades do grupo. O líder municipal afirmou ainda que vai buscar realocar as pessoas que perderam os empregos em outras empresas do setor na região.

Anúncio - Na segunda-feira (27), a Gerdau anunciou que está implementando a "hibernação" da usina de Barão de Cocais, o que resultará na paralisação da operação. De acordo com a companhia, a decisão foi tomada após uma análise detalhada da competitividade da planta frente às condições do mercado de aço no Brasil. Em nota enviada à reportagem, a siderúrgica esclareceu:

"Os custos elevados de matérias-primas e a insuficiência da produção de minério de ferro próprio, em Minas Gerais, somados a uma estrutura com menor nível de atualização tecnológica da usina, estão afetando diretamente a competitividade da unidade frente ao cenário desafiador do setor. A medida está em linha com o planejamento estratégico da empresa de otimização de ativos."

Embora a companhia não tenha revelado o número de demitidos, o Sindicato dos Metalúrgicos de Barão de Cocais fala em 487 demissões. Segundo a associação sindical, o impacto na cidade pode ser maior, atingindo cerca de mil trabalhadores, quando considerado os empregos terceirizados.

No comunicado, a empresa enfatizou que está empenhada em conduzir a suspensão dos trabalhos de maneira humanizada para minimizar os impactos sobre os empregados.

CASA DA PHOTO / STOCK.ADOBE.COM



Hibernação da usina foi anunciada na segunda pela companhia

MINERAÇÃO

Vale e governo do Pará sinalizam uma conciliação

Brasília - O governo do Pará e a mineradora Vale sinalizaram, em audiência de conciliação ocorrida na segunda-feira (27) no Supremo Tribunal Federal (STF), que estão dispostos a encontrar um caminho para resolver o impasse em relação à retomada da operação da mina de níquel de Onça Puma, suspensa no início do mês passado por decisão do Tribunal de Justiça estadual.

O grande entrave no debate se dá em torno do suposto descumprimento de ações de mitigação de impactos decorrentes das atividades de mineração, exigidos pelo governo paraense.

Conforme o termo da audiência, visto pela Reuters, houve um alinhamento entre as partes em relação às "questões consideradas mais sensíveis". O Pará havia identificado 14 pontos que considera como cumprimento insatisfatório por parte da Vale e da Mineração Onça Puma.

A Vale se comprometeu a reapresentar um relatório de impacto ambiental que atenda às expectativas do Estado. Ela também disse que aguarda a análise da atualização do Plano de Controle Ambiental apresentado em 2021, enquanto o governo do Pará disse que vai finalizá-lo em 90 dias.

Entre outras iniciativas, a empresa também firmou compromisso em buscar contratar trabalhadores locais, conceder bolsas de estudos e resgatar a fauna da região.

"A Procuradoria-Geral do Estado presente no ato levará ao governador os encaminhamentos da presente audiência para fins de análise sobre a retomada das atividades da Vale", informou a ata do encontro.

Um novo encontro entre os envolvidos está marcado para o dia 20 de junho.

Em recente petição ao STF, as duas empresas haviam argumentado que a situação poderia provocar um "caos social de uma tragédia anunciada". Elas citaram manifestação de sindicatos locais de que "os impactos dessa medida precipitada afetam não apenas os trabalhadores, mas também todo o comércio e a arrecadação dos municípios, que dependem da mineração". **(Reuters)**

BRASIF S/A EXPORTAÇÃO IMPORTAÇÃO
CNPJ Nº 52.226.073/0001-08 - NIRE Nº 31.30001309-0

Ata de Assembleia Geral Extraordinária. Data, hora e local: 23 de maio de 2024, às 09:00 horas, na sede social, à rua Margarida Assis Fonseca, 171, Bairro Califórnia, Belo Horizonte, MG. Presenças: Acionista representando a totalidade do capital social. Mesa: Gustavo de Avelar Vaz Rodrigues – Presidente; Flavio Henrique Sarrapio Assan – Secretário. Deliberações unânimes: 1. Autorizar a celebração pela Companhia, na qualidade de Emissora, de Termo de Emissão de Notas Comerciais Escriturais com o Banco BTG Pactual S.A., sociedade anônima, com filial localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, 14º andar, inscrita no CNPJ sob nº 30.306.294/0002-26 ("BTG"), e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com filial na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, sala 132, parte, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34, com as seguintes características principais: (i) Valor Total da Emissão: **R$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais)**; (ii) Vencimento: em 5 (cinco) anos contados da emissão; (iii) Amortização: trimestral após carência de 12 meses; (iv) Remuneração: mensal a partir da data de emissão; (v) Valor Nominal Unitário: R$1.000,00 (mil reais); (vi) Quantidade de Notas Comerciais Escriturais Não Conversíveis Emitidas: 250.000 (duzentas e cinquenta mil); (vii) Indexador: CDI; (viii) Taxa: 2,85% ao ano; (ix) Garantia: real, cujos instrumentos estão especificados abaixo. 2. Autorizar a celebração pela Companhia, com o BTG, dos seguintes instrumentos para a garantia da operação financeira descrita acima: (a) Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Quotas, tendo por objeto a alienação fiduciária, sob condição suspensiva, da totalidade do capital social da **Maxum Máquinas e Equipamentos Ltda.**, sociedade limitada, com sede no Município de Luis Eduardo Magalhães, Estado da Bahia, na Avenida Eduardo Magalhães, 2241, Bairro Jardim das Acácias 1 Etapa – CEP 47850-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 02.227.267/0001-41 ("Maxum"), bem como, sem limitação, dos direitos a lucros, dividendos, juros sobre capital, rendimentos, resgates, reembolsos, distribuições, bônus e demais valores creditados, pagos, distribuídos ou de alguma forma entregues à Companhia; e (b) Instrumento Particular de Cessão Fiduciária em Garantia, tendo por objeto os direitos creditórios da Companhia e/ou da Maxum recebidos do Banco CNH Industrial Capital S/A, de acordo com os termos e condições previstos no referido instrumento. 3. Aprovar que, na assinatura dos instrumentos relativos às operações financeiras descritas nos itens acima, incluem-se eventuais aditivos e quaisquer documentos que se façam necessários a sua formalização e/ou implementação, a Companhia seja representada por quaisquer 02 (dois) de seus Diretores. Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada, e depois lida, aprovada e assinada pelos membros da mesa e pela totalidade dos acionistas da Companhia. Belo Horizonte, 23 de maio de 2024. Assinaturas: Gustavo de Avelar Vaz Rodrigues - Presidente; Flavio Henrique Sarrapio Assan - Secretário; e Brasif S.A. Administração e Participações, representada por seus diretores Gustavo de Avelar Vaz Rodrigues e Flavio Henrique Sarrapio Assan - Acionista. A presente é cópia da ata lavrada no Livro próprio. Gustavo de Avelar Vaz Rodrigues - Presidente; Flavio Henrique Sarrapio Assan - Secretário. JUCEMG nº 11732315 em 27/05/2024.

POTTENCIAL SEGURADORA S.A.
CNPJ/MF nº. 11.699.534/0001-74
NIRE nº. 31300094081
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 25 DE MARÇO DE 2024

Data, Hora e Local: Em 25 de março de 2024, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Avenida Raja Gabaglia, nº 1.143, 19º andar, bairro Luxemburgo, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30380-403. **Convocação e presenças:** Dispensada a publicação dos anúncios de convocação, tendo em vista a presença dos acionistas representando a totalidade do capital da Companhia, na forma do § 4º do art. 124 da Lei nº 6.404/76, conforme atestam as assinaturas do Livro de Registro de Presença de Acionistas. São eles: **OURIVIO PARTICIPAÇÕES S/A**, sociedade por ações, constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rua Trifana, nº 287, 2º andar, bairro Serra, CEP 30210-570, devidamente inscrita no CNPJ/ME sob o nº 24.314.635/0001-21, e na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31300034887, representada por **Carlos Geo Quick**, brasileiro, casado, empresário, residente em Belo Horizonte/MG, com endereço profissional na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rua Trifana, nº 287, 2º andar, bairro Serra, CEP 30210-570, inscrito no CPF sob o nº 317.657.936-53, e portador da Carteira de Identidade nº MG 737.239, expedida pela SSP/MG; e **Argeu de Lima Geo**, brasileiro, casado, empresário, residente em Belo Horizonte/MG, com endereço profissional na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rua Trifana, nº 287, 2º andar, bairro Serra, CEP 30210-570, inscrito no CPF/ME sob o nº 317.657.696-04, portador da Carteira de Identidade nº MG 753.558, expedida pela SSP/MG; **MATTAR PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Avenida Bernardo de Vasconcelos, nº 377, andar 23, Bairro Cachoeirinha, CEP 31.150-900, inscrita no CNPJ sob o nº 08.094.182/0001-19, e na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31210369880, neste ato representada por **Tatiana Siqueira Mattar**, brasileira, casada, administradora de empresas, residente em Belo Horizonte/MG, com endereço profissional na Avenida Raja Gabaglia, nº 1.143, 19º andar, Bairro Luxemburgo, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30380-403, inscrita no CPF sob o nº 014.742.686-33, portadora da Carteira de Identidade nº MG 12.495.755, expedida pela SSP/MG; **XP PRIVATE EQUITY I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA**, fundo de investimento, inscrito no CNPJ sob o nº 21.523.833/0001-07, sediada na Rua Alves Guimarães, nº 1.212, bairro Pinheiros, em São Paulo/SP, CEP 05.410-002, neste ato representado por **Guilherme Geraldo de Moraes Teixeira**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Habilitação nº 200167120, expedida pelo DETRAN, inscrito no CPF/ME sob o nº 098.645.367-61, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, Torre Sul, 30º andar, CEP 04.543-907, e **Gabriel Xavier De Brito Pizarro Drummond**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da OAB/RJ nº 229.509, inscrito no CPF/ME sob o nº 124.838.597-71, com endereço comercial na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Sul, 30º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-907. (Considerando, para fins da composição do capital social presente, a acionista **OURIVIO PARTICIPAÇÕES S/A** como usufrutuária das ações de propriedade de Lauro Baptista Machado Júnior e Cássio Dolabella França, nos termos do usufruto celebrado em 9 de março de 2021, e devidamente averbado no Livro de Registro de Ações Nominativas da Companhia). **Publicação:** O Relatório Anual da Administração, os Pareceres Contábil e Atuarial dos Auditores Independentes, o Parecer do Comitê de Auditoria, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Companhia, todos com relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro 2023, foram publicados na íntegra no jornal "Diário do Comércio", na edição de 23 de fevereiro de 2024, nas páginas 05 a 10, nos termos do art. 289 da Lei 6.404/76. **Mesa:** Foi eleito para presidir a mesa o Presidente do Conselho de Administração, Sr. José Castro Araújo Rudge, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de identidade nº 14209727, expedida pelo SSP / SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 033.846.588-09, com endereço comercial na Avenida Raja Gabáglia, nº 1.143, 19º andar, Bairro Luxemburgo, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30380-403; e, para secretariá-lo, a Sra. Tatiana Siqueira Mattar **já acima qualificada.** **Deliberações:** Após exame e discussão, os acionistas presentes passaram à deliberação das matérias a serem tratadas. Os acionistas deliberaram, por unanimidade e aprovaram, sem quaisquer emendas ou ressalvas: 1. Aprovadas as contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Companhia, relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2023, acompanhadas pelo Relatório da Administração e pelos Pareceres Contábil e Atuarial dos Auditores Independentes, e do Parecer do Comitê de Auditoria da Seguradora. 2. Aprovada a fixação do limite da remuneração global dos Administradores da Companhia, para o exercício fiscal findo em 31/12/2024, em até R$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), cabendo ao Conselho de Administração da Companhia a distribuição deste valor entre os Administradores. 3. Aprovada a destinação do lucro líquido de 2023, no montante total de R$ 150.092.514,95 (cento e cinquenta milhões, noventa e dois mil, quinhentos e quatorze reais e noventa e cinco centavos), sendo: **(i)** R$ 52.532.380,23 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e trinta e dois mil, trezentos e oitenta reais e vinte e três centavos) destinados a reserva estatutária; **(ii)** R$ 97.560.134,72 (noventa e sete milhões, quinhentos e sessenta mil, cento e trinta e quatro reais e setenta e dois centavos) destinados ao pagamento de dividendos, sendo: **(ii.1)** R$ 32.204.505,73 (trinta e dois milhões, duzentos e quatro mil, quinhentos e cinco reais e setenta e três centavos) a título de dividendos, cuja distribuição já foi aprovada pelo Conselho de Administração; **(ii.2)** R$ 30.453.425,64 (trinta milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e sessenta e quatro centavos) a título de dividendos, que serão distribuídos em 04 (quatro) parcelas, com pagamento previsto para 01º de abril de 2024, no valor de R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), 01º de julho de 2024, no valor de R$ 5.151.141,88 (cinco milhões, cento e cinquenta e um mil, cento e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos), 01º de agosto de 2024, no valor de R$ 5.151.141,88 (cinco milhões, cento e cinquenta e um mil, cento e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos) e 01º de setembro de 2024, no valor de R$ 5.151.141,88 (cinco milhões, cento e cinquenta e um mil, cento e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos); e **(ii.3)** R$34.902.203,35 (trinta e quatro milhões, novecentos e dois mil, duzentos e três reais e trinta e cinco centavos) já pagos aos acionistas a título de Juros Sobre o Capital Próprio. Os acionistas, por unanimidade de votos, também ratificaram a aprovação da distribuição de dividendos com a utilização do excedente do saldo da reserva estatutária, proposta pelo Conselho de Administração, em 25 de julho de 2023, no montante total de R$31.789.066,64. Os acionistas também aprovaram, por unanimidade de votos, a manutenção de R$ 52.532.380,23 (cinquenta e dois milhões, quinhentos e trinta e dois mil, trezentos e oitenta reais e vinte e três centavos) em Reserva Estatutária, que tem por finalidade garantir a solvência e a liquidez da Seguradora. **Esclarecimentos:** Foi autorizada a lavratura da presente ata na forma sumária, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei 6.404/1976 e a publicação da ata com a omissão das assinaturas dos acionistas, nos termos do artigo 130, § 2º, da Lei 6.404/1976. O Conselho Fiscal não foi instalado, tendo em vista a ausência de solicitação para o seu funcionamento neste exercício social. **Encerramento, Lavratura, Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi a presente ata lavrada, lida, aprovada e assinada por todos os presentes. São eles: **OURIVIO PARTICIPAÇÕES S/A**, sociedade por ações, constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rua Trifana, nº 287, 2º andar, bairro Serra, CEP 30210-570, devidamente inscrita no CNPJ/ME sob o nº 24.314.635/0001-21, e na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31300034887, representada por **Carlos Geo Quick**, brasileiro, casado, empresário, residente em Belo Horizonte/MG, com endereço profissional na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rua Trifana, nº 287, 2º andar, bairro Serra, CEP 30210-570, inscrito no CPF sob o nº 317.657.936-53, e portador da Carteira de Identidade nº MG 737.239, expedida pela SSP/MG; e **Argeu de Lima Geo**, brasileiro, casado, empresário, residente em Belo Horizonte/MG, com endereço profissional na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Rua Trifana, nº 287, 2º andar, bairro Serra, CEP 30210-570, inscrito no CPF/ME sob o nº 317.657.696-04, portador da Carteira de Identidade nº MG 753.558, expedida pela SSP/MG; **MATTAR PARTICIPAÇÕES LTDA.**, sociedade empresária limitada, constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, Brasil, na Avenida Bernardo de Vasconcelos, nº 377, andar 23, Bairro Cachoeirinha, CEP 31.150-900, inscrita no CNPJ sob o nº 08.094.182/0001-19, e na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31210369880, neste ato representada por **Tatiana Siqueira Mattar**, brasileira, casada, administradora de empresas, residente em Belo Horizonte/MG, com endereço profissional na Avenida Raja Gabaglia, nº 1.143, 19º andar, Bairro Luxemburgo, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, CEP 30380-403, inscrita no CPF sob o nº 014.742.686-33, portadora da Carteira de Identidade nº MG 12.495.755, expedida pela SSP/MG; **XP PRIVATE EQUITY I FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA**, fundo de investimento, inscrito no CNPJ sob o nº 21.523.833/0001-07, sediada na Rua Alves Guimarães, nº 1.212, bairro Pinheiros, em São Paulo/SP, CEP 05.410-002, neste ato representado por **Guilherme Geraldo de Moraes Teixeira**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Habilitação nº 200167120, expedida pelo DETRAN, inscrito no CPF/ME sob o nº 098.645.367-61, residente e domiciliado na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com endereço comercial na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.909, Torre Sul, 30º andar, CEP 04.543-907, e **Gabriel Xavier De Brito Pizarro Drummond**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da OAB/RJ nº 229.509, inscrito no CPF/ME sob o nº 124.838.597-71, com endereço comercial na Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1909, Torre Sul, 30º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04.543-907. A presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio, conforme certifica através de assinatura de forma digital a Secretária da Mesa, Sra. Tatiana Siqueira Mattar.
Belo Horizonte - MG, 25 de março de 2024.

Certifico o registro sob o nº 11648843 em 19/04/2024 da Empresa POTTENCIAL SEGURADORA S.A, Nire 31300094081 e protocolo 242362250 - 18/04/2024. Autenticação: 3541B23440F77437C940DCBF6ADE4D8E2C54955. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse http://www.jucemg.mg.gov.br e informe nº do protocolo 24/236.225-0 e o código de segurança 55pw Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 22/04/2024 por Marinely de Paula Bomfim Secretária-Geral.

AMED S/A
CNPJ: 10.403.238/0001-11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
Senhores Acionistas, a Amed S/A, empresa com sede em Curvelo, Minas Gerais, à Rodovia BR 135, KM 628 + 930M, s/n, Área Rural de Curvelo, de acordo com os dispositivos legais e estatutários, apresenta a V.S.as, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as quais, lidas em conjunto com as Notas Explicativas, demonstram a execução dos principais gastos, investimentos e outros ocorrências de natureza financeira e administrativa. Curvelo-MG, 31 de dezembro de 2023. **Cintia Marques de Souza** - Diretora Presidente.

BALANÇOS PATRIMONIAIS 31 DE DEZEMBRO DE 2023 - (Em Reais)

ATIVO	DEZ./23	DEZ./22
CIRCULANTE	**138.592.955,35**	**125.925.584,15**
Caixa e Investimento a Curto Prazo	4.124.683,09	460.893,68
Contas a receber de clientes	72.418.000,56	57.390.177,76
Estoques	34.678.844,90	37.548.601,47
Outros Ativos Circulante	27.371.426,80	30.525.881,24
NÃO CIRCULANTE	**8.654.464,81**	**491.580,64**
Realizavel a Longo Prazo	752.254,41	491.580,64
Investimentos a Longo Prazo	7.902.210,40	-
Imobilizado	**28.688.522,48**	**19.278.259,05**
Imobilizado	33.675.723,36	22.212.966,48
Depreciação acumulada	(4.998.600,05)	(2.946.826,60)
Intangivel	11.399,17	12.119,17
TOTAL DO ATIVO	**175.935.942,64**	**145.695.393,84**

PASSIVO	DEZ./23	DEZ./22
CIRCULANTE	**126.538.433,58**	**116.075.158,46**
Empréstimos e Financiamentos	10.231.799,77	9.648.961,50
Duplicatas Descontadas	61.240.858,39	56.519.284,25
Arrend. Mercantil - Leasing	161.243,34	-
Outros Passivos Circulantes	54.904.532,08	49.906.912,71
NÃO CIRCULANTE	**17.666.160,25**	**7.304.223,56**
Empréstimos e Financiamentos	501.245,43	1.881.455,12
Outros Passivos Não Circulantes	9.241.940,67	5.422.768,44
Arrend. Mercantil - Leasing	7.922.974,15	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**31.731.348,81**	**22.316.011,82**
Capital social	2.500.000,00	2.500.000,00
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	12.377.209,76
Reservas de Lucros	20.152.847,34	-
Ajuste de Exercícios Anteriores	-	267.670,25
Distribuição de Lucro	-	(3.041.980,79)
Resultado do Exercício Findo	9.078.501,47	10.213.112,60
TOTAL DO PASSIVO	**175.935.942,64**	**145.695.393,84**

DMPL - DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - (Em Reais)

	CAPITAL	AFAC	RESULTADOS ACUMULADOS LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO ANTERIOR 31/12/2021	**2.500.000,00**	**0,00**	**12.377.209,76**	**14.877.209,76**
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	267.670,25	267.670,25
Lucro Líquido do Exercício	0,00	0,00	10.213.112,60	10.213.112,60
Distribuição de Lucros	0,00	0,00	(3.041.980,79)	(3.041.980,79)
SALDO ANTERIOR 31/12/2022	**2.500.000,00**	**0,00**	**19.816.011,82**	**22.316.011,82**
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Ajuste de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	6.164.025,98	6.164.025,98
Lucro Líquido do Exercício	0,00	0,00	9.078.501,47	9.078.501,47
Distribuição de Lucros	0,00	0,00	(5.827.190,46)	(5.827.190,46)
SALDO ATUAL 31/12/2023	**2.500.000,00**	**0,00**	**29.231.348,81**	**31.731.348,81**

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO
(Em Reais)

	DEZ./23	DEZ./22
Receita bruta operacional acumulada	**376.987.968,85**	**408.730.179,32**
Impostos incidentes sobre Vendas	(73.157.084,44)	(74.068.899,52)
Deduções de Vendas	(4.692.991,87)	(26.229.203,55)
Receita líquida dos serviços prestados	**299.137.892,54**	**308.432.076,25**
Custos dos produtos vendidos acumulado	(252.821.444,47)	(262.815.842,46)
	67%	64%
Resultado Bruto	**46.316.448,07**	**45.616.233,79**
Despesas Operacionais		
Despesas administrativas e gerais	(38.436.192,64)	(33.107.910,40)
Despesas tributárias	(3.475.806,55)	(1.601.857,55)
Despesas indedutiveis	(1.835.598,57)	(1.711.522,12)
Subvenção Proalminas	18.404.577,75	15.772.183,09
Outras receitas	612.720,51	795.618,57
Resultado operacional antes do resultado financeiro acumulado	**21.586.148,57**	**25.762.745,38**
Receitas financeiras	2.888.919,39	2.168.474,77
Despesas financeiras	(15.396.566,49	(17.718.107,55)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**(12.507.647,10)**	**(15.549.632,78)**
Resultado antes da CSLL acumulado	**9.078.501,47**	**10.213.112,60**
Provisão contribuição social	-	-
Resultado antes do IRPJ	**9.078.501,47**	**10.213.112,60**
Provisão imposto de renda	-	-
Resultado líquido do exercício	**9.078.501,47**	**10.213.112,60**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em Reais)

Fluxo de Caixa das Ativ. Operacionais	DEZ./23	DEZ./22
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	9.078.501,47	10.213.112,60
Ajustes de exercícios anteriores	336.835,52	(2.774.310,54)
(Aumento)/Redução em Depósitos judiciais	(37.179,95)	(4.848,00)
Depreciação/amortização	2.052.493,45	1.488.038,76
Residual de baixa de bens int. do imobilizado	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO AJUSTADO	**11.430.650,49**	**8.921.992,82**
(Aumento)/Redução em Clientes	(15.027.822,80)	(21.695.297,85)
(Aumento)/Redução em Adiantamentos	7.434.323,61	(15.070.065,49)
(Aumento)/Redução em Impostos e contribuições a recuperar	935.197,13	401.481,67
(Aumento)/Redução em Estoques	2.869.756,57	(10.650.709,64)
(Aumento)/Redução em Desp. antecipadas	(210.746,68)	(122.244,43)
(Aumento)/Redução em Juros a transcorrer	(5.100.000,00)	0,00
(Aumento)/Redução em Outros créditos	95.680,59	(93.368,71)
(Aumento)/Redução em Cotas de consórcio	(223.493,82)	(201.331,18)
(Aumento)/Redução em Adiant. a Sócio	0,00	(481.555,90)
(Redução)/Aumento em Fornecedores	(5.524.716,07)	15.807.480,37
(Redução)/Aumento em Obrig. trabalhistas	3.221.786,46	2.614.393,73
(Redução)/Aumento em Obrigações sociais e tributárias	8.811.645,26	6.753.329,05
(Redução)/Aumento em Adiant. de clientes	5.605.932,18	(489.042,40)
(Redução)/Aumento em Receitas diferidas	0,00	0,00
(Redução)/Aumento em Outras contas	(252.507,03)	(7.236.028,55)
Caixa líquido das atividades operacionais	**14.065.685,89**	**(21.540.966,51)**
Fluxo de Caixa das Ativ. de Investimentos		
Adições a investimentos - ações	0,00	0,00
Adições ao imobilizado	(18.943.604,36)	(7.977.062,47)
Baixa do Imobilizado	(421.363,13)	789.363,13
Adições a ativos intangíveis	0,00	(3.600,00)
	(19.364.967,49)	**(7.191.299,34)**
Fluxo de Caixa das Ativ. de Financiamento		
Créditos/débitos junto a empresas/pessoas ligadas	(3.558.613,19)	864.688,30
Pag. parcelas de emprést. e financiamentos	379.403.850,44	347.479.524,70
Obtenção de empréstimos e financiamentos	(379.539.619,10)	(333.940.235,06)
Juros pagos relativos a empréstimos e financ.	12.657.452,86	14.424.107,13
	8.963.071,01	**28.828.085,07**
Variação em caixa e equivalentes de caixa	3.663.789,41	95.819,22
Fechamento de caixa e equival. de caixa		
No início do exercício	460.893,68	365.074,46
No final do exercício	4.124.683,09	460.893,68
	3.663.789,41	**95.819,22**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Em Reais)

1 - Contexto Operacional
A Companhia tem como objeto social a fabricação, comércio varejista e atacadista, importação e exportação de tecidos de uso domésticos e hospitalares, fraldas descartáveis, artigos higiênicos pessoais descartáveis, tecelagem de fios de algodão e preparação e fiação de fibras de algodão, fabricação de equipamentos e acessórios para segurança pessoal e profissional e transporte de cargas, comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos, limpeza e esterilização de equipamentos, instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios, transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional. Desde dezembro de 2008, a Empresa consolidou-se no mercado, atuando no segmento medico hospitalar, através de um atendimento especializado, gerando confiabilidade ao cliente, satisfação dos colaboradores e responsabilidade socioambiental.

2 - Apresentação das Demonstrações Financeiras
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pela Diretoria da Empresa em 29 de Abril de 2024. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão substancialmente convergentes às normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional e moeda de apresentação da Empresa.

3 - Descrição das Principais Práticas Contábeis
a. Apuração do resultado: As receitas de vendas, bem como os serviços prestados, são apresentadas em seus valores brutos. Os impostos e descontos incidentes sobre as receitas de vendas são apresentados na forma de conta redutora. O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência dos exercícios. As receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo método da taxa efetiva de juros na respectiva rubrica.
b. Ativos circulante e não circulante
• **Disponibilidades:** As disponibilidades são demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos incorridos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado. Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez.
• **Contas a receber:** O saldo demonstrado reflete a expectativa de recebimento, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados.
• **Estoques:** Os estoques estão demonstrados ao custo médio de aquisição, que não supera o valor de mercado.
• **Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação foi calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais, com base no tempo de vida útil estimado dos bens.
• **Demais ativos circulantes:** Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.
c. Passivos circulante e não circulante
• **Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a empresa possui uma obrigação legal ou implícita como resultado de eventos passados e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação.
• **Demais passivos circulantes e não circulantes:** Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

4 - Contas a Receber
O crédito pela venda de mercadorias é de R$ 72.418.000,56. Parcela significativa das vendas é realizada através boletos bancários. O risco de boletos bancários é minimizado por serem devidamente avaliados por instituições financeiras e por empresas de crédito. Nosso prazo médio de recebimento é de 45 dias.

5 - Patrimônio Líquido
5.1. Capital social: O capital social, registrado é de R$ 2.500.000,00(dois milhões e quinhentos mil reais), totalmente subscrito e integralizado.
Sob as penas da lei, declaramos que as informações aqui contidas são verdadeiras e nos responsabilizamos por todas elas.

CINTIA MARQUES DE SOUZA - Diretora Presidente
LÚCIA APARECIDA DA SILVA - Contadora CRC SP 261562/O6

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
À Diretoria da **AMED S/A** - Curvelo - MG

Opinião - Examinamos as demonstrações contábeis da **AMED S/A**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2023, e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **AMED S/A,** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Ênfase - • Os sistemas de controle e processamento da folha de pagamento de pessoal necessita de melhorias em suas parametrizações de provisões. • Os sistemas de controle da área financeira, com relação aos controles de Duplicatas Descontadas não atende às necessidades e porte da empresa. • Os sistemas de controle do imobilizado merece melhorias.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor - A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis - A administração é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com a as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Belo Horizonte, 27 de Maio de 2024.

Cooperaudi Auditores Independentes - CRCMG n° 6.906
Edimar Wanderley - Contador CRCMG n° 38.440

ENGENHARIA

Produção da Thyssenkrupp crescerá 50%

Fábrica em Poços de Caldas, que atende setor automotivo, produzirá 1,5 milhão de módulos e eixos/ano a partir de 2027

THYAGO HENRIQUE

A partir de 2027, a capacidade instalada da fábrica da Thyssenkrupp em Poços de Caldas, no Sul de Minas Gerais, será, anualmente, de 1,5 milhão de módulos e eixos de comando de válvulas. A planta, que atende ao setor automotivo tem, neste momento, um limite de produção de um milhão de peças por ano. Ou seja, haverá um crescimento de 50% em termos de volume produtivo.

Quem revela ao DIÁRIO DO COMÉRCIO é o CEO da Thyssenkrupp América do Sul, Paulo Alvarenga. Segundo ele, serão instaladas novas linhas de montagem, o que implicará uma expansão da área construída da unidade. As obras estão programadas para começar em junho.

O executivo não informou valores, mas o projeto está inserido no plano do grupo de investir cerca de R$ 120 milhões nas operações automotivas no Brasil – que também abrange, entre outras medidas, um aumento na nacionalização dos sistemas de direção fabricados na unidade de São José dos Pinhais. O pacote de investimentos, anunciado na última segunda-feira, visa aprimorar as capacidades das plantas locais para atender à crescente demanda das montadoras no País.

Alvarenga esclarece que a ideia de expandir em Minas Gerais se deve, justamente, ao aumento da demanda por conteúdo local na indústria automobilística brasileira, o que tem gerado mais negócios para a Thyssenkrupp no mercado nacional. "A ampliação da fábrica em Poços de Caldas nos permitirá atender esses novos contratos de fornecimento com maior eficiência", enfatiza.

A planta no Sul do Estado foi a primeira da companhia no Brasil desenvolvida dentro do conceito de Indústria 4.0. No local, há a combinação de tecnologias modernas, interconexão dos processos em toda a cadeia de produção, monitoramento da linha produtiva em ambiente virtual e montagem feita por robôs industriais trabalhando em alta velocidade. Inaugurada em 2015, a unidade ainda é modelo em inovação e digitalização no setor industrial automotivo.

"Trata-se de uma operação totalmente automatizada, uma das principais referências na aplicação dos conceitos da indústria 4.0 no País. Isso proporciona aos profissionais que contratamos a oportunidade de se desenvolverem e trabalharem em funções altamente qualificadas, em um ambiente de muita inovação e tecnologia de ponta", diz o CEO da Thyssenkrupp América do Sul.

RMBH - De acordo com Alvarenga, além de Poços de Caldas, as fábricas em Ibirité e Santa Luzia, ambas na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), estão recebendo investimentos da empresa. Os aportes, neste caso, estão voltados, principalmente, à implementação de tecnologias avançadas de automação, visando ao aumento de produtividade das unidades, conforme o executivo.

Ele explica que a planta de Santa Luzia é uma filial da fábrica localizada no município de Campo Limpo Paulista, no estado de São Paulo, sendo que nas duas são produzidos componentes de motor, como virabrequins e bielas, para veículos pesados. Já na unidade mineira de Ibirité, a companhia alemã produz componentes de suspensão para veículos leves.

As operações da Thyssenkrupp em Minas Gerais contam com cerca de 500 colaboradores, dos 4 mil funcionários do grupo na América do Sul atuando nos segmentos automotivo, de defesa naval e tecnologias para descarbonização. A fabricante ainda tem um escritório em Nova Lima (RMBH), que desenvolve projetos de engenharia e fornece tecnologias como a de eletrólise alcalina de água para a produção de hidrogênio verde e plantas para a produção de amônia verde.

Quem revela os números ao DIÁRIO DO COMÉRCIO é o CEO da Thyssenkrupp América do Sul, Paulo Alverenga; volume produtivo hoje é de 1 milhão peças/ano

DIVULGAÇÃO / THYSSENKRUPP



Unidade do Sul de Minas foi a primeira da companhia no Brasil no conceito Indústria 4.0

FGV

Confiança da indústria do País avança

São Paulo - A confiança da indústria no Brasil apresentou avanço em maio diante de uma melhora na percepção sobre a demanda, informou a Fundação Getulio Vargas (FGV) ontem. O Índice de Confiança da Indústria (ICI) subiu 1,2 ponto em maio na comparação com o mês anterior, de acordo com os dados da FGV.

"A percepção sobre a demanda segue melhorando gradualmente, e os empresários observam o nível de estoques se aproximar da normalidade", explicou Stéfano Pacini, economista do FGV Ibre, em nota.

"Na ótica dos segmentos, é possível perceber a influência do desastre ambiental no Rio Grande do Sul, porém os impactos ainda não são claros a nível geral da confiança", completou.

O resultado reflete melhora nas avaliações sobre a situação atual e relativa estabilidade nas expectativas para os próximos meses. O Índice de Situação Atual (ISA), que mede o sentimento dos empresários sobre o momento presente do setor industrial, subiu 2,2 pontos, para 98,2 pontos, segundo a FGV.

O Índice de Expectativas (IE), indicador da percepção sobre os próximos meses, avançou 0,2 ponto, a 98,0 pontos, nível mais elevado desde junho de 2022 (99,5 pontos).

"O cenário macroeconômico de cortes na taxa de juros e melhora nos indicadores de trabalho e renda contribuem com a tendência de otimismo para os próximos meses na indústria. Há uma perspectiva positiva relacionada ao ambiente de negócios no segundo semestre, embora o ímpeto sobre contratações nos próximos meses tenha apresentado queda, após a melhora nos últimos meses", completou Pacini. **(Reuters)**

ALIANÇA GERAÇÃO DE ENERGIA S.A.

CNPJ/MF Nº 12.009.135/0001-05 - NIRE 313.001.0607-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 2024

(Lavrada na forma de sumário como faculta o artigo 130, §1º da Lei nº 6.404/76)

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL: Aos 20 de maio de 2024, às 16:00 horas, foi realizada a assembleia geral extraordinária da Aliança Geração de Energia S.A. ("Companhia") de forma digital, por meio de videoconferência, nos termos do artigo 121, parágrafo único, e do artigo 124, parágrafo 2°-A, todos da Lei nº 6.404/76, incluídos pela Lei 14.030/2020 de 06 de julho de 2020 e regulamentados pela Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensada a publicação de Edital de Convocação, tendo em vista a presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme disposto no art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, sendo a acionista Vale S.A. ("Vale"), neste ato representada por sua procuradora, Sra. Andréa Jota Lizardo (procuração outorgada em 18/12/2023), que cumpre orientação de voto proferida pelos Srs. Gustavo Duarte Pimenta e Alexandre Silva D'Ambrosio (Decisão de Diretores Executivos em Conjunto – DEC067/2024, de 16/05/2024) e Cemig Geração e Transmissão S.A ("Cemig GT"), neste ato representada por seu procurador, Sr. Dênis Teixeira Ferreira Dias (procuração outorgada em 15/01/2024), que cumpre orientação de voto proferida pelos Diretores Estatutários da Cemig GT em 09/04/2024. Verificado, portanto, quórum suficiente para a instalação desta Assembleia e para as deliberações constantes da Ordem do Dia. **3. MESA:** (I) Presidente: Sra. Andréa Jota Lizardo; e (II) Secretário: Sr. Dênis Teixeira Ferreira Dias. **4. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre os seguintes temas nas empresas subsidiárias integrais da Companhia, sendo: Central Eólica Santo Inácio III S.A., Central Eólica Santo Inácio IV S.A., Central Eólica Garrote S.A. e Central Eólica São Raimundo S.A. ("SPEs Santo Inácio"), Central Eólica Gravier S.A. ("Gravier"), Central Eólica Acauã I S.A., Central Eólica Acauã II S.A., Central Eólica Acauã III S.A. ("SPEs Acauã"): **(I)** as contas dos administradores, o relatório da administração, as demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes, o resultado do exercício social e a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, quando aplicável, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; e (**II**) a fixação da remuneração dos administradores. **5. DELIBERAÇÕES:** Cumpridas todas as formalidades previstas em Lei e no Estatuto Social da Companhia, a Assembleia foi regularmente instalada e os acionistas, após debates e discussões, **aprovaram**, por unanimidade, sem quaisquer restrições ou ressalvas: 5.1. A lavratura da presente ata sob a forma de sumário dos fatos ocorridos, nos termos do artigo 130, parágrafo 1º, da Lei 6.404/76, ficando o Secretário autorizado a emitir tantas cópias quantas forem necessárias para cumprir com as disposições legais em vigor. 5.2. Aprovar os seguintes temas nas Assembleias Gerais Ordinárias ("AGOs") das SPEs Santo Inácio, Gravier e SPEs Acauã, conforme a seguir: 5.2.1. As contas dos administradores, o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes das SPEs Santo Inácio, Gravier e SPEs Acauã, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; 5.2.2. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício, quando aplicável: **A) SPEs Santo Inácio e Gravier**: I. Registra-se que as SPEs Santo Inácio e a SPE Gravier apuraram lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme segue: **Central Eólica São Raimundo S.A.**, no valor de R$2.390.133,97 (dois milhões, trezentos e noventa mil cento e trinta e três reais e noventa e sete centavos); **Central Eólica Santo Inácio III S.A**., no valor de R$6.061.146,08 (seis milhões, sessenta e um mil, cento e quarenta e seis reais e oito centavos); **Central Eólica Garrote S.A.**, no valor de R$5.954.354,04 (cinco milhões, novecentos e cinquenta e quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro reais e quatro centavos); **Central Eólica Santo Inácio IV S.A**., no valor de R$ 6.406.642,97 (seis milhões, quatrocentos e seis mil, seiscentos e quarenta e dois reais e noventa e sete centavos); **Central Eólica Gravier S.A.**, no valor de R$12.408.939,50 (doze milhões ,quatrocentos e oito mil , novecentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos). Os valores apurados a título de lucro líquido do exercício das SPEs Santo Inácio serão destinados da seguinte forma (valores em reais):

	São Raimundo	Santo Inácio III	Garrote	Santo Inácio IV	Gravier
Absorção de prejuízos acumulados	-	-	-	-	7.410.900,09
Reserva legal	119.506,70	303.057,30	297.717,70	320.332,15	249.901,97
Reserva de incentivos fiscais	838.103,41	-	-	-	-
Dividendos..	-	1.439.522,20	1.414.159,09	1.521.577,71	4.748.137,44
Reserva de retenção de lucros	1.432.523,86	4.318.566,58	4.242.477,25	4.564.733,11	-
(=) Lucro líquido no exercício	**2.390.133,97**	**6.061.146,08**	**5.954.354,04**	**6.406.642,97**	**12.408.939,50**

Os valores a serem distribuídos a título de dividendos, apontados no quadro anterior, serão pagos, até 30 (trinta) dias corridos, após a realização da Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia. II. Até 31 de dezembro de 2024, condicionado a disponibilidade de caixa de cada SPE individualmente, realizar distribuição a título de dividendos, referentes aos lucros acumulados não distribuídos de exercícios anteriores constantes nas Reservas de Retenção de Lucros, até o limite dos saldos a seguir:

	Reserva de Retenção de lucros em 31/12/2022	Constituição da reserva em 2023	Total da reserva
São Raimundo.......	2.340.877,52	1.432.523,86	3.773.401,38
Santo Inácio III.......	5.369.079,15	4.318.566,58	9.687.645,73
Garrote	4.305.963,75	4.242.477,25	8.548.441,00
Santo Inácio IV......	4.659.553,92	4.564.733,11	9.224.287,03
Gravier	-	-	-
	16.675.474,34	14.558.300,80	31.233.775,14

(B) SPEs Acauã: I. Registra-se que as SPEs Acauã apuraram os seguintes resultados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme segue: **Central Eólica Acauã I S.A**., prejuízo no valor de R$5.816.943,40 (cinco milhões oitocentos e dezesseis mil , novecentos e quarenta e três reais e quarenta centavos); **Central Eólica Acauã II S.A**., prejuízo no valor de R$5.168.289,09 (cinco milhões, cento e sessenta e oito mil, duzentos e oitenta e nove reais e nove centavos); **Central Eólica Acauã III S.A.**, lucro no valor de R$371.926,76 (trezentos e setenta e um mil, novecentos e vinte e seis reais e setenta e seis centavos). O montante apurado de lucro na Central Eólica Acauã III S.A. será absorvido por prejuízos acumulados de anos anteriores. Tendo em vista que após essa absorção, ainda há saldo remanescente de prejuízos acumulados, não há valores alocados para constituição de reservas e pagamento de dividendos em nenhuma das SPEs Acauã. 5.1.3. A fixação da remuneração anual e global dos administradores de cada sociedade, no valor total anual de R$33.888,00 (trinta e três mil, oitocentos e oitenta e oito reais), perfazendo o importe de R$1.412,00 (um mil, quatrocentos e doze reais) mensais por administrador. 5.1.4. A realização de todos os atos conexos e correlatos que venham a ser necessários e/ou convenientes para a efetivação da presente deliberação, incluindo a orientação de voto dos representantes da Companhia nas AGOs das SPEs Santo Inácio, Gravier e SPEs Acauã. **6. ENCERRAMENTO:** Oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, depois de reaberta a sessão, foi lida, achada conforme, aprovada e assinada por todos os presentes, ficando autorizada sua lavratura em forma de sumário nos termos do art. 130, §1º, da Lei 6.404/1976. **Assinaturas: Mesa:** Andréa Jota Lizardo - Presidente e Denis Teixeira Ferreira Dias - Secretário. **Acionistas:** Vale S.A., p.p. Andréa Jota Lizardo e Cemig Geração e Transmissão S.A., p.p Denis Teixeira Ferreira Dias. Confere com o original lavrado em livro próprio. Denis Teixeira Ferreira Dias. JUCEMG - Registro nº 11731756 em 27/05/2024 e Protocolo 243257422 em 24/05/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

PUBLICAÇÃO DE EDITAL EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO MUNICÍPIO
(Lei Municipal n.º 11.181 de 09 de agosto de 2019, e Deliberação Normativa do COMAM n.º 102/20)

Eu **David Travesso Neto**, responsável pelo empreendimento denominado **Oninn Centro De Inovações, CNPJ - 08.663.733/0001-18** que possui como objetivo de uso a **pesquisa e desenvolvimento experimental em ciências físicas e naturais, outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente e fabricação de componentes eletrônicos**, está localizada Na Av Jose Candido Da Silveira, 2000,Horto Florestal, Belo Horizonte, CEP - 31.035-536torna público que recebeu a LICENÇA AMBIENTAL N° 0170/24 – LICENÇA DE OPERAÇÃO.

NEWPHARMA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ/MF 04.491.594/0001-31 - NIRE 31.206.245.756

CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Nos termos do artigo 1.152 da Lei nº 10.406/2002, ficam convocados os sócios da **NEWPHARMA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.** ("Sociedade"), a participarem da Reunião de Sócios que se realizará no dia 05 (cinco) de junho de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Sociedade, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Marechal Foch, nº 35, Grajaú, CEP 30.430-720, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) deliberar sobre o grupamento da totalidade das quotas de emissão da Sociedade, na proporção de 10:1 (dez para uma), isto é, cada 10 (dez) quotas serão grupadas para a formação de uma nova quota pós-grupamento, com a consequente alteração do valor nominal de cada quota, passando de R$10,00 (dez reais) para R$100,00 (cem reais); e (ii) autorizar a prática pelos administradores da Sociedade de todos os atos necessários à efetivação e implementação da deliberação acima, inclusive perante os órgãos públicos e terceiros em geral. **As informações referentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos sócios na sede da Sociedade.**

Belo Horizonte, 24 de maio de 2024

ANTONIO ROBERTO BELDI - Administrador

DENVER SOLDAS S/A

CNPJ/MF: 22.671.564 / 0001–99 - NIRE: 313.0001661.7

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE ABRIL DE 2024

Em 15 de abril de 2024, 14:00 hs, à Av. Magalhães Pinto 3.433, Bairro Planalto, Montes Claros, Estado de Minas Gerais, realizou-se assembleia geral ordinária e extraordinária da Denver Soldas S/A, conforme convocações publicadas nos jornais Diário do Comércio, de Minas Gerais, em suas edições de 27, 28 de março e 1 de abril de 2024, respectivamente às páginas 09, 22 e 13. Constatada a presença de acionistas representantes de mais dos terços do capital votante, assumiram a Presidência e Secretaria, respectivamente, Carlos Alberto Sobral Ferreira, e Nicoletta Marina Ruzzi, acionistas. Composta a mesa, disse o presidente que a assembleia fora convocada para: a) avaliar parecer do Conselho de Administração acerca das contas da empresa; b) tomar as contas da Administração, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, publicadas no Diário do Comércio, Minas Gerais, edição de 02 de março de 2024, pagina nr 06; c) dar destino ao resultado líquido do referido exercício; d) Fixar honorários da Diretoria e do Conselho Fiscal; e) eleger o Conselho Fiscal, se necessário; f) outros assuntos de interesse da companhia. Submetidas à discussão e votação, foram aprovadas, por unanimidade, as seguintes matérias: 1) Acolhido o Relatório do Conselho de Administração, decidindo-se adotar todas as medidas indicadas; 2) Aprovadas as contas da administração e as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 3) Determinado que, do lucro líquido do exercício, no valor de R$ 997.350,12 seja destacada a quantia de R$ 49.867,57 para incremento da Reserva Legal; ficando o saldo no valor de R$ 947.482,55, e deste saldo, distribuído, na forma de dividendos o valor de R$ 236.870,95, de acordo com Estatuto Social da Companhia (25%), restando o valor ajustado de R$ 710.611,60, ajustado para R$ 805.908,60, pela adição da realização da reserva de depreciação, deduzidos impostos, que será transferido para a conta de reserva de lucros; 4) Os Dividendos serão pagos no prazo máximo de 60 dias, contados da data desta AGOE, diretamente no caixa da companhia, ou em conta corrente bancária dos acionistas que assim expressamente requererem previamente à companhia; 5) Fixados honorários mensais e globais de até R$ 300.000,00 para a diretoria, reajustáveis com os mesmos índices aplicados aos salários dos funcionários; 6) Fixados honorários mensais para membros do Conselho de Administração equivalentes à R$ 16.000,00; 7) Não foi requerida a instalação de Conselho Fiscal neste exercício; 8) Referida deliberação é aprovada neste ato por acionistas titulares de 98,35% das ações com direito a voto, atendido o quórum especial previsto no art. 136, I, da Lei 6.404/76; 9) Por força das aprovações acima, fica alterado o estatuto social da companhia como segue: a) **Artigo 6º** - As ações, indivisíveis em relação à sociedade, são: 25.407.407 (vinte e cinco milhões, quatrocentos e sete mil, quatrocentos e sete) ações ordinárias nominativas. **Parágrafo 1º** - Cada ação ordinária conferirá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais; 10) Conforme admitido pelo artigo 130, § 3º, da Lei 6.404/76, os acionistas aprovaram ainda a publicação desta ata por meio de seu extrato. Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a quem dela se quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a esta ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes, que são: Carlos Alberto Sobral Ferreira (Presidente e acionista), Nicoletta Marina Ruzzi (secretária e acionista). Montes Claros, 15 abril de 2.024, Esta ATA encontra registrada na JUCEMG sob nr 11731562 em 27/05/2024 por meio do protocolo 243269196 em 24/05/2024, **Carlos Alberto Sobral Ferreira (Acionista e Presidente da AGOE), Nicoletta Marina Ruzzi (Acionista e Secretária da AGOE).**



Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO**.
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site: **https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal**
Acesse também através do QR CODE ao lado.



SUPLEMENTOS ALIMENTARES

Absolut Nutrition aportará R$ 50 milhões

Indústria mineira que tem unidade em Sete Lagoas, na região Central, projeta investimentos nos próximos 5 anos

THYAGO HENRIQUE

A Absolut Nutrition, indústria mineira do ramo de suplementos alimentares, projeta investir em torno de R$ 50 milhões, nos próximos cinco anos, a partir de 2024, em Sete Lagoas, na região Central. O valor será aportado na ampliação da fábrica e do centro logístico da fabricante, em equipamentos e merchandising, e na construção de uma sede administrativa.

A empresa, que atualmente tem cerca de 4,8 mil metros quadrados de área construída, entre unidade fabril e espaço para armazenagem e distribuição de produtos, passará a ocupar uma área de aproximadamente nove mil m² ao término do investimento. Já a produção do grupo saltará de 150 toneladas mensais para 300 toneladas/mês, em valores aproximados. Enquanto o quadro de pessoal da companhia, composto por cerca de 300 funcionários, deverá crescer de 30% a 40%.

Fundada em 2016, a fabricante possui uma carteira de mais de sete mil consumidores, sendo que, em 2023, vendeu para 6,8 mil. Todos os estados brasileiros são atendidos pela indústria, sobretudo os da região Sudeste. De acordo com o CEO, a longo prazo, a empresa também pretende exportar.

Impulso para o negócio - O sucesso exponencial do grupo setelagoano tem relação com o estilo de vida atual, no qual a saúde e o bem-estar são prioridades e a população está em busca de soluções saudáveis.

Nogueira destaca que a população tem procurado se cuidar mais e a empresa foi feliz em se inserir em um setor que cresce cerca de dois dígitos há quase 20 anos. Indicando o progresso da área, um estudo da Future Market Insights (FMI) aponta que o mercado global de suplementos alimentares deve ultrapassar a casa dos US$ 252 bilhões (em torno de R$ 1,3 trilhão) em 2025.

> *Sucesso exponencial da companhia setelagoana tem relação com estilo de vida autal, no qual saúde e bem-estar são prioridades e população está em busca de soluções saudáveis*

cante passou os primeiros anos entendendo o mercado em que está inserida, mas logo faturou o primeiro milhão em 2018. De lá para cá, a indústria não parou de crescer e o faturamento subiu quase dez vezes até o último exercício, o que explica o robusto plano de expansão. Em 2024, a companhia espera ter um incremento de 23% e também deseja avançar mais na área de terceirizações, segundo o CEO da Absolut Nutrition, Mateus Nogueira.

A empresa de Minas, que iniciou sua trajetória vendendo suplementos básicos como whey protein, creatina, BCAA e hipercalórico, tem mais de 600 itens no portfólio hoje, dos quais cerca de 300 são de marcas próprias e a outra metade de marcas terceirizadas – incluindo importados. A lista abrange suplementos alimentares, produtos saudáveis e nutracêuticos. Para este ano, conforme Nogueira, está nos planos da fabricante comercializar mais 20 novos produtos próprios e 55 terceirizados.

O forte da Absolut Nutrition é o mercado B2B. Com vários representantes comerciais no trabalho "porta a porta", a fa-

Empresa reitera qualidade - Recentemente, a Absolut Nutrition esteve envolvida em uma polêmica. É que a imprensa divulgou um relatório da Associação Brasileira de Empresas de Produtos Nutricionais (Abenutri) que aponta a reprovação de 25 creatinas, das 66 analisadas, por não ter a concentração que era mencionada no rótulo. O produto da fabricante de Sete Lagoas estava entre os reprovados.

A companhia afirma que o material divulgado teve como embasamento laudos técnicos realizados pela entidade em outubro de 2022, trazendo informações desatualizadas e que não condizem ao atual cenário. Sobre a ocorrência, a indústria diz que houve uma atuação imediata.

"Não medimos esforços para recolher todos os lotes. Hoje, fazemos testes recorrentes dos produtos e importamos dos maiores fornecedores do mundo. Temos também o QR Code na própria embalagem que mostra o laudo do item que será consumido", explicou o CEO, citando outras ações do grupo e enfatizando que vem sendo pedida a reanálise das denúncias desde o ocorrido.

DIVULGAÇÃO / ABSOLUT NUTRITION



Valor será aportado na ampliação da fábrica e do centro logístico, em equipamentos de *merchandising* e construção de sede

DIVINÓPOLIS

Voos diretos chegam a Confins e Viracopos

A população do Centro-Oeste do Estado está ganhando mais opções de conexões aéreas. A partir de 11 de novembro deste ano, Divinópolis vai ganhar dois novos destinos de voos diretos por meio da Azul: Confins, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), e Viracopos, em Campinas (SP), principal *hub* da companhia. A abertura representa grandes oportunidades de conexão de toda a região, não só com o restante do Brasil, mas com o mundo.

DIVULGAÇÃO / INFRAERO



A partir de 11 de novembro deste ano, Azul vai implementar os dois novos destinos diretos

A ampliação de opções de transporte aéreo envolve, segundo o governo do Estado, uma união de esforços da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede), junto à Invest Minas, agência de promoção de investimentos do governo estadual, com o intuito de promover ainda mais a economia mineira por meio da ampliação logística do serviço aéreo entre a Capital, o interior e um importante *hub* da companhia aérea.

"A inclusão de mais destinos mostra que Minas está pronta para receber não só o turista, mas também uma gama variada de investimentos. Isso amplia nossa economia, além de criar mais conexão, oportunidades, empregos e renda", destaca o secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Fernando Passalio.

As novas rotas deverão atender uma população de cerca de 1,5 milhão de moradores somente do Centro-Oeste, além de diminuir em cerca de três horas o deslocamento até Divinópolis para passageiros que desembarcam em Confins, o que é celebrado pelo presidente da Invest Minas, João Paulo Braga. "A abertura desses novos voos vai impactar diretamente os moradores daquela região e, claro, o empresariado local. Isto significa facilidade para a população e novas oportunidades de negócios para os mineiros. Esta é mais uma grande vitória celebrada pela Invest Minas, que atuou para apoiar esta realização", ressalta Braga.

Voos - Ao todo serão quatro voos diários utilizando aeronaves do modelo ATR, com capacidade para 70 clientes. Para Campinas, as saídas de Divinópolis serão às 8h45 e às 17h35, enquanto os voos de retorno serão às 6h e 14h25.

Já os voos entre a capital mineira e Divinópolis ocorrerão diariamente às 13h e 21h15. Os voos de volta serão às 10h45 e 19h35.

O gerente geral de Planejamento e Estratégia da Azul, Vitor Silva, também celebrou a novidade. "A abertura da nova base em Divinópolis reflete nosso compromisso em expandir a conectividade no Brasil e oferecer mais opções de viagens para nossos clientes. Com esses novos voos estamos proporcionando uma opção mais confortável e rápida de deslocamento para os moradores e visitantes de Divinópolis. Estamos entusiasmados em poder atender a essa demanda crescente e fortalecer ainda mais nossa presença na região", afirmou.

"Essa abertura vai impactar positivamente no desenvolvimento não só de Divinópolis, mas de toda a região. E toda a equipe da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do município trabalhou arduamente nestes últimos três anos e meio, tanto na conservação do aeroporto quanto na realização das obras necessárias para modernização do local, exigidas para viabilizar o retorno dos voos comerciais. Essa notícia, na semana do aniversário de Divinópolis, é um presente", completou o prefeito de Divinópolis, Gleidson Azevedo.

Com a abertura dessas novas rotas em Divinópolis, a Azul passará a atuar em um total de 15 municípios no Estado. **(Agência Minas)**

PROCESSO Nº: 5023319-37.2022.8.13.0313. CLASSE: [CÍVEL] EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL (12154). EXEQUENTE: BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. EXECUTADO(A): CASSIO JOSE SOARES e outros. COMARCA DE IPATINGA - 2ª VARA CÍVEL. EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO: 20 DIAS. FAZ SABER aos que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que por este juízo e Secretaria, tramita o processo nº **5023319-37.2022.8.13.0313**, Ação de EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL que **BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**, CNPJ 90.400.888/0001-42 move contra **GUNTHER RODRIGUES BAESSA**, CPF 069.579.406-08 e outro, tendo como procurador do exequente Dr. PAULO ROBERTO JOAQUIM DOS REIS, e por este meio CITA: GUNTHER RODRIGUES BAESSA, CPF 069.579.406-08, para PAGAR, em 03 (TRÊS) DIAS, a quantia de R$ 38.446,98 (Trinta e oito mil quatrocentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos), referente ao principal e acessórios, a ser acrescida de honorários de advogado do autor e custas iniciais. ADVERTÊNCIAS: 1) No caso de integral pagamento no prazo supracitado, a verba honorária será reduzida pela metade. 2) O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir do prazo de publicação do presente edital. 3) O executado, comprovando o depósito de trinta por cento do valor acima, poderá requerer o parcelamento do restante em até 06 (seis) vezes na forma do art. 916 do CPC. Dado e passado nesta cidade e Comarca de Ipatinga, em 10 de maio de 2024.

Comarca De Belo Horizonte - Edital De Citação/Intimação. Prazo de 20 dias. O Dr. Henrique Mendonça Schvartzman, MM. Juiz de Direito da 13ª Vara Cível de Belo Horizonte-MG, em exercício, na forma da lei, conforme artigo 256, I e II c/c 829, ambos do CPC. Faz Saber a todos quantos o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente Luana Patrizia Urquiza Garcia Gomes, pessoa inscrita no CPF sob o n. 025.792.151-66 então executada na Ação de Execução de Título Extrajudicial, Processo eletrônico n° 5059179-98.2019.8.13.0024, proposta por ISME Instituto Superior de Medicina Ltda, empresa inscrita no CNPJ sob o n°08.311.207/0001-70, estando pois, em lugar incerto e não sabido, é este edital para CITÁ-LA/INTIMA-LA para, efetuar o pagamento da quantia de R$42.682,43 (quarenta e dois mil seiscentos e oitenta e dois reais e quarenta e três centavos), referente ao principal e acessórios, a ser acrescida de honorários de advogado do autor e custas iniciais no prazo de 03(três) dias, Advertência: 1)No caso de integral pagamento, no prazo supracitado, a verba honorária será reduzida pela metade; 2)0 executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderão opor-se à execução por meio de embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias iniciar-se-á do dia útil seguinte ao fim do prazo fixado neste edital: 3)A executada têm direito de parcelar o débito em até 06 (seis) vezes, tudo na forma dos artigos 914, 915 e, 916 do CPC. Belo Horizonte, 08 de maio de 2024. K-28e29/05

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PRODUTOS AVÍCOLAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - SINPAMIG
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Ficam os **Associados Regulares** do **Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado de Minas Gerais,** convocados para uma Assembleia Geral, que se realizará virtualmente, através do Microsoft TEAMS, no dia cinco (05) de Junho de 2024 às 16h, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Prestação de Contas e Demonstrativos de Resultados do exercício do ano de 2023 do Sindicato; **2.** Alteração da instituição financeira. **Belo Horizonte, MG, 28 de maio de 2024.** Rodrigo Braga de Castro - PRESIDENTE.

O Empreendedor **RIMA INDUSTRIAL S.A**, nos termos do art. 30 da Deliberação Normativa Copam nº 217, de 2017, torna público que solicitou à Unidade Regional de Regularização Ambiental **NORTE DE MINAS, LAC1** para o **RIMA INDUSTRIAL S.A – UNIDADE DE VÁRZEA DA PALMA, CNPJ nº 18.279.158/0011-80, B-03-04-2, Várzea da Palma - MG, Classe 4**, conforme solicitação no Sistema de Licenciamento Ambiental nº **2024.05.04.003.0002295.**

BICALHO IMÓVEIS LTDA. - CNPJ/MF 38.027.401/0001-08 - NIRE 31211794282

Extrato da Ata de Reunião de Sócios - Redução de Capital Social

Data, Hora e Local: 27.05.2024, às 10h, na sede, Rua General Dionísio Cerqueira, 200, Ap. 1102, Gutierrez, Belo Horizonte/MG. **Presença:** único sócio representante da totalidade do capital social, **Mateus Nascimento Bicalho**. **Mesa:** Mateus Nascimento Bicalho como Presidente e Luisa Nascimento Bicalho como Secretária. **Deliberações Aprovadas:** Retificar o valor de redução do capital da sociedade declarado na Ata de Reunião de sócios de 11.09.2023; retificação esta cujos efeitos retroagem à data da publicidade da redução do capital social, qual seja, 15.09.2023. O valor declarado foi R$ 964.455,52, sendo o correto R$ 1.766.914,28, de modo que, por meio da presente retificação, reconhece-se a redução do capital social em mais R$ 802.458,76, sob a mesma justificativa de que se encontra excessivo em relação às operações atualmente executadas pela sociedade, nos termos do inciso II do artigo 1.082, e artigo 1.084, ambos da Lei 10.406/2002 ("Código Civil"). Por efeito da retificação, todos os trechos que se referem ao valor de capital social reduzido e ao novo valor do capital social e respectivas quotas, constantes na referida Ata de Reunião de Sócios e 3ª Alteração de Contrato Social, são retificados. A sociedade restituirá ao único sócio o novo montante do capital social considerado excessivo após o transcurso do prazo de 90 (noventa) dias para oposição de eventuais credores da sociedade, sendo que a data de início para o exercício deste direito pelos credores será a de publicação da presente ata, em forma de extrato, nos jornais pertinentes. Seguidamente, a sociedade realizará a alteração contratual para que a redução se torne efetiva, consoante o disposto no artigo 1.084 e parágrafos da Lei 10.406/2002 ("Código Civil"). **Encerramento:** Nada mais. Mateus Nascimento Bicalho (Presidente) e Luisa Nascimento Bicalho (Secretária).

Companhia Transleste de Transmissão

CNPJ nº 05.974.828/0001-64 - NIRE nº 31.3.0001868-7

Ata de Assembleia Geral Extraordinária nº 01/24 Realizada em 15 de Janeiro de 2024

15/01/2024, às 12hs, realizada por videoconferência. **Presença:** Acionistas representando 100% do capital social. **Deliberação:** As Acionistas presentes, resolvem aprovar a Remuneração Fixa para o Diretor Técnico-Comercial referente ao período de 15/01/2024 a 29/02/2024, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia; a Remuneração Fixa para o Diretor Técnico-Comercial referente ao período de 01/03/2024 a 28/02/2025, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia; não fixar a remuneração para o Diretor Administrativo-Financeiro no período de 15/01/2024 a 28/02/2025; e não fixar a remuneração para o Conselho de Administração no exercício de 2024. **Lavratura da Ata:** Nada mais a ser tratado. Araçuaí, 15/01/2024. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Edilene Almeida Luna - Secretária. **Junta Comercial do Estado de Minas Gerais -** Certifico o registro sob o nº 11695152 em 10/05/2024 da Empresa COMPANHIA TRANSLESTE DE TRANSMISSÃO, NIRE 31300018687 e Protocolo 242900089 - 09/05/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

PATRICIA ANDRADE. LEILOEIRA OFICIAL faz saber que levará a leilão online, dia 27/06/2024, a partir de 10 horas, no site www.patricialeiloeira.com.br, os bens inservíveis ao município de Carangola/MG. Leilão 001/2024. Inf: (31) 3243-1107.

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O **Sindicato dos Psicólogos do Estado de Minas Gerais – PSIND/MG** por meio da sua diretoria, nos termos de seu estatuto e da legislação trabalhista, convoca todos os **psicólogos empregados do Conselho Regional de Psicologia – CRP-MG** para participarem da assembleia geral extraordinária virtual, que se realizará no dia **05 de junho de 2024 (quarta-feira), às 18:30H**, no endereço eletrônico: https://meet.google.com/fyq-byib-trp, cuja pauta é o Acordo Coletivo de Trabalho com o CRP-MG do período de 2024 a 2025.

Belo Horizonte, 28 de maio de 2024.
Jennifer Danielle Souza Santos - Presidente do PSIND/MG

Companhia Transudeste de Transmissão

CNPJ n° 07.085.630/0001-55 - NIRE n° 31.3.0002076-2

Ata de Assembleia Geral Extraordinária n° 01/24 Realizada em 15 de janeiro de 2024

15/01/2024, às 12h10min, realizada por videoconferência. **Presença:** Acionistas representando 100% do capital social. **Deliberação:** as Acionistas presentes, resolvem, aprovar a Remuneração Fixa para o Diretor Técnico-Comercial referente ao período de 15/01/2024 a 29/02/2024, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia; a Remuneração Fixa para o Diretor Técnico-Comercial referente ao período de 01/03/2024 a 28/02/2025, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia; não fixar a remuneração para o Diretor Administrativo-Financeiro no período de 15/01/2024 a 28/02/2025; e não fixar a remuneração para o Conselho de Administração no exercício de 2024. **Lavratura da Ata:** Nada mais a ser tratado. Araçuaí, 15/01/2024. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Edilene Almeida Luna - Secretária. **Junta Comercial do Estado de Minas Gerais -** Certifico o registro sob o nº 11695147 em 10/05/2024 da Empresa COMPANHIA TRANSUDESTE DE TRANSMISSAO, NIRE 31300020762 e Protocolo 242900895 - 09/05/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

Companhia Transirapé de Transmissão

CNPJ nº 07.153.003/0001-04 - NIRE nº 31.3.0002100-9

Ata de Assembleia Geral Extraordinária nº 01/24 Realizada em 15 de Janeiro de 2024

15/01/2024, às 11h50min, realizada por videoconferência. **Presença:** Acionistas representando 100% do capital social. **Deliberação:** As Acionistas presentes, resolvem aprovar a Remuneração Fixa para o Diretor Técnico referente ao período de 15/01/2024 a 29/02/2024, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia; a Remuneração Fixa para o Diretor Técnico referente ao período de 01/03/2024 a 28/02/2025, nos termos do material de apoio que, após assinado digitalmente pelas Acionistas presentes, ficará arquivado na sede da Companhia; não fixar a remuneração para o Diretor Administrativo-Financeiro no período de 15/01/2024 a 28/02/2025; e não fixar a remuneração para o Conselho de Administração no exercício de 2024. **Lavratura da Ata:** Nada mais a ser tratado. Araçuaí, 15/01/2024. **Mesa:** Silvia Carolina Villas Boas - Presidente; Edilene Almeida Luna - Secretária. **Junta Comercial do Estado de Minas Gerais -** Certifico o registro sob o nº 11695160 em 10/05/2024 da Empresa COMPANHIA TRANSIRAPÉ DE TRANSMISSÃO, NIRE 31300021009 e Protocolo 242898955 - 09/05/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral.

NEWPHARMA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.

CNPJ/MF 04.491.594/0001-31 - NIRE 31.206.245.756

CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Nos termos do artigo 1.152 da Lei nº 10.406/2002, ficam convocados os sócios da **NEWPHARMA FARMÁCIA DE MANIPULAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.** ("Sociedade"), a participarem da Reunião de Sócios que se realizará no dia 05 (cinco) de junho de 2024, às 09:00 horas, na sede social da Sociedade, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Rua Marechal Foch, n° 35, Grajaú, CEP 30.430-720, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) alteração na composição da Diretoria em razão do falecimento do administrador Sr. Alexandre Beldi Netto; (ii) alteração na estrutura da Diretoria da Sociedade para aumento do número máximo de Diretores, passando de 3 (três) membros para 3 (três) a 6 (seis) membros; (iii) eleição de novos membros da Diretoria. **As informações referentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos sócios na sede da Sociedade.**

Belo Horizonte, 24 de maio de 2024
ANTONIO ROBERTO BELDI - Administrador

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA

AIE defende a adoção de políticas inclusivas

Agência internacional apresentou um relatório durante a reunião do grupo de trabalho do G20 na Capital

A urgência de promover transições energéticas acessíveis e equitativas no Planeta foi debatida ontem durante o lançamento do relatório "Acessibilidade e Equidade em Políticas de Energia Limpa", da Agência Internacional de Energia (AIE). O evento, parte do terceiro encontro do Grupo de Trabalho de Transições Energéticas do G20, destacou a necessidade de políticas inclusivas para maximizar os benefícios sociais e econômicos das transições energéticas.

O relatório mostra porque o acesso e a equidade são tão críticas dentro dessas transições e inclui estudos de caso para benefícios em uma série de áreas, incluindo o aumento da acessibilidade e do acesso à energia limpa, a melhora dos resultados de saúde e a promoção do desenvolvimento econômico local.

> "Os crescentes custos de energia podem impactar desproporcionalmente as famílias de baixa renda, exacerbando desigualdades existentes"

A analista sênior de Políticas da AIE, Jane Cohen, apresentou os principais temas e conclusões do relatório e foi seguida por intervenções de representantes de países como Brasil, África do Sul, Estados Unidos, Canadá e Índia. "Estamos muito, muito entusiasmados com o fato de o Brasil ter colocado essas questões de acessibilidade econômica, impactos sociais, acessibilidade energética e uma transição inclusiva no centro de sua presidência do G20", disse Jane Cohen.

Para ela, estas são questões fundamentais para o sucesso das transições de energia limpa e o compromisso do Brasil com o G20 e a COP "realmente facilitará uma mudança na forma como o mundo está vendo e implementando essas transições de energia limpa".

Questões como o mapeamento de boas práticas de políticas de energia limpa que beneficiam amplas parcelas das populações, sobretudo comunidades vulneráveis e o papel que os países-membros podem desempenhar para tornar o acesso à energia universal foram tratadas no evento.

Representando o Ministério de Minas e Energia, o diretor do Departamento de Informações e Estudos Energéticos, Gustavo Masili, destacou que o acesso à energia acessível, confiável e sustentável é a base para melhorar os padrões de vida, desenvolver oportunidades econômicas e garantir o bem-estar social.

"Os crescentes custos de energia podem impactar desproporcionalmente as famílias de baixa renda, exacerbando desigualdades existentes e levando à pobreza energética. É nossa responsabilidade coletiva implementar políticas públicas e estratégias que protejam contra esses efeitos adversos, garantindo que os benefícios da transição energética sejam compartilhados de forma equitativa", pontuou.

Mesa - Na segunda parte do evento, foi realizada uma mesa redonda moderada por um representante da AIE sobre como construir processos inclusivos em torno de transições de energia limpa e melhores práticas na criação de benefícios para as comunidades locais.

Entre os participantes estavam representantes da sociedade civil e do governo. A agenda ofereceu um intercâmbio de políticas e o compromisso do G20 com os princípios de igualdade e inclusão, como a igualdade de gênero e o envolvimento de comunidades marginalizadas e indígenas.

DIVULGAÇÃO / G20 BRASIL



Representantes dos países do G20 se reúnem até hoje na Capital para discutir a transição energética

ASSEMBLEIA

Comissão derruba emendas ao PL de reajuste

KLAUCIUS RICARDO

A Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) rejeitou, ontem, as 56 emendas que haviam sido apresentadas em plenário para o Projeto de Lei (PL) 2.309/24, de autoria do governador Romeu Zema (Novo), que prevê o reajuste salarial dos funcionários públicos civis e militares do Estado.

A maioria das propostas apresentadas na segunda-feira (27) visava aumentar o índice de elevação do vencimento básico de 3,62%, proposto pela administração estadual. Os deputados Sargento Rodrigues (PL), Ulysses Gomes (PT) e Beatriz Cerqueira (PT) votaram contra o parecer. Eles prometeram destacar algumas das emendas mais importantes, durante a votação em 1º turno, no Plenário, próximo passo na tramitação do projeto.

Entre os argumentos para rejeitar as emendas, o relator da matéria na comissão, deputado Zé Guilherme citou a geração de despesas extras para o Executivo, sem apresentar estudos de impacto financeiro. Outras, na opinião do relator, feriam o princípio constitucional de competência privativa do governador.

A deputada Beatriz Cerqueira e o deputado Sargento Rodrigues disseram que a mobilização dos servidores pela revisão salarial tem que ser feita agora, enquanto o projeto tramita em 1º turno. Os parlamentares convocaram os funcionários públicos a comparecerem na Assembleia, nesta quarta-feira (29), para acompanhar a votação em Plenário e pressionarem pela aprovação das emendas que podem aumentar os 3,62% proposto pelo governo.

Entre as emendas propostas na segunda-feira, está a Emenda 57, assinada por 30 deputados, que autoriza o governo a dar 10,67% de recomposição salarial para os servidores da segurança pública. Esse percentual seria a reposição da inflação acumulada nos anos de 2022 e 2023; e também a Emenda 17, que propõe o índice de 10,67 % para todos os servidores do Estado: saúde, educação, segurança pública, administração e assim por diante, sem distinção.

O deputado Professor Cleiton (PV) também acompanhou a reunião e pediu que o governador Romeu Zema (Novo) reveja sua política "de não valorização dos servidores públicos". Relembrou o reajuste salarial concedido ao governador, ao vice e aos secretários de Estado, recentemente, e também as isenções de impostos bilionárias, em favor de empresas privadas como as locadoras de veículos.

A deputada Beatriz Cerqueira voltou a criticar os baixos investimentos na educação, mas alertou que "nenhuma categoria será vitoriosa sozinha". Na opinião dela, após a votação desse projeto de revisão salarial, "o governo vai virar a página e já vai partir para a privatização do Ipsemg e do IPSM". **(Com informações da ALMG)**

***Em estágio, sob supervisão da edição**

GUILHERME DARDANHAN / ALMG



Emendas visavam aumentar o índice de reajuste dos servidores

CONGRESSO NACIONAL

Endurecimento sobre as *fake news* é rejeitado

Brasília - O Congresso Nacional manteve ontem o veto do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que barrou a tipificação do crime de "comunicação enganosa em massa", que constava no texto de 2021 que substituiu a Lei de Segurança Nacional.

Para derrubar o veto, aliados do governo Lula (PT) precisavam de maioria absoluta na Câmara dos Deputados (257 votos) e no Senado (41 votos). O dispositivo recebeu 139 votos na Câmara, abaixo do necessário.

A análise dos vetos de Bolsonaro se arrastou pela pauta do Congresso nos últimos três anos por falta de consenso em torno de temas polêmicos, como notícias falsas e o impedimento de manifestação livre e pacífica.

Na sessão conjunta anterior, em 9 de maio, parlamentares bolsonaristas concordaram em adiar a votação da lei das saidinhas para impedir a votação dos dispositivos vetados na Lei de Segurança Nacional e ganhar tempo.

Desde então, o próprio Bolsonaro atuou para evitar a derrubada dos vetos. Na semana passada, o ex-presidente participou de um almoço da bancada ruralista e pediu para que os deputados e senadores presentes tentassem impedir mudanças.

O apelo foi reforçado por Flávio Bolsonaro (PL-RJ), filho mais velho do ex-presidente e líder da minoria no Congresso, minutos antes da sessão. No fim de semana, o senador disse pelas redes sociais que "a liberdade de opinião corre sério risco no Brasil".

"Não se sabe como isso vai ser tratado no futuro. Mas não se pode aceitar um tipo penal com uma redação tão aberta e com potencial enorme de representar um cerceamento à liberdade de expressão", afirmou o senador Sergio Moro (União Brasil-PR) durante a sessão.

O dispositivo vetado por Bolsonaro previa multa e pena de um a cinco anos de prisão para quem "promover ou financiar, pessoalmente ou por interposta pessoa, mediante uso de expediente não fornecido diretamente pelo provedor de aplicação de mensagem privada, campanha ou iniciativa para disseminar fatos que sabe inverídicos, e que sejam capazes de comprometer a higidez do processo eleitoral".

Ao vetar o trecho, o Palácio do Planalto argumentou que a proposta não deixava claro se a conduta criminosa seria de quem gerou ou compartilhou as informações falsas. Além disso, também havia indefinição jurídica sobre o que é compreendido como inverídico ou não.

Parte dos especialistas ouvidos pela Folha de S.Paulo na ocasião também temia que a lei trouxesse riscos à liberdade de expressão. Havia críticas ainda ao fato de o projeto ter incluído crimes relacionados a eleições no Código Penal, e não no Código Eleitoral.

Nos últimos dias, aliados de Lula afirmavam que o núcleo bolsonarista estava preocupado com a lei devido aos ataques golpistas de 8 de janeiro - que colocaram Bolsonaro e parte dos ex-ministros, como o general Braga Netto, no centro de investigações.

"Todo mundo acompanhou os comandantes do Exército do governo Bolsonaro, o comandante da Aeronáutica prestando depoimento dizendo que o Bolsonaro propôs a anulação da eleição, um golpe de Estado, a prisão de Alexandre de Moraes", disse o deputado federal Lindbergh Farias (PT-SP).

Outro ponto que mobilizava a oposição era o impedimento, "mediante violência ou grave ameaça" do "livre e pacífico exercício de manifestação de partidos políticos, de movimentos sociais, de sindicatos, de órgãos de classe ou de demais grupos políticos, associativos, étnicos, raciais, culturais ou religiosos".

Aliados de Bolsonaro afirmavam que o conceito de "manifestação pacífica" era subjetivo, e que o veto inibia inclusive a invasão de terras pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **(Thaísa Oliveira e Victoria Azevedo/Folhapress)**

Parlamentares mantêm veto de Lula

Brasília - O Congresso Nacional manteve o veto do presidente Lula (PT) à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), após o Executivo acertar com os parlamentares um calendário próprio para o pagamento de emendas parlamentares.

A votação na sessão de ontem representa uma vitória para o governo do petista, que temia o reestabelecimento do cronograma de pagamentos. Se tivesse sido derrubado, esse dispositivo ampliaria o poder do Legislativo sobre o tema, uma vez que hoje não há calendário definido para execução dessa verba.

As emendas parlamentares são o principal mecanismo pelo qual os deputados e senadores destinam recursos para seus redutos, com ganho de capital político eleitoral.

Historicamente, os governos usam a liberação desses valores como moeda de troca em negociações com o Congresso. É comum haver um grande volume desses repasses às vésperas de votações de interesse do Palácio do Planalto, por exemplo.

O acordo que resultou na votação desta terça foi costurado no dia 9, já com a última sessão do Congresso em andamento. O veto não foi votado na data porque líderes disseram que era preciso informar demais membros da cúpula das duas Casas sobre os itens do acerto.

Segundo políticos que participaram das negociações, o novo cronograma prevê o pagamento de 55% das emendas de transferência especial (quando a verba vai direto para os cofres das prefeituras, sem a necessidade de que haja um projeto pré-aprovado) até o dia 30 de junho --limite das vedações eleitorais, por causa das eleições em outubro.

Além disso, o acordo também prevê o pagamento, até a mesma data, de 100% das emendas de comissão na saúde para deputados e de 100% das emendas de bancada na saúde para os senadores.

O Planalto também se compromete com o pagamento de 85% das emendas impositivas para deputados e senadores para a área da saúde e 83% das impositivas da área de assistência social.

A liberação de emendas tem sido criticada desde o início do terceiro mandato de Lula, mas diante das eleições municipais, há maior pressão dos congressistas pelos recursos. Governistas, no entanto, dizem que as queixas se dão pelo apetite insaciável dos deputados e senadores por emendas.

No dia 16 deste mês, o Executivo autorizou o maior pagamento de emendas parlamentares do ano, totalizando R$ 7,5 bilhões. Essa liberação se deu em cumprimento ao calendário de pagamentos de emendas que foi acertado. **(Victoria Azevedo e Thaísa Oliveira/Folhapress)**



Edição impressa produzida pelo Jornal **DIÁRIO DO COMÉRCIO.**
Circulação diária em bancas e assinantes.
As versões digitais e as íntegras das Publicações Legais contidas nessa página, encontram-se disponíveis no site:
https://diariodocomercio.com.br/publicidade-legal
Acesse também através do QR CODE ao lado.





AGROPECUÁRIA

Faturamento prospecta ser recorde em MG

Projeção do VBP é de R$ 127,07 bilhões, com base nos dados até abril; desempenho do café puxa alta no Estado

MICHELLE VALVERDE

Em 2024, o Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP) de Minas Gerais tende a ser recorde. Conforme os dados da Secretaria de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa), a projeção, com base nos dados até abril, é que o faturamento bruto da agropecuária chegue a R$ 127,07 bilhões, aumento de 1,8% frente a 2023. A estimativa de valor recorde é puxada, principalmente, pelo desempenho favorável do café, com tendência de alta de 12,5%.

Os dados mostram ainda que o maior faturamento bruto é proveniente das culturas agrícolas. A projeção é que a atividade agrícola movimente R$ 85,1 bilhões, superando, assim, em 1,9% o VBP de 2023, que fechou em R$ 83,5 bilhões.

Dentre os produtos agrícolas, o café é o destaque. Respondendo por 36,2% da composição do VBP das lavouras, o grão tende a alcançar um faturamento bruto de R$ 30,8 bilhões, um incremento de 12,5% frente aos R$ 27,4 bilhões de 2023. A maior parte do faturamento vem do café arábica, R$ 30,5 bilhões, com alta de 12,4%. O VBP do conilon está estimado em R$ 314 milhões, valor 31,8% maior.

Em Minas Gerais, a cana-de-açúcar também terá um faturamento maior em 2024. A estimativa, com base nos dados até abril, é encerrar o ano com VBP de 13,9 bilhões, representando, então, uma alta de 1%.

Ainda na agricultura, o faturamento da banana, R$ 5,2 bilhões, está 63,2% maior; da laranja, da batata-inglesa, R$ 4,7 bilhões, tende a crescer 36,8%. Para a laranja, a projeção é de uma elevação de 30%, chegando, então, a um faturamento bruto de R$ 1,5 bilhão.

Queda - Ao longo de 2024, alguns produtos importantes registram tendência de queda. No caso da soja, que tem o segundo maior VBP das lavouras, a tendência é retrair 21,7% e encerrar o ano com faturamento bruto de R$ 14,7 bilhões. O faturamento do milho também está menor. A queda será de 17,2%, gerando, então, um VBP de R$ 6,6 bilhões.

O superintendente de Inovação e Economia Agropecuária da Seapa, Feliciano Nogueira, destaca o bom desempenho das lavouras. "O resultado positivo é puxado pelo bom desempenho do segmento das lavouras, que deve alcançar R$ 85,1 bilhões no ano, representando 67% do faturamento do setor agropecuário mineiro. Café, cana-de-açúcar, banana, batata-inglesa, laranja, algodão, amendoim e arroz foram os produtos que apresentaram maior crescimento", disse.

DIEGO VARGAS / SEAPA



Café é destaque e responde por 36,2% da composição do VBP das lavouras; valor é de R$ 30,8 bi

Pecuária mineira também tende a crescer

Assim como na agricultura, o faturamento da pecuária mineira também tende a crescer em 2024. Conforme os dados da Seapa, a projeção, com base nos dados até abril, é de um faturamento 1,7% maior e somando R$ 41,9 bilhões.

No setor, os faturamentos dos principais produtos - leite e bovinos - estão em queda. Para o leite, a tendência é encerrar 2024 com queda de 14,6% no VBP, resultando, então, em um VBP de R$ 13,5 bilhões. O produto representa 32,4% do VBP da pecuária. Já em bovinos, o faturamento, R$ 12 bilhões, tende a retrair 3,9% frente a 2023.

A produção de ovos também terá queda no faturamento. A tendência é de um valor 2,3% inferior e VBP de R$ 2 bilhões.

Dessa forma, o desempenho de outros produtos será importante para que a pecuária encerre o ano com alta no faturamento. A estimativa é que o VBP da produção de frango, R$ 7,4 bilhões, cresça 9% em 2024. Alta expressiva é esperada no faturamento bruto de suínos, 77,1%, chegando, então, ao valor de R$ 6,8 bilhões. **(MV)**

APICULTURA

Aplicativo gratuito ajuda a mapear colmeias para proteger abelhas

LEONARDO MORAIS

O papel das abelhas tem ganhado cada vez mais relevância no que se refere à sua função enquanto aliadas de agricultores em prol da melhoria de produtividade e qualidade dos cultivos. Com o objetivo de fortalecer essa aliança, foi lançado o aplicativo "Colmeia Viva App", uma plataforma de proteção aos polinizadores, como as abelhas, voltada para agricultores, prestadores de serviços e apicultores.

A tecnologia, desenvolvida pelo Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal (Sindiveg), possibilita que maior controle durante o cultivo. O *app* é gratuito e permite que os usuários sejam informados sobre locais e horários das pulverizações de defensivos agrícolas, auxiliando apicultores a adotarem medidas de proteção.

Entre as ações que poderão ser adotadas está a possibilidade de remoção ou isolamento das colmeias durante as pulverizações, reduzindo assim os riscos de exposição aos defensivos. "O conhecimento sobre o calendário de aplicações de defensivos é fundamental para a segurança das abelhas, que desempenham um papel crucial na polinização e, consequentemente, na produtividade e qualidade das culturas agrícolas", pontua o gerente de Assuntos Regulatórios do Sindiveg, Fábio Kagi.

DIVULGAÇÃO / CODEVASF



Tecnologia vai permitir maior controle durante cultivo

A importância do uso de tecnologias como o "Colmeia Viva App" já é discutida internacionalmente. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), 70% dos cultivos dependem de polinizadores, como as abelhas, como forma de garantia de produtividade e qualidade dos alimentos.

Kagi ressalta que a polinização realizada por essas espécies não apenas aumenta a produção de alimentos, mas também mantém a biodiversidade e a saúde dos ecossistemas. Ele ressalta que a proteção da espécie é uma das principais soluções com foco em promover um maior equilíbrio entre as atividades agrícolas e a apicultura.

"Neste mês de maio, comemoramos o Dia Mundial das Abelhas. A data é muito importante para que a sociedade e todo o elo da cadeia produtiva de alimentos possam refletir e discutir sobre a importância de protegê-las. Proteger as abelhas e colmeias, como auxilia o aplicativo Colmeia Viva App, é proteger nossos cultivos", concluí.

PESSOAS

Cultura organizacional enfrenta desafios

Pós-pandemia, gestão do trabalho remoto hoje é realidade e se opõe a uma cultura anterior, de controle e comando

DANIELA MACIEL

REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK



O Brasil não regulamentava o trabalho remoto, mas apenas o teletrabalho (o que pode ser realizado de casa ou apenas de outra base fora do escritório)

A pandemia de Covid-19, entre 2020 e 2022, exigiu que boa parte das empresas revisse seus modelos de trabalho e passassem a adotar, em alguma medida, modelos de trabalho a distância, seja o teletrabalho, o trabalho remoto - que ganhou o apelido de *home office* -, ou o híbrido. Com isso, empresas brasileiras tiveram acesso a trabalhadores qualificados em todo o mundo, sem, necessariamente, precisar trazê-los para o País para contar com o talento deles. Assim, a gestão do trabalho remoto passou a fazer parte do dia a dia de gestores formados em uma cultura anterior, de controle e comando.

Uma verdadeira revolução na cultura organizacional começava ali e hoje inclui gerir pessoas em diferentes países, culturas, fusos horários e com valores e expectativas bastante distintas. Tudo isso, sem se descuidar da burocracia pertinente à legislação trabalhista brasileira e dos respectivos países de onde os trabalhadores prestam serviço.

De acordo com a especialista em direito trabalhista e advogada do escritório Arbach & Farhat Advogados, Caroline Garcia, antes da pandemia, o Brasil não regulamentava o trabalho remoto (o que pode ser feito de qualquer lugar), mas apenas o teletrabalho (o que pode ser realizado de casa ou apenas de outra base fora do escritório ou unidade produtiva).

"Antes tínhamos regulamentado o teletrabalho, mas não existia esse grande fluxo de trabalhadores nessa condição. Via de regra, usávamos a Súmula 207, do TST (Tribunal Superior do Trabalho), porém ela foi cancelada. Quando a empresa brasileira ou a unidade brasileira de uma multinacional contrata alguém fora, ela precisa manualizar algumas questões como o controle da jornada, por exemplo. Mas, de modo geral, ela vai seguir a legislação brasileira que rege os outros tipos de trabalho. Esse é um ponto importante porque, ainda que o contrato aponte um outro fórum para a discussão de questões trabalhistas, a legislação brasileira se sobrepõe a essa indicação. O nosso direito trabalha, assim como a maioria dos países europeus, com a 'Teoria do Conglobamento', que tem como princípio adotar a legislação mais favorável ao trabalhador na resolução dos conflitos. E, na maioria dos casos, essa legislação mais favorável é a brasileira", explica Caroline Garcia.

Está na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) 4931/2022 que visa regulamentar o trabalho transnacional. O PL prevê que sempre a lei observada será a do país sede da empresa, independentemente da origem do trabalhador ou de onde ele estiver trabalhando. Isso ganha importância, principalmente, no caso dos nômades digitais – trabalhadores que estão sempre em viagem, trabalhando de diversos lugares do mundo em curtos espaços de tempo.

"A nova lei, sendo aprovada, não muda muito o que já acontece no dia a dia, mas ela dá mais segurança jurídica tanto para as empresas brasileiras como para as estrangeiras com unidades aqui. Isso diminui os riscos e evita discussões e conflitos longos, desnecessários e custosos para todos os lados", pontua Caroline Garcia.

Além dos aspectos jurídicos, as empresas precisam cuidar também da chamada experiência do colaborador ou *employee experience*. E não é só cuidar da gestão do colaborador que está distante da sede, mas de toda a equipe, independentemente se ela lida ou não com o colega que está em trabalho remoto.

> "A gente tem que ter um equilíbrio entre uma gestão mais humanizada, de escuta ativa, uma gestão do cuidado e uma comunicação justa para as pessoas que estão em diferentes cepas"

Para a presidente do Conselho Deliberativo da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH Brasil), Eliane Ramos, a primeira mudança na empresa deve ser a estrutural, capaz de rever as velhas práticas de comando e controle.

"A empresa precisa, ao mesmo tempo, conduzir mudanças operacionais e no *mindset*. É fundamental incluir a liderança nisso. Quando essa operação é mais descentralizada, envolve questões práticas, como ferramentas digitais que possibilitem a transição, infraestrutura para a segurança dos dados, entre outros pontos. Tudo tem que estar em conformidade com as regulamentações. Ao mesmo tempo, os colaboradores têm que estar bem informados sobre a mudança sobre as regras e se adaptar essa nova cultura. E, claro, a liderança sempre apoiando e motivando que isso aconteça. A gente tem que ter um equilíbrio entre uma gestão mais humanizada, de escuta ativa, uma gestão do cuidado e uma comunicação justa para as pessoas que estão em diferentes cepas", analisa Eliane Ramos.

DIVULGAÇÃO / LNCA MAYRINK SOCIEDADE DE ADVOGADOS



Mayrink: temos que ser mais flexíveis

DIVULGAÇÃO / ESTRELABET



Santos: o que mudou foram as opções

DIVULGAÇÃO / VURDERE



Pisano: interações com qualidade

Mercado de trabalho vive revolução social

Em Belo Horizonte, o escritório Lima Netto Carvalho Abreu Mayrink Sociedade de Advogados viu uma de suas principais colaboradoras se mudar, por questões pessoais, para os Estados Unidos. Para não perder aquele talento, foi feito um acordo para uma primeira experiência à distância. Hoje, passado o período de adaptação e com o sucesso da experiência, o sócio do escritório, Cristiano Mayrink, já aceita repetir o desafio.

"Não sofremos com uma dificuldade de comum nesses casos, que é o fuso horário. Temos uma ou duas horas na frente, dependendo se estamos em horário de verão ou não. Outro ponto a nosso favor, é que como ela era uma colaboradora com mais de 10 anos de casa, não houve uma dificuldade em relação à cultura da empresa, mas existiu, sim, alguma perda no relacionamento com os liderados, especialmente logo no início. Hoje existe um ferramental tecnológico que permite uma interação de qualidade. Fazemos reuniões *on-line* semanais de alinhamento e sempre que necessário entramos em contato imediatamente. Se fosse antes da pandemia, teríamos uma maior resistência a essa solução, mas não perderíamos a profissional. Já tínhamos uma experiência parecida com sócios que tinham ido fazer mestrado no exterior antes da pandemia, mas eram outros tempos e a mentalidade era muito diferente de hoje. Essa opção é importante para reter talentos. Temos que ser mais flexíveis se quisermos contar com pessoas qualificadas. Para cargos estratégicos eu repetiria a experiência que tem sido bastante exitosa", afirma Mayrink.

Com escritórios em Belo Horizonte e São Paulo, a EstrelaBet tem colaboradores em diversos países da Europa e também no interior do Brasil, distante dos escritórios. Segundo o *head of People and Culture* da EstrelaBet, Gabriel Santos, o segredo para uma boa gestão de trabalhadores remotos, especialmente fora do Brasil, é o mapeamento dos processos e estabelecimento de metas claras e acompanhamento constante, sem que isso se torne uma prática que invada a privacidade e diminua a autonomia do colaborador.

"Antes da pandemia esse movimento de contratação fora da cidade-base já existia e nós perdíamos colaboradores brasileiros para empresas estrangeiras. O que temos hoje é uma revolução social. O que mudou foram as opções. No passado não havia tantas opções para trabalhar em grandes empresas. Hoje a empresa tem que agregar outros valores além da remuneração para manter o colaborador. Na EstrelaBet temos vários casos, como brasileiros que viraram nômades e de estrangeiros trabalhando em outro país que não é o de origem e nem o Brasil. Temos, por exemplo, um dinamarquês trabalhando da Grécia. O que aprendemos é que existem algumas questões culturais e outras estruturais que atrapalham. Para a questão do fuso horário, estabelecemos uma comunicação assíncrona que tem funcionado muito bem. Investimos em ferramentas que monitoram os ciclos de entrega das tarefas. Os processos devem ser mapeados, documentados e comunicados. E é necessário fazer uma boa integração desses colaboradores remotos com o restante da equipe. Hoje fazemos questão de ter, pelo menos, um evento anual para reunir todo mundo presencialmente. Esse é um momento especial que precisa ser aproveitado ao máximo, gerando não apenas satisfação no trabalho como também pessoal. Ele precisa se justificar pelo aspecto do tempo, do custo e das questões ambientais envolvidas", destaca Santos.

Ser uma nativa digital, em certo grau, facilita para a Vurdere - plataforma de engajamento para comércio eletrônico - no estabelecimento de uma cultura corporativa que comporte trabalhadores em diferentes países. Isso, porém, segundo o cofundador da Vurdere, Daniel Pisano, não o desobriga de cuidar para que a gestão seja ajustada e transformada em diferencial competitivo na batalha global por talentos.

A empresa tem sede na Holanda e escritório virtual em São Paulo. Os clientes estão espalhados pela Europa e América do Sul.

"Temos que fazer interações com qualidade e frequência para garantir a comunicação. Utilizamos muito as videoconferências. O principal é utilizar ferramentas que proporcionem uma gestão capaz de estabelecer metas claras e acompanhar os processos. Enquanto as *big techs* estão levando os colaboradores de volta para os escritórios, vejo que as empresas que fazem uma boa gestão do trabalho remoto estão criando um diferencial para atrair e manter bons talentos no mundo todo", completa Pisano. **(DM)**



CAPITALISMO CONSCIENTE®
FILIAL BELO HORIZONTE

A tragédia nacional e as transições que o RS nos clama a fazer



MARINA SPÍNOLA*

Ainda longe de um fim, o que acontece no Rio Grande do Sul é uma tragédia nacional. Não se trata - e nem é o momento - de apontar culpados. A verdade, segundo Robert B. Olshansky, geólogo e planejador urbano, é que *"ninguém pensa muito em desastres antes que eles aconteçam"*.

Autor do livro "After Great Disasters", Olshansky é o mesmo que traz alguma luz diante de perspectivas tão críticas. Ele afirma que *"as maiores mudanças ocorrem quando os desastres acontecem"*. O professor do Centro de Gestão Pública da Fundação Dom Cabral, Humberto Martins, no artigo "Como evitar a tragédia institucional no Rio Grande do Sul?", publicado recentemente, alerta para a necessidade de o Estado atuar, de forma colaborativa, num "regime interfederativo emergencial", capaz de articular entes, agentes públicos e parceiros, com regras administrativas próprias e inovadoras. É um caminho que precisará ser seguido.

> *"É preciso sair desse modelo de sociedade de consumo e da ostentação, centrada no TER, para um novo paradigma de sociedade, fundado em valores humanistas e ambientais, em que a vida está no centro das decisões. Sem isso, muito pouco avançaremos"*

O caso do Rio Grande do Sul acende um alerta nacional, que não pode ser ignorado após a comoção imediata diante dos números que indicam que estamos diante do maior desastre climático da história brasileira. Historicamente, sabemos que a tendência é a de que, pouco a pouco, a mobilização nacional se arrefeça e, se especialistas, como o professor da FDC, forem ouvidos, os mecanismos institucionais darão conta da reconstrução.

Entretanto, o sinal vermelho está posto para nós. É hora de considerar a urgência das mudanças. É hora de acelerar o passo rumo à transição climática. É urgente sair desse modelo econômico, produtivo, estrutural, baseado em emissões de gases de efeito estufa (GEE), para outro que seja menos dependente do carbono e mais resiliente ao clima.

Os governos desempenham um papel crucial nessa transição climática, e precisam implementar, de forma mais célere e eficaz, políticas estruturantes que garantam segurança jurídica e alguma previsibilidade na trajetória para a economia de baixo carbono.

Essa responsabilidade também recai sob os ombros de nossas lideranças empresariais, que precisam ir além da participação em debates nos fóruns nacionais e globais, das práticas e projetos sustentáveis pontuais e, principalmente, precisam renovar o entendimento acerca da responsabilidade social corporativa. A responsabilidade corporativa está no core do próprio negócio - naquilo que produz, como produz e como faz para o produto chegar ao consumidor.

Já não é mais aceitável que negócios reconheçam e apenas reduzam seus impactos negativos. É a vez dos negócios regenerativos, que geram mais impactos positivos e que sua existência torna o mundo melhor, menos desigual e com mais prosperidade ambiental. A transição climática só será possível quando as lideranças empresariais compreenderem e praticarem um dos pilares do Capitalismo Consciente - que é ter um "propósito maior que o lucro".

Para sonharmos com esse futuro livre das imagens que devastam a alma da gente ao assistir as notícias das enchentes no Sul, será preciso deixar pra trás, de uma vez por todas, as bases desse nosso modelo econômico, extrativista, que desumaniza as pessoas e os negócios e ignora, muitas vezes, o valor da vida. Junto com a reinvenção das bases do sistema produtivo, precisaremos também nos empenhar para efetivarmos uma espécie de "transição social". É preciso sair desse modelo de sociedade de consumo e da ostentação, centrada no TER, para um novo paradigma de sociedade, fundado em valores humanistas e ambientais, em que a vida está no centro das decisões. Sem isso, muito pouco avançaremos. Resta saber quantas enchentes e desastres climáticos, literalmente, pagaremos pra ver.

*Diretora de Relações Institucionais e Sustentabilidade da FDC e Conselheira do Capítulo BH do Capitalismo Consciente. Redes sociais: Instagram: @marinaspinola e Linkedin: Marina Spínola

EDUCAÇÃO EXECUTIVA

FDC segue entre as melhores em *ranking* internacional

Fundação é a única brasileira entre as dez instituições listadas pelo Financial Times

DANIELA MACIEL

Mais uma vez a Fundação Dom Cabral (FDC), com sede em Nova Lima, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), figura entre as 10 melhores do Ranking de Educação Executiva do Financial Times.

A instituição, que é a única brasileira entre os dez primeiros, é a 5ª melhor escola de educação executiva em Programas Abertos e 10ª em Programas Customizados. Pela primeira vez o *ranking* exclui a categoria "geral", no qual em 2023 a Fundação tinha alcançado a 7ª posição. Participante da lista desde 2005, a Fundação Dom Cabral subiu duas posições em Abertos e uma em Customizados em relação à última edição.

De acordo com a vice-presidente da FDC, Paula Simões, a boa classificação no *ranking* tem vários significados e dá à Fundação a oportunidade de participar de um seleto grupo global e com ele trocar informações, experiências e fazer intercâmbio de professores e alunos.

> *"O Financial Times utiliza critérios internacionalmente válidos. Isso nos estimula à contínua melhoria. Sabemos que qualquer detalhe pode fazer a diferença"*

"Esse *ranking* representa muito, primeiro, porque tem relevância global. Temos uma ambição de internacionalizar e sermos capazes de trazer para o Brasil a atenção do mundo, e para os nossos alunos esse *mindset* global. O Financial Times utiliza critérios internacionalmente válidos. Isso nos estimula à contínua melhoria. Sabemos que qualquer detalhe pode fazer a diferença. As avaliações já são muito altas. Estar entre as primeiras é uma conquista que deve ser celebrada. Ter avançado merece ainda mais comemorações", afirma Paula Simões.

Na metodologia dos *rankings*, 80% dos resultados são compostos pela percepção de participantes e clientes sobre os programas elaborados, levando em consideração critérios como preparação do programa; formato do curso; corpo docente; métodos de ensino e materiais didáticos; novas competências e aprendizagem; acompanhamento; objetivos alcançados; custo-benefício; entre outros. Já os outros 20% do resultado são baseados em dados quantitativos que as escolas respondem como crescimento em receita; participantes de programas internacionais; entregas de programas internacionais e diversidade do corpo docente.



DIVULGAÇÃO / FDC

Paula Simões: classificação dá à FDC a oportunidade de participar de um seleto grupo global

Na categoria Programas Abertos, a FDC manteve a terceira posição no item "Métodos de ensino" (materiais didáticos contemporâneos e apropriados e uma mescla adequada de rigor acadêmico e relevância prática). E melhorou, entre outros, em:

Corpo Docente (qualidade do ensino e medida em que o quadro docente trabalhou em conjunto para apresentar um programa coerente): 8ª para 2ª;

Preparação (fornecimento de informações antecipadas sobre o conteúdo do programa e sobre o processo de seleção de participantes): 4ª para 2ª;

Desenho do Programa (flexibilidade do curso e adequação do tamanho da classe, estrutura e desenho: 3ª para 1ª.

Já nos programas customizados, manteve a quarta posição em desenho do programa (flexibilidade do curso e a disposição das escolas de negócios a complementar seu próprio quadro docente com especialistas e profissionais) e subiu em:

Corpo Docente (qualidade do ensino e medida em que o quadro docente trabalhou em conjunto para apresentar um programa coerente): de 5a para 4a;

Custo-benefício (classificação, em termos de valor, do desenho do programa e dos materiais didáticos): de 8ª para 7ª.

"Outro ponto importantíssimo é que o *ranking* é a expressão forte da opinião dos nossos alunos e clientes. É o peso de quem vive a experiência. Durante a pandemia tivemos um ótimo desempenho no *ranking* com cursos *on-line*. Em 2023, voltamos totalmente para o presencial e ficamos em primeiro lugar no quesito "desenho do curso", na categoria Programas Abertos. Isso mostra uma capacidade de adaptação e uma preocupação constante com a jornada do aluno em qual modalidade for. Hoje o presencial tem que fazer muito mais sentido do que antes da pandemia. As pessoas avaliam custo, tempo, emissão de carbono, entre outros pontos, para decidir se vão viajar para fazer um curso ou não", destaca.

O excelente desempenho no *ranking* do Financial Times e em outras listas e creditações reverbera também no braço de educação social da Fundação Dom Cabral. A área foi estruturada na escola de negócios em 2020 para organizar e escalar não só as ações que já existiam, como para fomentar as que estavam por surgir e estão surgindo. Só em 2023 mais de 22 mil pessoas foram impactadas por diferentes ações específicas e bolsas de estudo na própria Fundação e instituições parceiras.

"A FDC tem a causa social no seu DNA e o propósito de construir um futuro melhor e positivo atravessa todas as nossas atividades. Temos coerência e legitimidade para falar disso. Hoje temos uma grande diversidade nos corpos docente e discente que nos traz grandes oportunidades de construir relações e compartilhar conhecimentos. O *ranking* traz autoestima para quem, até pouco tempo atrás, achava que não poderia frequentar uma escola de negócios como a FDC. Quando capacitamos líderes - independentemente da origem ou do porte do negócio - contribuímos para um país que caminha para o progresso e a justiça social", completa a vice-presidente da Fundação Dom Cabral.

EMPREENDEDORISMO

Sebrae Minas lança programa "Moda Preta"

No Brasil, mais de 15 milhões de donos de negócios se autodeclaram pretos ou pardos, representando cerca de 52% do total de pessoas que têm um empreendimento no País, de acordo com levantamento do Sebrae com base nos dados da Pnad (2º Tri/2023). Apesar de serem maioria dos empreendedores brasileiros, os empresários negros conseguem menos empréstimos bancários (44%), que os brancos (57%).

Para impulsionar o crescimento e o sucesso de empreendedores negros na indústria da moda, e valorizar símbolos e elementos culturais com fatores de diferenciação e empoderamento no mercado, o Sebrae Minas criou o Programa "Moda Preta". Interessados em participar da iniciativa poderão se inscrever no *link https://loja.sebraemg.com.br/detalhes/122746* até o dia 3 de junho.

O "Moda Preta" é um programa-piloto no Estado e vai oferecer capacitação e suporte empresarial a 20 pessoas negras de Belo Horizonte e região metropolitana, que estão no comando de um negócio no segmento da moda.

Para participar o empreendimento deve ser formalizado e faturar até R$ 4,8 milhões por ano. Também devem atuar em atividades relacionadas à confecção de vestuário, moda íntima, acessórios, calçados, bijuterias e joias inspirados em temas que celebram a herança africana e combinam elementos tradicionais da cultura com *design* contemporâneo.

"Mais que um programa, o 'Moda Preta' é um movimento para promover a identidade, a diversidade e a resistência cultural dos afrodescendentes no segmento. Mais do que isso, queremos estimular e preparar as pessoas negras que estão no comando dos negócios neste setor para que desenvolvam ainda mais seu perfil empreendedor, tornando seus negócios mais competitivos no mercado, sem perder a essência de suas origens", afirma o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas, Marcelo de Souza e Silva.

A iniciativa começa em junho e terá duração de três meses. Neste período os participantes passarão por uma jornada de conhecimento e receberão consultorias tendo como base a metodologia Ubuntu, técnica que avalia cenários e aspectos socioeconômicos e etnográficos do negócio, traçando indicadores sociais e culturais específicos para identificar ameaças e oportunidades.

"Essa metodologia reúne diversas técnicas e ferramentas alinhadas às mais recentes transformações dos processos de gestão de negócios de moda, propiciando o desenvolvimento de empreendimentos inovadores, sustentáveis e socialmente conscientes para o futuro do setor", explica Marcelo Silva.

Haverá ainda orientações e consultorias individuais sobre a construção colaborativa dos negócios, nichos afroculturais, *design* decolonial, iconografia pessoal e painel semântico. Os participantes também irão aprender a desenvolver um modelo de negócio com uma proposta de valor, elaborar planejamento para criação de novas coleções e estabelecer indicadores para a aplicação de métricas de mensuração de resultados e performance do negócio.

O Programa "Moda Preta" faz parte do Integra Moda, um conjunto de estratégias do Sebrae Minas para incentivar o empreendedorismo no setor e fortalecer a cadeia produtiva da moda em Minas Gerais.

DIVULGAÇÃO / ÁGUA DE CHEIRO



A meta de expansão da Água de Cheiro é abrir até o fim do ano mais 60 lojas e no próximo ano, outras 100 Brasil afora

COSMÉTICOS E PERFUMARIA

Tradicional, Água de Cheiro busca recuperar mercado

Desafio é renovar a marca e trazê-la de volta para o patamar de relevância

DANIELA MACIEL

Bonito e cheiroso! É assim que o povo brasileiro quer ser reconhecido. É apostando nesse gosto da população pelos perfumes que a marca de origem mineira Água de Cheiro traça o futuro. Dados da Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec) demonstram que elas têm motivos para isso. O Brasil possui o segundo maior mercado mundial de perfume, onde 78% da população consome fragrâncias. E o setor segue otimista, com previsão de crescimento de até 6,2% até 2027.

Depois da entrada do apresentador do SBT, Ratinho (Carlos Massa), consolidada em março, no negócio, a marca intensificou a publicidade voltada aos públicos C e D, com os quais o empresário tem bastante identificação. Ratinho deve realizar, nos próximos dois anos, investimentos no valor de R$ 30 milhões e levar a marca diariamente ao programa que comanda na TV, às suas redes sociais e à audiência da Rede Massa.

De acordo com o diretor-geral da operação Água de Cheiro, Olindo Junior, o grande desafio da marca é recuperar a relevância que a Água de Cheiro teve nas décadas de 1980 e 1990. Desde 2016, a Água de Cheiro pertence à Beauty Franchising, braço de beleza e perfumaria no grupo Narsana, *holding* que arrematou a marca de perfumes em 2016.

"Desde que assumimos a Água de Cheiro, alguns anos atrás, o desafio foi renovar a marca e trazê-la de volta para o patamar de relevância que tinha nas décadas de 80 e 90. Conseguimos fazer isso trazendo de volta os perfumes clássicos. Desde o ano passado, procuramos acelerar o negócio como um todo e entendemos que estávamos prontos, mas faltava um porta-voz público. Assim chegamos ao Carlos Massa. Ele é um dos maiores comunicadores do Brasil. Tem um perfil popular muito enraizado e isso se comunica com o perfil do nosso público. É isso que a marca quer. São produtos de qualidade e, ao mesmo tempo, acessíveis. Começamos a ativação em abril, explorando os canais da rede Massa. Sentimos um impacto gigante. Fazia muito tempo que não tínhamos uma campanha tão agressiva. O ponteiro já mexeu. As redes sociais já cresceram e a procura de pessoas interessadas em abrir loja e vender produtos também", afirma Junior.

DIVULGAÇÃO / ÁGUA DE CHEIRO



Olindo Junior: todos têm uma história com a Água de Cheiro

> *Os departamentos da empresa estão passando por uma reestruturação com a chegada de executivos de mercado. A promessa é de vários lançamentos nos próximos meses, começando em junho*

Os departamentos da empresa estão passando por uma reestruturação com a chegada de executivos de mercado. A promessa é de vários lançamentos nos próximos meses, começando em junho. Para o Dia dos Namorados a campanha vai valorizar a estética árabe, com direito a uma nova versão da mais clássica das fragrâncias da Água de Cheiro: a Absinto. O perfume apresenta um misto de frutas, flores e ervas.

"Todo mundo tem uma história com a Água de Cheiro. Vamos valorizar essa memória afetiva e inovar ao mesmo tempo. Temos todo o respeito e admiração pelas grandes marcas de perfumaria do Brasil. Elas fizeram e seguem realizando trabalhos incríveis, mas nesse sentido, a minha maior inspiração é a Cacau Show. Eles conseguiram desenvolver produtos excelentes com preços acessíveis. Eles se comunicam com o brasileiro médio de maneira exemplar", destaca.

A meta de expansão da Água de Cheiro é abrir até o fim do ano mais 60 lojas e no próximo ano, outras 100. Depois de 2025, estabilizar em 80 novas unidades por ano.

"Temos o DNA brasileiro de resistência e coragem. Focamos em pessoas que tenham jogo de cintura. A família tradicional brasileira é a mãe batalhando sozinha para criar os filhos. Queremos ajudar a criar um caminho para mulheres, gays e outros grupos minorizados tanto como consumidores, como vendedores da Água de Cheiro", completa o diretor-geral da operação Água de Cheiro.

AQUISIÇÃO

Yduqs compra Newton Paiva por R$ 49 mi

A Yduqs, um dos maiores grupos de ensino superior do País, anunciou ontem a entrada para o grupo do centro universitário Newton Paiva, instituição com 50 anos de atuação e referência de qualidade em Belo Horizonte. A Newton, como é carinhosamente conhecida pelos mineiros, possui dois campi, que abrigam 7.643 alunos, em 26 cursos de graduação presencial (3.307 estudantes) e nove cursos no formato semipresencial (957 alunos), além de ofertas em ensino a distância (2.933 estudantes) e pós-graduação (446 alunos). A instituição tem ampla tradição e reconhecimento nas áreas de Direito e nos cursos de Saúde, com destaque para o curso de Odontologia, em que lidera no mercado local, com cerca de 20% dos estudantes. O centro universitário irá continuar com sua marca, sinônimo de qualidade para os belo-horizontinos, bem com suas unidades atuais.

"A Newton tem todos os atributos, a alta qualidade docente e acadêmica e a conexão com a cidade que caracterizam a rede Wyden. É uma instituição que nos encheu os olhos desde que a conhecemos"", diz Aroldo Alves, CEO da Wyden, que reúne 10 outras instituições com elevado padrão de ensino, em São Paulo e em estados das regiões Nordeste e Norte do País.

"Estamos muito felizes em poder trabalhar para que a instituição continue oferecendo ensino de altíssimo gabarito, promovendo o conhecimento e a transformação de pessoas. Adicionalmente, vamos contribuir para que o Centro Universitário dê um passo ainda maior em direção ao futuro, trazendo investimentos em tecnologia e infraestrutura, novas ferramentas de ensino, serviços padronizados e personalizados para os alunos. Para os colaboradores e professores, além de fazerem parte de um dos maiores grupos de ensino do Brasil, a operação gerará oportunidade de desenvolvimento e crescimento profissional", conclui Aroldo Alves.

A aquisição do centro universitário chega em um momento de retomada de procura pelo ensino presencial - a Yduqs registrou aumento em sua base de alunos da modalidade no primeiro trimestre do ano. A companhia, que se destaca no mercado pelo alto grau de eficiência de suas operações, projeta uma relação de 2,2 EV/Ebitda para a Newton já em 2025.

"Somos reconhecidos no mercado por nossa disciplina, o que se aplica também às escolhas que fazemos com relação a aquisições", diz o CEO da Yduqs Eduardo Parente. "Hoje temos um cenário diferente do que experimentamos nos últimos anos, com demanda crescente e maior racionalidade em termos de preços dos ativos. Essa mudança ocorre justamente quando a Yduqs concluiu um ciclo profundo de transformação, e sai dele como uma forte geradora de caixa, com baixa alavancagem, e com muita tecnologia e qualidade no ensino. É uma conjunção que permite movimentos estratégicos de valor, como é o caso com a Newton".

O contrato celebrado neste dia 28 prevê a aquisição integral da instituição pelo valor de R$ 49 milhões, com o pagamento de R$ 34,3 milhões à vista e o restante a ser pago em cinco anos, com reajuste pelo CDI. A Newton Wyden será a terceira marca de ensino do grupo Yduqs na capital mineira - Estácio e Ibmec são as outras duas. O processo de transição de gestão deve levar aproximadamente 90 dias e está condicionado à aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e reestruturação societária.

CURTAS

Motz aumenta em 25% seu volume transportado

O setor logístico no Brasil já representa 13% do PIB, proporcionado pelo bom desempenho agrícola, fusões e aquisições entre empresas, além da implementação de novas tecnologias. Seguindo o mercado, em 2023 a Motz registrou uma receita líquida de R$ 1,172 bilhão, 13% maior em relação a 2022. Além do crescimento em faturamento, a empresa atingiu a marca de mais de 19 milhões de toneladas de volume transportado, superior a 25% com relação ao ano anterior. Para 2024, o foco será em crescer aproximadamente 30% da receita líquida e 35% da base de motoristas. Criada em 2020 pela Votorantim Cimentos, a Motz é uma transportadora digital que combina parceria, tradição e cuidado para conquistar embarcadores e transportadoras, além de impulsionar caminhoneiros autônomos pelo País inteiro.

FJP encerra primeira edição do Programa de Lideranças Negras

Oferecer qualificação de alto nível para gestoras e gestores negros da administração pública que ocupam ou desejam ocupar posições gerenciais. Esta é a proposta do Programa de Lideranças Negras na Gestão: um futuro diverso (PLN), da Fundação João Pinheiro (FJP), que encerrou as atividades de sua primeira turma na sexta, 24 de maio. Iniciativa da FJP em parceria com a Fundação Lemann, o PLN visa preparar esses profissionais para uma atuação eficaz e inovadora no poder Executivo. A primeira turma, iniciada em novembro de 2023, contou com 37 participantes dos estados de Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraíba, Bahia, Sergipe e do Distrito Federal. O PLN tem carga horária de 120 horas, distribuídas em módulos, oficinas, mesas temáticas e cafés com mentoria. Com exceção da abertura e do encerramento, as atividades ocorreram de forma virtual e abordaram temas como educação para as relações étnico-raciais na perspectiva da administração pública, dinâmica institucional, estratégia organizacional, pessoas e equipes, inovação e tecnologia gerenciais, gestão da mudança e transformação organizacional.

Bolsas de formação da Fapemig têm aumento de até 90%

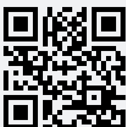
A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) anuncia aumento do valor de suas bolsas de formação. O reajuste, oficializado pela Deliberação nº 211, de 24 de maio de 2024, garante uma alta de 10% no valor das bolsas para as modalidades: iniciação científica júnior (alunos do Ensino Fundamental de Médio); iniciação científica (alunos de Graduação); mestrado; e doutorado. O reajuste para as bolsas de pós-doutorado é ainda maior, chegando a 90%. A medida torna o valor das bolsas de formação da Fapemig maior do que os valores atuais oferecidos pelas agências nacionais de fomento. Esse é o terceiro reajuste anunciado em quatro anos, o último foi concedido em fevereiro de 2023. A medida vai beneficiar, de forma imediata, os mais de 6,5 mil bolsistas das modalidades de formação da Fapemig. O reajuste definido para as bolsas de pós-doutorado é ainda mais expressivo e corresponde a cerca de 90%: de R$ 5.200 (valor atual), seu valor passa para R$ 9.047,50.

Stanley Black & Decker ocupou 50% de sua diretoria no Brasil com mulheres

A indústria de ferramentas é, historicamente, marcada pela presença masculina - tanto do ponto de vista de quem consome quanto do da mão de obra produtora. Foi pensando em reduzir essa desigualdade que a Stanley Black & Decker decidiu implementar, em 2018, uma estratégia para acelerar a atuação feminina no Brasil não apenas no quadro total de funcionários, mas também nos cargos de diretoria. Nesses últimos 5 anos, a empresa - reconhecida mundialmente por conta de suas ferramentas e de seus eletrodomésticos portáteis - promoveu um aumento de 23% para 32% de presença feminina no quadro de colaboradores e tem como meta fazer esse número chegar a 40% já nos próximos dois anos. Nos cargos de liderança (que envolvem Líderes, Coordenadores, Supervisores e Gerentes) o aumento foi de 22% para 28% no período. E mais: a Stanley Black & Decker ocupou 6 dos seus 12 cargos de diretoria no País com mulheres (no primeiro semestre de 2018, todos os diretores eram homens).

Santa Casa BH e Prefeitura renovam acordo de cooperação

O prefeito de Belo Horizonte, Fuad Noman, assinou um Acordo de Cooperação que formaliza uma parceria formalizada em 1943, entre a Prefeitura de Belo Horizonte e a instituição, por meio da Assistência Familiar Santa Casa BH. Este acordo visa dar continuidade ao serviço de sepultamento gratuito, uma iniciativa destinada a proporcionar mais dignidade no sepultamento de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade social que não tenham como arcar com os custos do processo de sepultamento. Para o provedor da Santa Casa BH, Roberto Otto, a renovação do acordo reforça o compromisso mútuo de promover o cuidado integral à comunidade. A parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte demonstra um esforço conjunto para atender às necessidades dos cidadãos, promovendo dignidade e respeito em todas as etapas da vida.



RENATO ARAÚJO / AGÊNCIA BRASIL



Sancionado pelo governador Romeu Zema, o Notal Fiscal Mineira estimula o consumidor a exigir nota fiscal nas compras

TRIBUTOS

Nota Fiscal Mineira busca reduzir a sonegação fiscal

Programa do governo do Estado pode aumentar arrecadação de impostos

CRISTINA MORENO DE CASTRO
Editora

A lei que institui o programa Nota Fiscal Mineira, originária de projeto aprovado em segundo turno pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em abril, foi sancionada pelo governador Romeu Zema (Novo) e publicada no Diário Oficial do Estado de ontem.

O objetivo do programa é incentivar os consumidores a exigirem documento fiscal nas compras, o que pode levar à redução de sonegação de impostos e ao consequente aumento de arrecadação pelo Estado.

"Estudos feitos pela Secretaria de Fazenda mostraram que é possível um incremento em torno de R$ 80 milhões por ano na receita do Estado, sem a necessidade de se criar ou aumentar impostos", disse Zema.

Atualmente, Minas Gerais emite cerca de 325 milhões de notas fiscais por mês e, com a implementação do programa, a expectativa do governo é de "aumento expressivo no número de emissões". Tanto que, na época da aprovação do projeto de lei, o secretário de Estado de Fazenda, Luiz Claudio Fernandes Lourenço Gomes, estimou um acréscimo entre 0,5% e 1% na arrecadação de impostos.

O programa será gerenciado pela Secretaria de Estado de Fazenda (SEF/MG). A expectativa é que a Nota Fiscal Mineira seja regulamentada e lançada oficialmente no segundo semestre deste ano.

> "Estudos feitos pela Secretaria de Fazenda mostraram que é possível um incremento em torno de R$ 80 milhões por ano na receita do Estado, sem a necessidade de aumentar impostos"

Sorteios - Uma das principais formas de incentivar a adesão ao programa são os sorteios aos cidadãos. O governo confirmou que fará distribuição de prêmios em dinheiro que variam de R$ 100 a R$ 1 milhão.

O programa vai prever uma entrega mensal de pelo menos um prêmio em cada um dos 853 municípios mineiros, de forma a democratizar a iniciativa.

Haverá sorteios semanais, mensais e semestrais, além do grande prêmio de R$ 1 milhão, que vai ser sorteado no fim de cada ano.

"Em linhas gerais, o programa fará a entrega de mais de 60 mil prêmios, em escala estadual, regional e municipal, totalizando R$ 26 milhões", informou o governo.

Os cidadãos interessados em concorrer a esses prêmios poderão aderir ao programa por meio de um aplicativo de celular, que ainda será desenvolvido. A adesão será voluntária, ou seja, não obrigatória.

A cada compra, o consumidor deverá pedir a inclusão do CPF na Nota Fiscal de Consumidor eletrônica (NFC-e). Assim, a compra será registrada automaticamente no aplicativo e o sistema do programa Nota Fiscal Mineira irá gerar o bilhete com número para concorrer aos prêmios. O sorteio será feito com base na Loteria Federal.

O programa também contemplará entidades mineiras de assistência social devidamente regularizadas.

"Quem aderir ao programa também vai poder indicar até três instituições de assistência social devidamente regularizadas. Caso esse consumidor seja contemplado no sorteio, as entidades também receberão prêmios em dinheiro", diz o autor do projeto que deu origem à lei, deputado Bosco, vice-líder do governo na ALMG.

UNIAUTO E LIDERAUTO

Credores serão ressarcidos em rateio

Cerca de 13 mil consorciados lesados pelos consórcios Uniauto e Liderauto serão ressarcidos. O síndico da massa falida, Sérgio Mourão obteve decisão que libera R$33.793.442,43 (depositados em conta judicial) para o pagamento dos credores em rateio.

Para receber os valores, os consorciados constantes no quadro geral de credores deverão apresentar dados bancários atualizados, ratificarem os poderes que outorgaram aos advogados no processo e declararem que não cederam sua cota do grupo de consórcio a terceiros. Os credores deverão se manifestar e encaminhar os documentos para o *e-mail* do síndico (*uniauto@obcladv.com.br*).

Por causa de irregularidades, o Banco Central (1996) proibiu o Consórcio Uniauto a formar novos grupos de associados. Como forma de driblar a vedação imposta, a família que administrava a empresa assumiu o controle e a gestão do Consórcio Nacional Liderauto, cujo objeto social também consistia na formação e administração de grupos de consorciados.

Em 2002, após constatar novas práticas ilícitas, o Banco Central decretou a liquidação extrajudicial das empresas. Assim, no ano de 2004, os consórcios Uniauto e Liderauto tiveram falências decretadas no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Mas, os bens arrecadados das sociedades foram insuficientes ao pagamento de credores.

Assim sendo, o síndico da massa falida ajuizou "incidentes de extensão da falência" contra pessoas envolvidas na fraude. Então, a massa falida arrecadou bens avaliados em R$147.448.271,20.

A partir daí, os depósitos de aluguel oriundos destes bens foram depositados em juízo ao longo dos anos. São esses valores que representam os pouco mais R$33 milhões arrecadados e liberados pelo desembargador José Eustáquio Lucas Pereira (TJMG), que atendeu o "pedido de tutela de urgência recursal" de Sérgio Mourão, para o imediato pagamento dos consumidores.

Caso a quantia não seja suficiente para ressarcir a todos os lesados, os outros bens serão vendidos até atingir a quantia que proporcione recursos suficientes à restituição dos consorciados e pagamento de todas as dívidas da massa falida.

Dívidas trabalhistas - Agora, os credores devem apresentar documentação no prazo de até 60 dias para reaverem o dinheiro investido a mais de 20 anos. Após o pagamento dos consorciados, conforme prevê o Decreto-Lei 7.661/1945, serão pagas as dívidas trabalhistas e fiscais.

"Além dos R$33 milhões, há mais dinheiro para entrar. Acordos assinados com os réus garantem, ainda, o aporte de mais R$47 milhões em dinheiro. Desta forma, todos serão ressarcidos. O tempo de espera, de fato, é longo. No Brasil, infelizmente, o combate à fraude é demorado. Mas é a única forma de viabilizar o pagamento de credores no processo de falência. O que é melhor? Encerrar a falência rapidamente, permitindo que se desvie patrimônio ou gastar tempo combatendo a fraude para pagar todos os credores?", avalia Mourão.

A falência da Uniauto e da Liderauto ficou emperrada por anos, até que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) afastou a desembargadora Maria das Graças Albergaria Costa do caso (fevereiro de 2021), depois de constatada a atuação irregular da magistrada no caso. Ao assumir o processo, o desembargador José Eustáquio Lucas Pereira deu celeridade ao caso, que agora deve encerrar com o pagamento de todos os credores.

FALANDO DIREITO PARA PEQUENOS NEGÓCIOS

A cobrança de metas e o dano moral



CONRADO DI MAMBRO OLIVEIRA *

A sociedade é dinâmica. Evolui e avança com velocidade impressionante. E no ambiente empresarial não é diferente. A globalização, as inovações tecnológicas, os novos nichos de mercado, o incremento do comércio virtual e o aumento do poder de compra dos consumidores, entre tantos outros fatores, atuam na modificação deste cenário, exigindo dos empresários ainda mais preparo e habilidade para se adaptar aos novos tempos e não perder o rumo da história.

E o que isso tem a ver com o título proposto para este artigo? Tudo. Neste novo contexto, a competição entre as empresas se acirra acentuadamente e a procura pela margem de lucro se torna tarefa ainda mais difícil. Os empresários e gestores são obrigados a adotar novas práticas junto às suas equipes, incorporando, cada vez mais, um conjunto de ações focado na produtividade, captação de novos clientes e ampliação dos negócios.

Não há mais espaço para o amadorismo e improvisos. Definição e alcance de metas de vendas – individuais e coletivas –, equipe qualificada, motivada e bem treinada, produtos de qualidade e processos produtivos sustentáveis são hábitos que, atualmente, fazem parte da rotina de qualquer organização empresarial que pretende superar os desafios do dia a dia e se manter ativa no mercado.

Porém, nesta atual perspectiva, as empresas se deparam, frequentemente, com algo indesejado: a pressão exagerada e abusiva por metas e resultados, fora dos limites normais do poder diretivo do empregador, pode, eventualmente, causar abalo psíquico ao trabalhador e, conforme o caso, gerar condenações ao pagamento de indenizações por danos morais.

É inquestionável que o empregador, enquanto proprietário da empresa e na condição daquele que assume os riscos do empreendimento, dirige a prestação de serviços com a prerrogativa de organizar e disciplinar o ambiente de trabalho, na busca por resultados eficientes. No entanto, esse não é um direito absoluto (aliás, como não é nenhum outro) e deve ser exercido com moderação, dentro dos limites, sem excessos ou abusos.

Logo, todo o cuidado é pouco. O Judiciário trabalhista, quando acionado, repele e pune procedimentos patronais que, a pretexto de exigir e estimular a observância de metas, acabam por atacar a integridade moral e psíquica do trabalhador.

Abaixo, apenas para ilustrar, relaciona-se alguns casos concretos julgados pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (Minas Gerais), divulgados no *site* do próprio tribunal (*www.trt3.jus.br*), em que as empresas reclamadas foram condenadas ao pagamento de indenização por danos morais, em função de excessos e abusos cometidos por gestores na cobrança de metas e produtividade dos funcionários:

- Empresa é condenada por cobrança abusiva de metas, com exposição dos empregados por meio de *ranking* colocado em local de acesso dos outros trabalhadores e divulgado nos grupos de WhatsApp (Processo 010001-31.2020.5.03.0003);
- Empresa que apelidou de "ofensores" trabalhadores com baixa produtividade é condenada a pagar indenização por danos morais (Processo 0010267-35.2021.5.03.0180).
- Empresa que ameaçou passar "pente-fino" em filiais por cumprimento de metas pagará indenização a ex-empregada (0010881-89.2019.5.03.0057).
- Empresa é condenada pela prática de gestão por estresse (0010796-40.2017.5.03.0036).
- Trabalhadora chamada de "lenta" e "tartaruga", chegando a ser tratada também como "cavalo paraguaio", receberá indenização (0011782-21.2016.5.03.0006).
- Vendedora será indenizada por exposição de resultado improdutivo em grupo de WhatsApp (0010224-34.2018.5.03.0009).

Naturalmente que a simples fixação de metas pelo empregador, exercida de forma adequada e nos limites de seu poder diretivo e disciplinar, não atinge a honra e dignidade do trabalhador, até mesmo porque este presta serviços de forma subordinada, estando sujeito às ordens do patrão.

Neste sentido, no julgamento do processo 0010651-68.2023.5.03.0134, o desembargador José Marlon de Freitas lembra que "a mera estipulação e cobrança de metas de produtividade, mormente em setores competitivos, não se revela suficiente para a caracterização do dano moral, inserindo-se no âmbito do poder diretivo patronal".

Conclui-se, portanto, que o exercício do poder diretivo e disciplinar por parte do empregador é legítimo, mas não pode extrapolar seus limites e ser usado como ferramenta para ridicularizar, discriminar, ameaçar, perseguir ou humilhar o empregado. A dignidade da pessoa humana e o valor social do trabalho são fundamentos previstos na Constituição Federal de 1988, que também assegura a redução dos riscos inerentes ao trabalho como um direito social, além de proteger a honra, imagem, intimidade, vida privada e demais atributos da personalidade.

** Presidente da Comissão de Apoio Jurídico às Micro e Pequenas Empresas da OAB/MG*

FOMENTO

Desembolsos do BNB diminuem 19,6%

Banco atribui a queda registrada no primeiro quadrimestre de 2024 ao aumento da inadimplência das empresas

JULIANA SODRÉ

O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) registrou queda de 19,6% de desembolsos no primeiro quadrimestre se comparado ao mesmo período do ano passado. De acordo com a instituição financeira, foram R$ 189 milhões a menos efetivamente liberados para os clientes, com redução do montante de R$ 961 milhões para R$ 772 milhões.

A retração, de acordo com a superintendente em exercício do Banco do Nordeste em Minas Gerais, Jeanne Brandão, deve-se ao aumento da inadimplência por parte das empresas no mercado financeiro. "Quando elas possuem alguma restrição com instituições bancárias, Receita Federal ou alguma em geral, impede o desembolso", ressalta.

Ela explica que a inadimplência advém ainda da dificuldade da recuperação das empresas no pós-pandemia. Dessa forma, o banco tem adotado políticas internas e trabalhado junto a elas para recuperação de crédito. "Há todo um trabalho de orientações e contribuições para que as empresas possam recuperar-se financeiramente e conseguir contratos ou desembolsos", afirma.

Entre as ações, a superintendente destaca as diversas possibilidades de linhas de crédito específicas e de longo prazo, podendo variar de 12 a 20 anos. Entretanto, os setores que são foco principal da instituição, as microempresas e as pessoas físicas e jurídicas de pequeno porte de um modo geral, não registraram queda. Se somados os desembolsos das micro e pequenas empresas, dos microempreendedores, seja urbano ou rural, os agricultores familiares e a pessoa física, os números são inclusive maiores do que no ano passado. Enquanto em 2023 foram desembolsados cerca de R$ 365 milhões para esse público, em 2024 foram cerca de R$ 599 milhões, no primeiro quadrimestre.

A alta entre os pequenos empresários também está ligada ao aumento do número de municípios atendidos pelo banco. Desde 2023, 84 cidades a mais estão sendo atendidas, totalizando 249 municípios em Minas Gerais e no Espírito Santo. "Quando um banco chega num novo município a tendência é de alta de desembolsos, é uma transformação na cidade", ressalta a superintendente.

A queda de desembolsos, de acordo com os números fornecidos pelo banco, se concentra principalmente nas empresas de grande porte. "Elas não são nosso foco principal. O objetivo principal do banco são os pequenos (empresas de pequeno porte), porém, há investimentos na grande indústria quando o impacto regional é alto. Há investimentos em linhas de transmissão, por exemplo, para aumentar a capacidade de produção de energia em municípios que receberam unidades de grandes empresas e/ou indústrias", aponta Jeanne Brandão.

> *"Há todo um trabalho de orientações e contribuições para que as empresas possam recuperar-se financeiramente e conseguir contratos ou desembolsos"*

Sazonalidade - Além desses fatores, o cronograma dos desembolsos tende a favorecer os dados no segundo semestre, segundo a gestora. No início do ano, as taxas e as regras estão sendo redefinidas e os meses do segundo semestre desempenham melhor. A sazonalidade faz a superintendente acreditar que os desembolsos terão alta na segunda metade do ano.

"O segundo semestre é o período em que as empresas estão se preparando para o fim de ano, é quando acontecem campanhas mais incisivas que demandam mais crédito. Além disso, há a folha de pagamento com férias, 13º salários, é um período que, de acordo com o cronograma, demanda mais crédito", argumenta.

DIVULGAÇÃO / BNB



Jeanne Brandão aponta dificuldades na recuperação de várias empresas no pós-pandemia

CONTAS PÚBLICAS

Governo central tem um superávit menor

Brasília - O governo central registrou superávit primário de R$ 11,082 bilhões em abril, ante um saldo positivo de R$ 15,640 bilhões no mesmo mês do ano passado, informou ontem o Tesouro Nacional. O resultado, que compreende as contas de Tesouro, Banco Central e Previdência Social, veio no mês passado abaixo do saldo positivo de R$ 13,35 bilhões projetado por analistas em pesquisa da Reuters.

O saldo de abril é fruto de uma alta de 12,4% acima da inflação na despesa total na comparação com o mesmo mês de 2023, atingindo R$ 180,197 bilhões, enquanto a receita líquida , que exclui transferências para governos regionais, teve crescimento real de 8,4%, chegando a R$ 191,279 bilhões.

De acordo com o Tesouro, o saldo foi o mais baixo para meses de abril desde 2020, quando ficou negativo em R$ 95,9 bilhões em meio ao enfrentamento da pandemia da Covid-19.

O saldo positivo nas contas dá fôlego ao governo na busca por uma melhora da trajetória fiscal. A meta para o resultado primário deste ano foi mantida pela equipe econômica em déficit zero, enquanto alvos mais ousados para os próximos anos acabaram afrouxados diante da dificuldade de avançar com toda a agenda fiscal no Congresso.

Em sua mais recente revisão das projeções para o ano, feita neste mês, a equipe econômica estimou que fechará 2024 com um déficit primário de R$ 14,5 bilhões, uma piora em relação ao saldo negativo de 9,3 bilhões de reais projetado em março, mas ainda dentro da margem de tolerância estabelecida pelo arcabouço fiscal.

Do lado das receitas, houve uma elevação real de 10,6% no recolhimento de tributos administrados pela Receita Federal em abril, uma alta de R$ 14,5 bilhões em relação ao mesmo mês de 2023, com impulso principalmente da arrecadação de Programa de Integração Social/Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (PIS/Cofins). Também houve ganho nas receitas previdenciárias.

Em relação às despesas, a pasta atribuiu o maior impacto sobre o desempenho do mês passado à elevação de desembolsos de benefícios previdenciários.

JOÉDSON ALVES / AGÊNCIA BRASIL



Ceron prevê déficit primário anual superior a R$ 16 bilhões

Com o dado mensal, o resultado acumulado do primeiro quadrimestre ficou positivo em R$ 30,605 bilhões, abaixo do saldo positivo de R$ 46,849 bilhões observados no mesmo período de 2023.

Em 12 meses, o governo central acumula déficit de R$ 253,4 bilhões, em valor corrigido pela inflação, equivalente a 2,23% do Produto Interno Bruto (PIB). O número é sensibilizado pela quitação extraordinária de precatórios no fim de 2023.

Despesa adicional - A projeção da equipe econômica para o déficit primário de 2024 deve ultrapassar R$ 16 bilhões com a incorporação de despesa adicional após o governo elevar o limite de gastos para o ano, disse ontem o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron.

Em sua mais recente revisão das projeções fiscais, feita na semana passada, a equipe econômica estimou que fechará 2024 com um déficit primário de R$ 14,5 bilhões, dentro da margem de tolerância estabelecida pelo arcabouço fiscal.

O arcabouço fiscal autorizou um aumento de R$ 15,8 bilhões no limite de despesas para este ano por conta do comportamento positivo da arrecadação, mas, no anúncio da semana passada, apenas R$13,3 bilhões desse total haviam sido incorporados às projeções.

Ontem, no entanto, o Ministério do Planejamento informou que distribuiu integralmente os R$ 15,8 bilhões aos ministérios da Previdência e do Trabalho e Emprego. Com isso, em tese, a projeção de déficit para o ano subiria R$ 2,5 bilhões, atingindo R$ 17 bilhões.

"Nós já tínhamos indicado que (esse recurso) seria oportunamente distribuído", disse Ceron em entrevista à imprensa para comentar dados fiscais. O secretário afirmou ainda que o governo está trabalhando para entender o aumento de gastos previdenciários para buscar alternativas e possíveis novas medidas. **(Reuters)**

INFLAÇÃO

FMI defende política monetária flexível

Brasília - A manutenção da flexibilidade pelo Banco Central (BC) quanto ao ritmo e à duração de seu ciclo de afrouxamento monetário é prudente, dado o mercado de trabalho apertado e as expectativas de inflação acima da meta no País, disse ontem o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Em um comunicado sobre as conclusões preliminares após uma visita ao Brasil, a equipe do FMI disse que espera que o crescimento brasileiro modere no curto prazo antes de fortalecer para 2,5% no médio prazo, uma revisão para cima em relação à previsão anterior de 2,0%.

"Nos últimos dois anos, a economia brasileira demonstrou notável resiliência, com a inflação recuando para o intervalo da meta", disse o órgão multilateral de crédito em comunicado.

"O ritmo cuidadoso de relaxamento da política monetária tem sido adequado e compatível com o sistema de metas de inflação. Com a inflação em queda e a perspectiva de que permaneça dentro do intervalo de tolerância, manter a flexibilidade quanto ao ritmo e à duração do ciclo de redução dos juros é prudente, tendo em vista o mercado de trabalho apertado e as expectativas de inflação acima da meta", acrescentou.

No comunicado, o FMI também elogiou as autoridades brasileiras pelo que classificou de esforço para melhorar a situação fiscal do país, assim como pela realização de uma "ambiciosa agenda de crescimento sustentável", citando a reforma tributária como parte desta agenda.

"Louvamos o compromisso das autoridades de continuar a melhorar a posição fiscal do Brasil. Eliminar renúncias tributárias ineficientes, ampliar a base tributária e enfrentar a rigidez dos gastos abririam espaço para políticas prioritárias e para responder a choques e, ao mesmo tempo, apoiar a sustentabilidade da dívida pública", ressaltou o FMI.

"As autoridades avançaram em sua ambiciosa agenda de crescimento sustentável e inclusivo. Espera-se que a implementação da histórica reforma do IVA fortaleça a produtividade, crie empregos formais e melhore a equidade."

Ao comentar o aumento da estimativa para o crescimento da economia brasileira no médio prazo, o FMI atribuiu a decisão à reforma tributária, cuja regulamentação agora tramita no Congresso Nacional depois de ter sido aprovada no ano passado, e disse que investimentos na economia verde podem impulsionar ainda mais o potencial econômico do País.

Tragédia climática - O fundo apontou que os riscos para as perspectivas de crescimento brasileiro diminuíram em relação ao ano passado, ao mesmo tempo que alertou que ainda são incertos os impactos fiscais e macroeconômicos das enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul na maior tragédia climática da história daquele estado.

"Um sistema financeiro sólido, reservas cambiais suficientes, a baixa dependência de endividamento em moeda estrangeira, as grandes reservas de caixa do governo e a taxa de câmbio flexível continuam a respaldar a resiliência do Brasil", afirmou. **(Reuters)**

PAGAMENTOS

Inter investe R$ 110 mi para tornar-se o único acionista da Granito

São Paulo - A Inter&Co anunciou ontem que o seu controlado Banco Inter pagou R$ 110 milhões para se tornar o único acionista da empresa de pagamentos Granito, que após a conclusão da operação passará a se chamar Inter Pag.

O Inter já tinha 50% do negócio e comprou a parcela restante, que era detida pelo Banco BMG. A conclusão da aquisição depende da aprovação do Banco Central do Brasil (BC) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).

"A aquisição representa um passo importante do Inter no mercado de pequenas e médias empresas, segmento com grande potencial de crescimento", afirmou a Inter&Co em comunicado enviado à imprensa.

De acordo com o grupo, a Granito é pioneira no setor de pagamentos, com tecnologia própria e inovadora, desde o software que processa as transações, o sistema operacional, até o pagamento final das transações via plataformas *web* e *mobile*.

"Aprimoraremos nossa proposta de valor para os clientes, tornando nosso Super App financeiro um conjunto completo de soluções para empresários e empreendedores", disse o presidente-executivo da Inter&Co, João Vitor Menin, sobre a aquisição.

Além do Banco Inter, a *holding* Inter&Co controla a subsidiária Inter&Co Payments. **(Reuters)**

Tokenização, base da nova era da economia digital

IVAN SOUZA*

Empresas e instituições financeiras precisam se preparar para mais essa revolução protagonizada pelo Drex

A tokenização de ativos promete desempenhar papel significativo na economia brasileira, facilitando o acesso ao capital para empresas brasileiras, especialmente *startups* e pequenas e médias empresas (PMEs), que podem encontrar dificuldades em obter financiamento por meio de canais tradicionais.

Com a emissão de tokens, é possível realizar ofertas para levantar fundos, permitindo a participação de investidores de todo o mundo. Nessa trilha, o grande diferencial é a união entre Drex (Real Digital) e tokenização, sob a batuta do Banco Central brasileiro. É o que traz confiança robusta às transações digitais, impulsionando a eficácia e a integração dos sistemas.

Outro benefício importante dessa nova era da economia digital é a redução de custos associados à emissão, negociação e liquidação de ativos, tornando os processos mais eficientes. Transações tokenizadas podem eliminar intermediários e simplificar os procedimentos de conformidade regulatória, resultando em economia de custo para as empresas e investidores.

E vai além. Pode promover inclusão financeira, permitindo que um número maior de pessoas participe de investimentos e ativos financeiros. Isso é particularmente relevante no Brasil, onde parte significativa da população ainda não tem acesso aos serviços financeiros tradicionais.

Transparência e segurança - A tecnologia *blockchain*, por trás da tokenização de ativos, oferece maior transparência e segurança. Isso porque os registros imutáveis e descentralizados garantem que as transações sejam transparentes e à prova de adulteração, contribuindo significativamente para aumentar a confiança de investidores e reduzir risco de fraude.

Diferentemente do que acontece nas criptomoedas, o Banco Central brasileiro garante legitimação e reconhecimento, proporcionando confiança. Acredito que o Drex vai servir como infraestrutura fundamental para a tokenização de ativos no Brasil ao estabelecer padrões e protocolos para transações digitais, facilitando a integração de ativos tokenizados em diversos setores da economia.

No modelo de uso do Drex, sempre haverá um agente de varejo no meio do processo. Dessa forma, não será possível fazer transferências diretas entre as partes, já que depois de concluída a transação, ela é irreversível.

Não importa quem vai dar o primeiro passo na transação, pois o contrato somente será concluído quando ambas as partes cumprirem suas obrigações. Isso porque, o dinheiro e a propriedade serão transferidos de forma simultânea. Assim, se algum lado falhar, o valor pago e a propriedade voltam para seus respectivos donos.

Preparo essencial - No cenário financeiro que se desenha, marcado pela emergência da tokenização de ativos e chegada do Drex, a atuação de fornecedores, parceiros de soluções, serviços e consultoria, se torna ainda mais crucial para quem deseja sair à frente nessa revolução.

Eles são essenciais para ajudar empresas e instituições financeiras a entenderem as complexidades da tokenização de ativos, os cuidados na sua implementação e especialmente no alinhamento da evolução aos objetivos de negócio.

Ao menos por enquanto, nem tudo precisa ser tokenizado. Nessa trilha, é chave uma análise detalhada do atual cenário do negócio, que inclui avaliação dos ativos

REPRODUÇÃO / ALFRIBEIRO / STOCK.ADOBE.COM



disponíveis, processos de negócios existentes e necessidades específicas da empresa. Mas para preparar o cliente com excelência, é necessário se preparar muito antes.

A preparação para esse cenário pode ser realizada em parceria com empresas de serviços de tecnologia da informação, por exemplo. Há muito tempo, elas vêm atuando na evolução do mercado financeiro, desde os primórdios da digitalização bancária, apoiando os principais bancos do País, incluindo toda a orientação e construção da estrutura de conectividade.

É um momento de grande expectativa e que vem nos mobilizando na criação de produtos e serviços dessa nova era, desde consultoria altamente personalizada a oferecimento de infraestrutura como serviço, por exemplo. Toda essa movimentação, no entanto, não envolve apenas a adoção de tecnologia, mas especialmente a construção de uma mentalidade de abertura para ideias e modelos de negócios inovadores.

> *Diferentemente do que acontece nas criptomoedas, o Banco Central brasileiro garante legitimação e reconhecimento, proporcionando confiança. Acredito que o Drex vai servir como infraestrutura fundamental para a tokenização de ativos no Brasil ao estabelecer padrões e protocolos para transações digitais, facilitando a integração de ativos tokenizados em diversos setores da economia*

**Sr. TAM para o mercado financeiro na Logicalis*

Indicadores Econômicos

Dólar

		28/05/2024	27/05/2024	24/05/2024
COMERCIAL*	COMPRA	R$ 5,1540	R$ 5,1710	R$ 5,1670
	VENDA	R$ 5,1530	R$ 5,1710	R$ 5,1670
PTAX (BC)	COMPRA	R$ 5,1532	R$ 5,1698	R$ 5,1502
	VENDA	R$ 5,1538	R$ 5,1704	R$ 5,1508
TURISMO*	COMPRA	R$ 5,1700	R$ 5,1970	R$ 5,1850
	VENDA	R$ 5,3500	R$ 5,3770	R$ 5,3650

Fonte: BC

Ouro

	28/05/2024	27/05/2024	24/05/2024
Nova Iorque (onça-troy)	US$ 2.361,16	US$ 2.351,66	US$ 2.334,20
BM&F-SP (g)	R$ 390,98	R$ 391,05	R$ 386,65

Fonte: Gold Price

Taxas Selic

	Tributos Federais (%)	Meta da Taxa a.a. (%)
Maio	1,12	13,75
Junho	1,07	13,75
Julho	1,07	13,75
Agosto	1,14	13,25
Setembro	0,97	12,75
Outubro	1,00	12,75
Novembro	0,92	12,25
Dezembro	0,89	11,75
Janeiro	0,97	11,75
Fevereiro	0,80	11,25
Março	0,83	10,75
Abril	0,89	10,75

Reservas Internacionais

27/05... US$ 355.573 milhões

Fonte: BCB-DSTAT

Imposto de Renda

Base de Cálculo (R$)	Alíquota (%)	Parcela a deduzir (R$)
Até 2.112,00	Isento	Isento
De 2.112,01 até 2.826,65	7,5	158,40
De 2.826,66 até 3.751,05	15	370,40
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	651,73
Acima de 4.664,68	27,5	884,96

Deduções:
a) R$ 189,59 por dependente (sem limite).
b) Faixa adicional de R$ 1.903,98 para aposentados, pensionistas e transferidos para a reserva remunerada com mais de 65 anos.
c) Contribuição previdenciária.
d) Pensão alimentícia.

Limite mensal de desconto simplificado: R$ 528,00
Medida Provisória nº 1.171, de 30 de abril de 2023
Obs: Para calcular o valor a pagar, aplique a alíquota e, em seguida, a parcela a deduzir.
Fonte: https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/meu-imposto-de--renda/tabelas/2023 - **A partir de maio de 2023.**

Inflação

Índices	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril	No ano	12 meses
IGP-M (FGV)	-1,84%	-1,93%	-0,72%	-0,14%	0,37%	0,50%	0,59%	0,74%	0,07%	-0,52%	-0,47%	0,31%	-0,60%	-3,04%
IPC-Fipe	0,20%	-0,03%	-0,14%	-0,20%	0,29%	0,30%	0,43%	0,38%	0,46%	0,46%	0,26%	0,33%	1,51%	2,77%
IGP-DI (FGV)	-2,33%	-1,45%	-0,40%	0,05%	0,45%	0,51%	0,50%	0,64%	-0,27%	-0,41%	-0,30%	0,72%	-0,26%	-2,32%
INPC-IBGE	0,36%	-0,10%	-0,09%	0,20%	0,11%	0,12%	0,10%	0,55%	0,57%	0,81%	0,19%	0,37%	1,95%	3,23%
IPCA-IBGE	0,23%	-0,08%	0,12%	0,23%	0,26%	0,24%	0,28%	0,56%	0,42%	0,83%	0,16%	0,38%	1,80%	3,69%
IPCA-IPEAD	0,44%	0,35%	-0,22%	-0,30%	0,80%	0,46%	0,30%	0,77%	2,12%	0,24%	0,52%	0,24%	3,14%	5,85%

Salário/CUB/UPC/Ufemg/TJLP

	Maio	Junho	Julho	Agosto	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan.	Fev.	Março	Abril
Salário	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1320,00	1412,00	1412,00	1412,00	1412,00
CUB-MG* (%)	0,10	-0,05	-0,18	0,05	0,13	0,29	0,14	0,07	0,03	0,88	0,75	0,39
UPC (R$)	24,06	24,06	24,17	24,17	24,17	24,29	24,29	24,29	24,35	24,35	24,35	24,08
UFEMG (R$)	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,0369	5,2797	5,2797	5,2797	5,2797
TJLP (&a.a.)	7,28	7,28	7,00	7,00	7,00	6,55	6,55	6,55	6,53	6,53	6,53	6,67

***Fonte:** Sinduscon-MG

Taxas de câmbio

MOEDA/PAÍS	CÓDIGO	COMPRA	VENDA
BOLIVIANO/BOLIVIA	30	0,7362	0,7524
COLON/COSTA RICA	35	0,3501	0,3518
COLON/EL SALVADOR	40	0,00991	0,00994
COROA DINAMARQUESA	55	0,7513	0,7515
COROA ISLND/ISLAN	60	0,03757	0,03762
COROA NORUEGUESA	65	0,492	0,4922
COROA SUECA	70	0,489	0,4892
COROA TCHECA	75	0,227	0,2271
DINAR ARGELINO	90	0,07523	0,07551
DINAR/KWAIT	95	0,0382	0,03837
DINAR/BAHREIN	100	16,8021	16,8095
DINAR/IRAQUE	115	0,003931	0,003937
DINAR/JORDANIA	125	7,258	7,2794
DINAR SERVIO	133	0,04785	0,04789
DIRHAM/EMIR.ARABE	145	1,4029	1,4032
DOLAR AUSTRALIANO	150	3,4341	3,4355
DOLAR/BAHAMAS	155	5,1532	5,1538
DOLAR/BERMUDAS	160	5,1532	5,1538
DOLAR CANADENSE	165	3,7797	3,7812
DOLAR DA GUIANA	170	0,02449	0,02478
DOLAR CAYMAN	190	6,1715	6,247
DOLAR CINGAPURA	195	3,8226	3,8253
DOLAR HONG KONG	205	0,6597	0,6598
DOLAR CARIBE ORIENTAL	210	0,7549	0,7636
DOLAR DOS EUA	220	5,1532	5,1538
FORINT/HUNGRIA	345	0,01458	0,0146
FRANCO SUICO	425	5,6579	5,661
GUARANI/PARAGUAI	450	0,0006829	0,0006849
IENE	470	0,03284	0,03285
LIBRA/EGITO	535	0,1081	0,1084
LIBRA ESTERLINA	540	6,5873	6,5902
LIBRA/LIBANO	560	0,0000575	0,0000576
LIBRA/SIRIA, REP	575	0,0003963	0,0003964
NOVO DOLAR/TAIWAN	640	0,16	0,1602
LIRA TURCA	642	0,1595	0,1599
NOVO SOL/PERU	660	1,3755	1,3763
PESO ARGENTINO	665	0,06194	0,06197
PESO CHILE	715	0,005739	0,005743
PESO/COLOMBIA	720	0,001338	0,001339
PESO/CUBA	725	0,2147	0,2147
PESO/REP. DOMINIC	730	0,08719	0,08777
PESO/FILIPINAS	735	0,08888	0,08892
PESO/MEXICO	741	0,3082	0,3085
PESO/URUGUAIO	745	0,1335	0,1337
QUETZEL/GUATEMALA	770	0,6625	0,6641
RANDE/AFRICA SUL	775	0,002447	0,002462
RENMIMBI IUAN	795	0,7112	0,7113
RENMINBI HONG KONG	796	0,7095	0,7096
RIAL/CATAR	800	1,4134	1,4142
RIAL/OMA	805	13,3815	13,39
RIAL/IEMEN	810	0,02057	0,02062
RIAL/IRAN, REP	815	0,0001227	0,0001227
RIAL/ARAB SAUDITA	820	1,374	1,3742
RINGGIT/MALASIA	828	1,0975	1,0984
RUBLO/RUSSIA	830	0,05818	0,05819
RUPIA/INDIA	860	0,06193	0,06198
RUPIA/INDONESIA	865	0,0003202	0,0003204
RUPIA/PAQUISTAO	870	0,3325	0,3342
SHEKEL/ISRAEL	880	1,3996	1,401
WON COREIA SUL	930	0,003789	0,003791
ZLOTY/POLONIA	975	1,3179	1,3184
EURO	978	5,6051	5,6078

Fonte: Banco Central / Thomson Reuters

Contribuição ao INSS

TABELA DE CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE DE 01/01/2024

Tabela de contribuição dos segurados empregados, inclusive o doméstico, e trabalhador avulso

Salário de contribuição (R$)	Alíquota (%)
Até R$ 1.412,00	7,50
De R$ 1.412,01 até R$ 2.666,68	9,00
De R$ 2.666,69 até R$ 4.000,03	12,00
De R$ 4.000,04 até R$ 7.786,02	14,00

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS AUTÔNOMOS, EMPRESÁRIO E FACULTATIVO

Salário base (R$)	Alíquota %	Contribuição (R$)
1.412,00	5 (*)	70,60
1.412,00	11 (**)	155,32
1.412,01 até 7.786,02	20	Entre 282,40 (salário mínimo) e 1.557,20 (teto)

*Alíquota exclusiva do Facultativo Baixa Renda;
**Alíquota exclusiva do Plano Simplificado de Previdência;

COTAS DE SALÁRIO FAMÍLIA

	Remuneração	Valor unitário da quota
A Partir de 01/01/2024		
(Portaria ME 914/2020)	Até R$ 1.819,26	R$ 62,04

Fonte: Tabelas INSS e SF: Portaria Interministerial MTP/ME nº 12, de 17 de Janeiro de 2022

FGTS

Índices de rendimento (Coeficientes de JAM Mensal)

Competência do Depósito	Crédito	3% *	6%
Janeiro/2024	Março/2024	0,2545	0,4946
Fevereiro/2024	Abril/2024	0,2798	0,2798

* Taxa que deverá ser usada para atualizar o saldo do FGTS no sistema de Folha de Pagamento.

Fonte: Caixa Econômica Federal

Seguros

09/05	0,01363605	3,04358294
10/05	0,01363659	3,04370406
11/05	0,01363674	3,04373786
12/05	0,01363674	3,04373786
13/05	0,01363674	3,04373786
14/05	0,01363713	3,04382412
15/05	0,01363766	3,04394351
16/05	0,01363821	3,04406580
17/05	0,01363860	3,04415260
18/05	0,01363867	3,04416878
19/05	0,01363867	3,04416878
20/05	0,01363867	3,04416878
21/05	0,01363892	3,04422403
22/05	0,01363933	3,04431475
23/05	0,01363972	3,04440243
24/05	0,01364013	3,04449330
25/05	0,01364019	3,04450740
26/05	0,01364019	3,04450740
27/05	0,01364019	3,04450740
28/05	0,01364043	3,04456067
29/05	0,01364082	3,04464922

Fonte: Fenaseg

TBF

09/05 a 09/06	0,7540
10/05 a 10/06	0,7191
11/05 a 11/06	0,7244
12/05 a 12/06	0,7608
13/05 a 13/06	0,7971
14/05 a 14/06	0,7991
15/05 a 15/06	0,7951
16/05 a 16/06	0,7648
17/05 a 17/06	0,7288
18/05 a 18/06	0,7285
19/05 a 19/06	0,7651
20/05 a 20/06	0,8017
21/05 a 21/06	0,8028
22/05 a 22/06	0,8010

Aluguéis

Fator de correção anual residencial e comercial

IPCA (IBGE)	
Abril	1,0369
IGP-DI (FGV)	
Abril	0,9768
IGP-M (FGV)	
Abril	0,9696

TR/Poupança

20/04 a 20/05	0,0101	0,5102
21/04 a 21/05	0,0363	0,5365
22/04 a 22/05	0,0626	0,5629
23/04 a 23/05	0,0605	0,5608
24/04 a 24/05	0,0627	0,5630
25/04 a 25/05	0,0621	0,5624
26/04 a 26/05	0,0365	0,5367
27/04 a 27/05	0,0088	0,5088
28/04 a 28/05	0,0350	0,5352
01/05 a 01/06	0,0870	0,5874
02/05 a 02/06	0,0870	0,5874
03/05 a 03/06	0,0521	0,5524
04/05 a 04/06	0,0487	0,5489
05/05 a 05/06	0,0844	0,5848
06/05 a 06/06	0,1103	0,6109
07/05 a 07/06	0,1082	0,6087
08/05 a 08/06	0,1060	0,6065
09/05 a 09/06	0,0834	0,5838
10/05 a 10/06	0,0488	0,5490
11/05 a 11/06	0,0342	0,5344
12/05 a 12/06	0,0604	0,5607
13/05 a 13/06	0,0865	0,5869
14/05 a 14/06	0,0885	0,5889
15/05 a 15/06	0,1143	0,6149
16/05 a 16/06	0,0643	0,5646
17/05 a 17/06	0,0385	0,5387
18/05 a 18/06	0,0382	0,5384
19/05 a 19/06	0,0646	0,5649
20/05 a 20/06	0,0911	0,5916
21/05 a 21/06	0,0921	0,5926
22/05 a 22/06	0,0904	0,5909
23/05 a 23/06	0,0640	0,5643
24/05 a 24/06	0,0394	0,5396
25/05 a 25/06	0,0416	0,5418
26/05 a 26/06	0,0682	0,5685
27/05 a 27/06	0,0947	0,5952

Agenda Federal

Dia 31

Cofins/PIS-Pasep - Retenção na Fonte - Autopeças - Recolhimento da Cofins e do PIS-Pasep retidos na fonte sobre remunerações pagas por pessoas jurídicas referentes à aquisição de autopeças (art. 3º, § 5º, da Lei nº 10.485/2002, com a nova redação dada pelo art. 42 da Lei nº 11.196/2005) no período de 1º a 15.05.2024. Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Apuração mensal - Pagamento do Imposto de Renda devido no mês de abril/2024 pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do imposto por estimativa (art. 5º da Lei nº 9.430/1996). Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Apuração trimestral - Pagamento da 2ª quota do Imposto de Renda devido no 1º trimestre de 2024, pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral com base no lucro real, presumido ou arbitrado, acrescida de 1% de juros (art. 5º da Lei nº 9.430/1996). Darf Comum (2 vias)

IRPJ - Renda variável - Pagamento do Imposto de Renda devido sobre ganhos líquidos auferidos no mês de abril/2024, por pessoas jurídicas, inclusive as isentas, em operações realizadas em bolsas de valores de mercadorias, de futuros e assemelhadas, bem como em alienações de ouro, ativo financeiro, e de participações societárias, fora de bolsa (art. 923 do RIR/2018). Darf Comum (2 vias)

IRPJ/Simples Nacional - Ganho de Capital na alienação de Ativos - Pagamento do Imposto de Renda devido pelas empresas optantes pelo Simples Nacional incidente sobre ganhos de capital (lucros) obtidos na alienação de ativos no mês de abril/2024 (art. 5º, § 6º, da Instrução Normativa SRF nº 608/2006) - Cód. Darf 0507. Darf Comum (2 vias)

IRPF - Carnê-leão - Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre rendimentos recebidos de outras pessoas físicas ou de fontes do exterior no mês de abril/2024 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 0190.
Darf Comum (2 vias)

IRPF - Lucro na alienação de bens ou direitos - Pagamento, por pessoa física residente ou domiciliada no Brasil, do Imposto de Renda devido sobre ganhos de capital (lucros) percebidos no mês de abril/2024 provenientes de (art. 915 do RIR/2018): a) alienação de bens ou direitos adquiridos em moeda nacional - Cód. Darf 4600; b) alienação de bens ou direitos ou liquidação ou resgate de aplicações financeiras, adquiridos em moeda estrangeira - Cód. Darf 8523. Darf Comum (2 vias)

IRPF - Renda variável - Pagamento do Imposto de Renda devido por pessoas físicas sobre ganhos líquidos auferidos em operações realizadas em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados, bem como em alienação de ouro, ativo financeiro, fora de bolsa, no mês de abril/2024 (art. 915 do RIR/2018) - Cód. Darf 6015. Darf Comum (2 vias)

CSL - Apuração mensal - Pagamento da Contribuição Social sobre o Lucro devida, no mês de abril/2024, pelas pessoas jurídicas que optaram pelo pagamento mensal do IRPJ por estimativa (art. 28 da Lei nº 9.430/1996). Darf Comum (2 vias)

CSL - Apuração trimestral - Pagamento da 2ª quota da Contribuição Social sobre o Lucro devida no 1º trimestre de 2024 pelas pessoas jurídicas submetidas à apuração trimestral do IRPJ com base no lucro real, presumido ou arbitrado, acrescida de 1% de juros (art. 28 da Lei nº 9.430/1996). Darf Comum (2 vias)

Refis/Paes - Pagamento pelas pessoas jurídicas optantes pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), conforme Lei nº 9.964/2000; e pelas pessoas físicas e jurídicas optantes pelo Parcelamento Especial (Paes) da parcela mensal, acrescida de juros pela TJLP, conforme Lei nº 10.684/2003. Darf Comum (2 vias)

Refis - Pagamento pelas pessoas jurídicas optantes pelo Programa de Recuperação Fiscal (Refis), conforme Lei nº 11.941/2009. Darf Comum (2 vias)

Previdência Social (INSS) - Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro - Profut (Parcelamento de débitos junto à RFB e à PGFN) - Pagamento da parcela mensal, acrescida de juros da Selic e de 1% do mês de pagamento, decorrente do parcelamento de débitos das entidades desportivas profissionais de futebol, nos termos da Lei nº 13.155/2015 e da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.340/2015. Nota: A Resolução CC/FGTS nº 788/2015, a Circular Caixa nº 697/2015 e a Portaria Conjunta PGFN/MTPS nº 1/2015 estabelecem normas para parcelamento de débito de contribuições devidas ao FGTS, inclusive das contribuições da Lei Complementar nº 110/2001, no âmbito do Profut. GRF/GRDE/Darf, conforme o caso (2 vias)

Bovespa

Movimento do Pregão 28/05

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) fechou o pregão regular de ontem em baixa de -0,58% ao marcar 123779.54 pontos, com volume financeiro negociado de R$ 21.478.463.816. As maiores altas foram PETROBRAS PN, P.ACUCAR-CBD ON, MRV ON, VAMOS ON e PETROBRAS ON. As maiores baixas foram MAGAZ LUIZA ON, AZUL PN, CSNMINERACAO ON, CVC BRASIL ON e HAPVIDA ON.

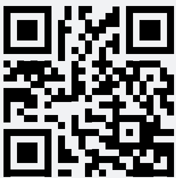
Pregão do dia 27/05

RESUMO NO DIA

Discriminação	Negócios	Títulos Mil	Participação (%)	Valor (R$) Mil	Participação (%)
LOTE PADRAO	1.057.976	555.262	41,06	8.399.566,64	81,24
FRACIONARIO	286.576	3.363	0,24	57.780,42	0,55
DEMAIS ATIVOS	919.286	437.671	32,37	1.119.098,65	10,82
TOTAL A VISTA	2.263.835	996.296	73,68	9.576.418,69	92,62
BBT	1	320	0,02	14.160,90	0,13
EX OPC COMPRA	1	-	0,00	2,54	0,00
TERMO	395	6.006	0,44	150.464,10	1,45
OPCOES COMPRA	213.584	181.266	13,40	139.392,36	1,34
OPCOES VENDA	185.793	161.902	11,97	140.945,21	1,36
OPC.COMP.INDICE	206	13	0,00	5.998,11	0,05
OPC.VEND.INDICE	429	45	0,00	37.762,67	0,36
TOTAL DE OPCOES	400.012	343.227	25,38	324.098,36	3,13
BOVESPAFIX	2.695	328	0,02	32.498,70	0,31
TOTAL GERAL	2.840.368	1.352.079	100,00	10.338.415,07	100,00
PARTIC. AFTER MARKET	12.012	5.013	0,37	68.174,12	0,65
PARTIC. NOVO MERCADO	1.226.710	916.895	67,81	5.703.326,66	55,16
PARTIC. NIVEL 1	191.588	135.815	10,04	1.396.832,78	13,51
PARTIC. NIVEL 2	231.253	146.956	10,86	1.451.979,61	14,04
PARTIC BALCÃO ORGANIZADO	36	1	0,00	52,39	0,00
PARTIC. MAIS	734	97	0,00	1.137,06	0,01
PARTIC. IBOVESPA	808.319	432.756	32,00	7.412.644,52	71,70
PARTIC. IBrX 50	614.954	316.962	23,44	6.227.055,04	60,23
PARTIC. IBrX 100	863.228	455.535	33,69	7.705.811,29	74,53
PARTIC. IBrA	1.023.425	534.902	39,56	8.318.513,76	80,46
PARTIC. MIDLARGE	626.076	292.948	21,66	6.111.140,51	59,11
PARTIC. SMALL	397.311	242.046	17,90	2.206.455,40	21,34
PARTIC. ISE	638.951	330.565	24,44	4.868.012,00	47,08
PARTIC. ICO2	721.559	372.998	27,58	6.158.165,36	59,56
PARTIC. IEE	90.961	36.901	2,72	757.634,93	7,32
PARTIC. INDX	197.233	98.943	7,31	1.490.704,76	14,41
PARTIC. ICONSUMO	349.699	225.081	16,64	2.285.745,96	22,10
PARTIC. IMOBILIARIO	57.249	23.124	1,71	277.321,53	2,68
PARTIC. IFINANCEIRO	235.248	101.700	7,52	2.154.316,82	20,83
PARTIC. IMAT	85.861	43.187	3,19	924.450,73	8,94
PARTIC. UTIL	113.111	43.778	3,23	962.863,77	9,31
PARTIC. IVBX 2	394.061	193.930	14,34	3.062.719,83	29,62
PARTIC. IGC	1.011.752	516.874	38,22	7.999.306,23	77,37
PARTIC. IGCT	988.736	506.298	37,44	7.944.647,49	76,84
PARTIC. IGNM	765.217	373.419	27,61	5.422.279,77	52,44
PARTIC. ITAG ALONG	978.576	503.892	37,26	7.807.012,30	75,51
PARTIC. IDIV	386.612	171.639	12,69	3.452.881,25	33,39
PARTIC. IFIX	667.159	9.821	0,72	298.618,31	2,88
PARTIC. BDRX	49.607	1.396	0,10	113.455,74	1,09
PARTIC. IFIL	563.683	7.769	0,57	254.958,00	2,46
PARTIC. IGPTW B3	310.563	196.283	14,51	2.909.247,92	28,14
PARTIC. IAGRO-FFS B3	152.130	81.292	6,01	985.417,33	9,53
PARTIC. IBOV SD TR	290.487	124.575	9,21	2.803.391,46	27,11
PARTIC. IDIVERSA B3	601.822	312.368	23,10	5.581.606,30	53,98

MERCADO À VISTA
LOTE-PADRÃO

Código	Empresa/Ação			Abertura	Mínimo	Máximo	Médio	Fechamento	Oscilação (%)	Ofertas		Negócios Realizados	
										Compra (R$)	Venda (R$)	Número	Quantidade
5GTK11	INVESTO 5GTK	CI		96,69	96,69	101,00	100,28	100,99	4,44↑	96,69	100,99	23	258
A1AP34	ADVANCE AUTO	DRN		21,66	21,66	21,66	21,66	21,66	-3,86↓	21,68	24,47	1	1
A1CR34	AMCOR PLC	DRN ED		-	-	-	-	-	-	49,75	52,05	-	-
A1DM34	ARCHER DANIE	DRN		310,00	305,07	310,48	307,18	310,48	-1,22↓	280,00	312,00	10	31
A1EE34	AMEREN CORP	DRN		-	-	-	-	-	-	170,00	-	-	-
A1EG34	AEGON LTD	DRN		34,40	34,40	34,40	34,40	34,40	-1,48↓	34,20	-	1	1
A1EN34	ALLIANT ENER	DRN		256,45	256,45	256,45	256,45	256,45	1,68↑	-	-	1	1
A1ES34	AES CORP	DRN		-	-	-	-	-	-	99,10	111,82	-	-
A1IV34	APARTMENT IN	DRN		-	-	-	-	-	-	39,56	46,00	-	-
A1KA34	AKAMAI TECHN	DRN		-	-	-	-	-	-	40,15	-	-	-
A1LB34	ALBEMARLE CO	DRN		27,07	27,07	27,07	27,07	27,07	0,14↑	26,12	28,06	1	2
A1LG34	ALIGN TECHNO	DRN		-	-	-	-	-	-	310,00	442,13	-	-
A1LK34	ALASKA AIR G	DRN		-	-	-	-	-	-	-	250,00	-	-
A1LL34	BREAD FINAN	DRN		54,83	54,83	54,96	54,94	54,96	2,72↑	51,42	54,66	2	80
A1LN34	ALNYLAM PHAR	DRN		-	-	-	-	-	-	36,10	41,29	-	-
A1MD34	ADVANCED MIC	DRN		107,87	106,85	109,99	109,14	109,75	1,95↑	106,95	109,00	1.703	22.212
A1MP34	AMERIPRISE F	DRN		575,55	575,39	575,55	575,47	575,39	0,34↑	-	-	2	2
A1MT34	APPLIED MATE	DRN ED		115,18	112,88	115,18	113,43	113,31	-1,11↓	113,26	113,31	11	37
A1NE34	ARISTA NETWO	DRN		-	-	-	-	-	-	375,00	423,33	-	-
A1ON34	AON PLC	DRN		-	-	-	-	-	-	345,21	-	-	-
A1PA34	APA CORP	DRN		-	-	-	-	-	-	145,26	160,00	-	-
A1PH34	AMPHENOL COR	DRN		356,20	356,20	356,20	356,20	356,20	=	-	-	2	2
A1RE34	ALEXANDRIA R	DRN		-	-	-	-	-	-	140,74	170,06	-	-
A1RG34	ARGENX SE	DRN		-	-	-	-	-	-	70,80	80,02	-	-
A1SN34	ASCENDIS PHA	DRN		-	-	-	-	-	-	26,43	-	-	-
A1TH34	AUTOHOME INC	DRN		-	-	-	-	-	-	13,89	-	-	-
A1TM34	ATMOS ENERGY	DRN ED		-	-	-	-	-	-	-	302,00	-	-
A1TT34	ALLSTATE COR	DRN		-	-	-	-	-	-	21,30	50,00	-	-
A1VB34	AVALONBAY CO	DRN		254,40	250,73	254,40	251,01	250,73	1,61↑	189,94	254,40	4	13
A1ZN34	ASTRAZENECA	DRN		67,21	67,21	67,21	67,21	67,21	-0,72↓	64,92	67,70	2	52
A2FY34	AFYA LTD	DRN		48,20	47,94	48,20	47,94	48,06	-0,08↓	47,70	-	7	147
A2MB34	AMBARELLA IN	DRN		10,25	10,25	10,27	10,26	10,27	-0,77↓	9,40	10,73	2	6
A2RR34	ARROWHEAD PH	DRN		-	-	-	-	-	-	8,55	17,50	-	-
A2SO34	ACADEMY SPOR	DRN		-	-	-	-	-	-	63,98	-	-	-
AAGO34	ANGLOAMERICA	DRN		-	-	-	-	-	-	40,00	-	-	-
AALL34	AMERICAN AIR	DRN		70,90	69,70	72,28	69,85	72,25	1,76↑	70,65	72,40	9	425
AALR3	ALLIAR	ON	NM	10,20	9,85	10,48	10,08	9,94	-2,54↓	9,92	9,94	277	54.000
AAPL34	APPLE	DRN		49,00	48,86	49,52	49,18	49,50	1,22↑	49,39	49,50	2.587	30.718
ABBV34	ABBVIE	DRN		50,46	50,46	51,22	50,75	51,21	1,50↑	50,45	51,21	9	59
ABCB4	ABC BRASIL	PN	N2	21,85	21,59	22,10	21,89	22,10	1,65↑	22,10	22,12	1.332	333.800
ABEV3	AMBEV S/A	ON		11,93	11,79	11,95	11,83	11,81	-0,50↓	11,80	11,82	12.249	16.516.300
ABGD39	ABDEN GOLD	DRE		-	-	-	-	-	-	39,95	-	-	-
ABTT34	ABBOTT	DRN		-	-	-	-	-	-	43,99	45,00	-	-
ABUD34	AB INBEV	DRN		-	-	-	-	-	-	53,26	56,76	-	-
ACNB34	ACCENTURE	DRN		-	-	-	-	-	-	1.448,67	1.780,00	-	-
ACWI11	TREND ACWI	CI		11,93	11,93	12,15	12,00	11,98	0,41↑	11,94	12,05	81	24.890
ADBE34	ADOBE INC	DRN		49,53	48,71	49,53	48,85	49,15	-0,70↓	49,10	49,15	12	221
ADPR34	AUTOMATIC DT	DRN		-	-	-	-	-	-	48,29	55,00	-	-
AERI3	AERIS	ON	NM	8,93	8,42	9,00	8,59	8,43	-5,59↓	8,43	8,46	554	178.400
AESB3	AES BRASIL	ON	NM	11,12	11,11	11,20	11,17	11,19	0,08↑	11,16	11,19	3.651	4.891.100
AFLT3	AFLUENTE T	ON		7,17	7,17	7,17	7,17	7,17	-1,10↓	7,02	7,74	1	200
AGRI11	BB ETF IAGRO	CI		48,79	48,63	49,70	48,80	48,77	-0,02↓	42,75	50,30	10	190
AGRO3	BRASILAGRO	ON	NM	25,29	25,10	25,42	25,28	25,27	-0,27↓	25,27	25,36	986	136.600
AGXY3	AGROGALAXY	ON	NM	1,36	1,30	1,36	1,31	1,30	-3,70↓	1,29	1,30	454	296.900
AHEB3	SPTURIS	ON		-	-	-	-	-	-	24,95	29,00	-	-
AHEB5	SPTURIS	PNA		-	-	-	-	-	-	19,22	-	-	-
AHEB6	SPTURIS	PNB		-	-	-	-	-	-	19,50	120,00	-	-
AIGB34	AIG GROUP	DRN		-	-	-	-	-	-	331,00	-	-	-
AIRB34	AIRBNB	DRN		36,56	36,41	37,66	37,01	36,41	-1,11↓	36,40	37,34	10	38
ALLD3	ALLIED	ON	NM	6,92	6,67	6,97	6,76	6,72	-3,58↓	6,71	6,72	480	170.100
ALOS3	ALLOS	ON	NM	21,20	21,18	21,46	21,30	21,36	0,28↑	21,35	21,36	4.635	1.847.100
ALPA3	ALPARGATAS	ON	N1	10,22	10,02	10,50	10,23	10,15	-0,78↓	9,57	10,24	11	1.900
ALPA4	ALPARGATAS	PN	N1	9,74	9,74	9,94	9,86	9,94	1,53↑	9,89	9,94	3.935	1.701.400
ALPK3	ESTAPAR	ON	NM	3,67	3,62	3,68	3,64	3,64	-0,81↓	3,63	3,65	130	41.300
ALUG11	INVESTO ALUG	CI		34,71	34,49	35,15	34,69	35,14	1,61↑	34,49	35,15	95	4.330
ALUP11	ALUPAR	UNT ED	N2	29,32	29,14	29,51	29,37	29,50	0,03↑	29,40	29,53	1.913	424.100
ALUP3	ALUPAR	ON ED	N2	9,96	9,88	9,98	9,92	9,90	-0,60↓	9,86	9,98	32	3.300
ALUP4	ALUPAR	PN ED	N2	9,76	9,67	9,83	9,72	9,83	0,40↑	9,72	9,86	40	4.700
AMAR3	LOJAS MARISA	ON	NM	1,77	1,75	1,81	1,77	1,81	2,25↑	1,78	1,82	593	223.700
AMBP3	AMBIPAR	ON	NM	8,56	8,52	8,73	8,64	8,73	2,22↑	8,67	8,73	2.593	965.200
AMGN34	AMGEN	DRN ED		-	-	-	-	-	-	53,95	-	-	-
AMZO34	AMAZON	DRN		46,61	46,06	46,91	46,63	46,91	0,55↑	46,90	46,91	2.232	47.872
ANIM3	ANIMA	ON	NM	3,83	3,72	3,89	3,81	3,85	1,58↑	3,84	3,86	3.045	4.192.100
APER3	ALPER S.A.	ON		45,32	45,32	45,32	45,32	45,32	1,16↑	45,28	45,56	1	100
APTI3	ALIPERTI	ON		-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
APTI4	ALIPERTI	PN		-	-	-	-	-	-	4.000,00	-	-	-
APTV34	APTIV PLC	DRN		-	-	-	-	-	-	201,64	213,00	-	-
ARML3	ARMAC	ON	NM	10,56	10,41	10,61	10,55	10,61	1,14↑	10,52	10,61	1.575	392.500
ARMT34	ARCELOR	DRN ED		65,00	65,00	67,12	65,48	66,17	-1,12↓	66,17	70,05	4	162
ARZZ3	AREZZO CO	ON	NM	51,22	50,64	51,87	51,13	50,97	0,01↑	50,97	51,00	4.992	1.026.500
ASAI3	ASSAI	ON	NM	12,98	12,94	13,18	13,00	12,96	-0,30↓	12,96	13,00	9.120	3.789.600
ASML34	ASML HOLD	DRN		89,40	89,39	93,54	91,25	92,24	2,94↑	90,50	93,54	63	1.153
ATOM3	ATOMPAR	ON		2,15	2,10	2,15	2,10	2,10	-2,32↓	2,10	2,13	16	3.200
ATTB34	ATT INC	DRN		30,19	29,99	31,18	30,54	30,58	1,52↑	30,19	30,21	56	2.216
AURA33	AURA 360	DR3		46,98	46,36	48,55	47,74	48,55	3,34↑	48,06	48,56	5.739	149.777
AURE3	AUREN	ON	NM	12,15	12,13	12,31	12,22	12,26	0,90↑	12,25	12,26	6.030	2.875.400
AVGO34	BROADCOM INC	DRN		103,81	101,20	105,22	104,04	103,97	0,16↑	102,85	105,22	77	1.525
AVLL3	ALPHAVILLE	ON	NM	3,59	3,59	3,59	3,59	3,59	0,27↑	3,30	3,49	2	600
AXPB34	AMERICAN EXP	DRN		122,10	122,10	124,39	122,74	123,78	0,51↑	122,31	-	6	141
AZEV3	AZEVEDO	ON		1,35	1,26	1,35	1,28	1,26	-4,54↓	1,26	1,28	530	482.900
AZEV4	AZEVEDO	PN		1,25	1,19	1,27	1,21	1,19	-4,03↓	1,19	1,20	1.015	2.673.600
AZOI34	AUTOZONE INC	DRN		-	-	-	-	-	-	60,71	67,66	-	-
AZUL4	AZUL	PN	N2	10,43	9,99	10,65	10,21	10,12	-2,31↓	10,12	10,13	8.231	7.801.900
B1AM34	BROOKFIELD C	DRN		60,12	57,51	60,12	58,34	58,45	-2,58↓	39,99	-	11	117
B1AX34	BAXTER INTER	DRN		88,65	88,65	88,65	88,65	88,65	0,51↑	83,66	94,75	1	1
B1BW34	BATHBODY	DRN		-	-	-	-	-	-	59,35	80,69	-	-
B1CS34	BARCLAYS PLC	DRN		57,72	57,72	57,72	57,72	57,72	0,10↑	56,50	57,32	1	2
B1FC34	BROWN FORMAN	DRN		-	-	-	-	-	-	214,74	-	-	-
B1GN34	BEIGENE LTD	DRN		-	-	-	-	-	-	31,45	34,94	-	-
B1IL34	BILIBILI INC	DRN		14,58	14,40	14,58	14,44	14,40	-1,23↓	14,40	14,99	4	37
B1KR34	BAKER HUGHES	DRN		-	-	-	-	-	-	157,56	180,56	-	-
B1MR34	BIOMARIN PHA	DRN		-	-	-	-	-	-	-	210,00	-	-
B1NT34	BIONTECH SE	DRN		31,19	29,60	31,19	30,80	31,05	-0,48↓	30,57	31,07	23	1.931
B1PP34	BP PLC	DRN ED		47,82	47,14	48,00	47,35	47,14	-1,27↓	47,00	48,20	6	86
B1SA34	BANCO SANTAN	DRN		51,63	51,63	51,63	51,63	51,63	-0,99↓	51,63	52,61	1	2
B1SX34	BOSTON SCIEN	DRN		-	-	-	-	-	-	372,10	390,00	-	-
B1TI34	BRITISH AMER	DRN		33,09	31,58	33,09	31,94	32,53	-1,27↓	32,01	32,53	43	1.122
B1WA34	BORGWARNER I	DRN		-	-	-	-	-	-	147,00	250,00	-	-
B2AP34	CREDICORP LT	DRN ED		-	-	-	-	-	-	66,63	74,00	-	-
B2HI34	BILL HOLD	DRN		1,53	1,50	1,53	1,52	1,53	2,68↑	1,52	1,56	6	58
B2YN34	BEYOND MEAT	DRN		1,92	1,87	1,92	1,89	1,90	-0,52↓	1,87	1,94	14	1.263
B3SA3	B3	ON	NM	11,15	11,02	11,24	11,12	11,10	-0,35↓	11,09	11,10	18.085	14.412.500
BAAX39	MSCI ASIA JP	DRE		37,67	37,67	37,67	37,67	37,67	1,42↑	34,20	37,57	2	67
BABA34	ALIBABAGR	DRN		15,20	14,80	15,36	15,02	14,94	-1,45↓	14,91	14,94	400	33.368
BACW39	MSCI ACWI	DRE		55,00	55,00	57,92	56,67	57,53	-0,19↓	57,26	58,17	14	254
BAER39	US AEROSPACE	DRE		35,43	34,80	35,43	34,82	34,80	-0,76↓	34,33	35,54	22	22
BAHI3	BAHEMA	ON	MA	7,43	7,14	7,43	7,27	7,15	-6,77↓	7,13	7,15	38	12.500
BAIQ39	GX AI TECH	DRE		59,60	59,60	59,60	59,60	59,60	-0,26↓	43,99	59,87	1	5
BALM3	BAUMER	ON		-	-	-	-	-	-	9,85	12,49	-	-
BALM4	BAUMER	PN		-	-	-	-	-	-	9,71	9,99	-	-
BAUH4	EXCELSIOR	PN		77,90	77,90	77,90	77,90	77,90	-1,25↓	-	78,89	1	100
BAZA3	AMAZONIA	ON		98,00	97,50	98,48	98,05	97,61	0,62↑	96,71	98,10	13	1.800
BBAS3	BRASIL	ON	NM	27,14	27,08	27,47	27,26	27,41	1,21↑	27,40	27,42	126.287	31.265.200
BBDC3	BRADESCO	ON	N1	11,65	11,60	11,68	11,63	11,65	=	11,64	11,65	3.812	2.224.600
BBDC4	BRADESCO	PN	N1	12,95	12,90	13,03	12,95	12,93	-0,30↓	12,92	12,93	11.233	10.945.500
BBOI11	BB ETF BOI G	CI		6,80	6,80	6,89	6,84	6,86	0,88↑	6,86	6,87	53	8.112
BBOV11	BB ETF IBOV	CI		63,94	63,94	64,75	64,57	64,75	0,18↑	64,52	64,75	38	40.768
BBSD11	BB ETF SP DV	CI		106,19	106,02	106,19	106,08	106,02	-0,24↓	105,00	106,02	3	8
BBSE3	BBSEGURIDADE	ON	NM	32,69	32,52	32,95	32,76	32,86	0,52↑	32,86	32,87	8.548	3.624.900
BBUG39	GX CYBERSECT	DRE		-	-	-	-	-	-	38,99	-	-	-
BBYY34	BEST BUY	DRN		-	-	-	-	-	-	348,07	-	-	-
BCHI39	MSCI CHINA	DRE		28,98	28,81	28,98	28,82	28,81	-0,58↓	28,84	28,98	6	810
BCHQ39	GX MSCICHINA	DRE		-	-	-	-	-	-	20,00	-	-	-
BCIC11	B INDEX CICL	CI		115,35	115,35	115,37	115,36	115,37	0,18↑	111,91	115,37	2	105
BCLO39	GX CLOUD CPT	DRE		-	-	-	-	-	-	26,99	-	-	-
BCOM39	BKR COMT ROL	DRE		-	-	-	-	-	-	44,31	48,08	-	-
BCPX39	GX COPPER MN	DRE		50,87	49,74	50,87	50,76	49,74	-1,11↓	49,77	-	2	11
BCSA34	SANTANDER	DRN		26,37	25,56	27,27	26,93	26,00	-1,17↓	26,00	27,26	79	1.070
BCWV39	MSCIGLMIVOLF	DRE		-	-	-	-	-	-	53,00	60,02	-	-
BDEF11	B INDEX DEFE	CI		119,89	119,89	119,89	119,89	119,89	-0,17↓	114,00	119,89	1	100
BDOM11	INVESTO BDOM	CI		105,53	105,53	105,60	105,56	105,60	0,05↑	105,59	129,88	2	2
BDVY39	SELECT DIVID	DRE		64,17	63,54	64,17	63,99	64,17	1,26↑	57,20	68,00	5	11
BEDC39	GX TLMEDC DH	DRE		-	-	-	-	-	-	18,99	30,01	-	-
BEEF3	MINERVA	ON	NM	6,58	6,42	6,60	6,49	6,48	-1,06↓	6,47	6,48	4.634	3.692.500
BEEM39	MSCI EMGMARK	DRE		-	-	-	-	-	-	33,93	37,07	-	-
BEES3	BANESTES	ON		9,06	9,00	9,06	9,02	9,03	-0,11↓	9,00	9,01	47	7.700
BEES4	BANESTES	PN		9,75	9,63	9,75	9,66	9,70	0,31↑	9,63	9,72	16	3.600
BEFA39	MSCI EAFE	DRE		-	-	-	-	-	-	51,00	-	-	-
BEFG39	MSCIEAFEGROW	DRE		-	-	-	-	-	-	41,99	60,02	-	-
BEFV39	MSCIEAFEVALU	DRE		-	-	-	-	-	-	47,70	50,02	-	-
BEGD39	TRTMSCI EAFE	DRE		51,00	51,00	51,00	51,00	51,00	-2,20↓	-	57,65	1	10
BEGE39	INC ESG AWAR	DRE		-	-	-	-	-	-	-	59,99	-	-
BEGU39	TRUSTMSCI US	DRE		-	-	-	-	-	-	59,73	-	-	-
BERK34	BERKSHIRE	DRN		105,34	105,34	106,37	105,95	106,28	1,10↑	106,28	106,36	443	9.851
BEWA39	MSCIAUSTRALI	DRE		-	-	-	-	-	-	39,04	43,59	-	-
BEWC39	MSCI CANADA	DRE		-	-	-	-	-	-	45,30	51,01	-	-
BEWG39	MSCI GERMANY	DRE		-	-	-	-	-	-	55,24	57,60	-	-
BEWH39	MSCIHONGKONG	DRE		29,76	29,24	29,76	29,50	29,24	-3,53↓	25,20	-	3	6
BEWJ39	MSCI JAPAN	DRE		43,94	43,94	43,94	43,94	43,94	-0,29↓	44,47	45,00	3	23
BEWL39	MSCI SWITZER	DRE		-	-	-	-	-	-	42,90	-	-	-
BEWQ39	MSCI FRANCE	DRE		-	-	-	-	-	-	48,65	54,70	-	-
BEWT39	MSCI TAIWAN	DRE		-	-	-	-	-	-	44,26	-	-	-
BEWU39	MSCI UK	DRE		62,52	62,52	62,52	62,52	62,52	-	62,50	63,43	1	23
BEWY39	MSCISOUTHKOR	DRE		40,97	40,97	40,97	40,97	40,97	-0,99↓	31,99	50,02	2	3
BEZU39	MSCIEUROZONE	DRE		-	-	-	-	-	-	50,98	70,03	-	-
BFAV39	MSCIMINVOL F	DRE		-	-	-	-	-	-	36,99	50,02	-	-
BGIP3	BANESE	ON		24,00	24,00	24,00	24,00	24,00	=	22,93	23,61	1	100
BGIP4	BANESE	PN		22,89	22,89	22,89	22,89	22,89	-0,21↓	22,13	22,89	1	100
BGNO39	GX GENOMBIOT	DRE		-	-	-	-	-	-	21,99	-	-	-
BGOV39	BKR US TREAS	DRE		39,00	39,00	39,00	39,00	39,00	1,29↑	38,06	39,00	3	601
BGRT39	GLOBAL REIT	DRE		44,00	39,59	44,00	41,32	39,74	1,19↑	38,60	39,45	7	13
BGWH39	COREDIVGROWT	DRE		-	-	-	-	-	-	59,00	-	-	-
BHEF39	CURHEDGEMSCI	DRE		-	-	-	-	-	-	35,99	-	-	-
BHEZ39	BKR CH EUROZ	DRE		-	-	-	-	-	-	60,55	-	-	-
BHYG39	BKR IBOXX HY	DRE		49,28	47,30	49,28	48,09	48,26	-2,93↓	48,40	49,28	53	777
BIAU39	GOLD TRUST	DRE		57,56	57,16	57,56	57,36	57,52	0,62↑	57,52	60,00	89	688
BIBB39	ICE BIOTECH	DRE		-	-	-	-	-	-	43,00	48,46	-	-
BIDN39	BKR GENO IMM	DRE		-	-	-	-	-	-	49,98	70,02	-	-
BIDR39	BKR SELFDRIV	DRE		-	-	-	-	-	-	44,98	60,02	-	-
BIDU34	BAIDU INC	DRN		37,54	37,30	38,00	37,66	38,00	2,06↑	37,34	38,00	14	665
BIEF39	COREMSCIEAFE	DRE		-	-	-	-	-	-	47,00	49,50	-	-
BIEI39	BKR 3 7 YRTR	DRE		-	-	-	-	-	-	48,87	-	-	-
BIEM39	COREMSCI EMK	DRE		46,90	46,45	48,60	47,61	46,93	1,07↑	44,20	47,00	11	622
BIEU39	COREMSCI EUR	DRE		51,22	51,22	51,22	51,22	51,22	-1,02↓	50,50	51,70	2	3
BIEV39	EUROPE ETF	DRE		59,05	59,05	59,05	59,05	59,05	-	59,15	60,00	2	39
BIFR39	BKR US INFRA	DRE		-	-	-	-	-	-	62,98	-	-	-
BIGF39	GLOBAL INFRA	DRE		-	-	-	-	-	-	56,92	-	-	-
BIHA39	BKR CYBTECH	DRE		-	-	-	-	-	-	64,98	-	-	-
BIHI39	USMEDICDEVIC	DRE		-	-	-	-	-	-	7,10	9,00	-	-
BIIB34	BIOGEN	DRN		-	-	-	-	-	-	179,33	213,11	-	-
BIJH39	CORE MIDCAP	DRE		15,00	15,00	15,33	15,16	15,32	0,26↑	15,32	18,01	4	286
BIJR39	CORESMALLCAP	DRE		-	-	-	-	-	-	70,14	72,50	-	-
BIJS39	BKR SPSM600V	DRE		-	-	-	-	-	-	63,00	-	-	-
BILB34	BILBAOVIZ	DRN		-	-	-	-	-	-	39,48	60,00	-	-
BIOM3	BIOMM	ON	MA	13,50	12,67	13,89	13,35	13,89	5,94↑	13,49	13,89	472	69.600
BIRB39	BKR ROBT AIM	DRE		-	-	-	-	-	-	78,54	-	-	-
BITO39	CORE SP TOTA	DRE		60,50	60,50	60,70	60,50	60,70	0,98↑	54,46	-	4	213
BIVB39	CORE SP 500	DRE		70,19	68,64	70,20	69,12	69,00	0,17↑	68,47	69,00	51	619
BIVE39	SP500 VALUE	DRE		66,00	62,82	66,00	64,37	63,88	1,15↑	62,50	70,03	13	249
BIVW39	SP500GROWTH	DRE		56,22	56,22	56,22	56,22	56,22	-1,36↓	53,82	57,00	2	5
BIWF39	RUSSEL1000GR	DRE		-	-	-	-	-	-	58,98	-	-	-
BIWM39	RUSSELL 2000	DRE		52,67	52,67	52,67	52,67	52,67	=	52,64	55,00	1	20
BIXC39	BKR GLB ENER	DRE		-	-	-	-	-	-	54,00	60,03	-	-
BIXG39	BKR GL FIN	DRE		-	-	-	-	-	-	38,99	-	-	-
BIXJ39	GLOBALHEALTH	DRE		-	-	-	-	-	-	58,00	62,15	-	-
BIXN39	GLOBAL TECH	DRE		13,33	13,33	13,33	13,33	13,33	0,52↑	12,85	-	1	70
BIYE39	BKR US ENER	DRE		82,16	82,16	82,39	82,22	82,28	-0,08↓	82,16	86,00	6	332
BIYF39	US FINANCIAL	DRE		32,31	32,31	33,15	32,53	32,59	-1,15↓	27,99	33,15	4	56
BIYG39	USFINANCSERV	DRE		-	-	-	-	-	-	13,00	18,01	-	-
BIYT39	BKR 7 10 YRT	DRE		50,00	50,00	50,00	50,00	50,00	4,05↑	47,51	50,00	1	2
BIYW39	US TECHNOLOG	DRE		20,50	20,50	21,06	21,03	21,06	0,76↑	21,06	21,07	4	556
BJQU39	JP QLT FACT	DRE		-	-	-	-	-	-	39,90	-	-	-
BKNG34	BOOKING	DRN		113,31	106,54	113,31	110,56	106,54	-4,76↓	99,98	113,12	14	640
BKSA39	BKR SAUDARAB	DRE		-	-	-	-	-	-	-	60,00	-	-
BLAK34	BLACKROCK	DRN		61,99	58,00	64,00	60,48	60,78	-1,45↓	60,17	61,16	366	4.415
BLAU3	BLAU	ON	NM	10,50	10,30	10,55	10,41	10,52	0,47↑	10,48	10,52	483	99.600
BLBT39	GX LITHIUM B	DRE		28,37	28,37	28,37	28,37	28,37	-0,56↓	28,02	28,37	2	122
BLQD39	BKR IBOX IGC	DRE		54,50	51,20	54,50	53,56	54,21	-1,81↓	54,21	55,00	171	1.895
BMEB3	MERCANTIL	ON	N1	24,50	24,50	24,50	24,50	24,50	=	24,50	25,98	3	1.400
BMEB4	MERCANTIL	PN	N1	26,99	26,73	27,00	26,89	26,90	0,78↑	26,80	26,90	15	2.400
BMGB4	BANCO BMG	PN	N1	3,30	3,28	3,37	3,32	3,36	1,81↑	3,35	3,36	457	368.000
BMIN3	MERC INVEST	ON		-	-	-	-	-	-	19,50	25,00	-	-
BMIN4	MERC INVEST	PN		16,00	15,60	16,00	15,71	15,60	-3,70↓	15,60	16,10	2	700
BMKS3	BIC MONARK	ON		356,02	356,01	356,02	356,01	356,01	=	353,07	361,99	3	3
BMMT11	B INDEX MOME	CI		110,43	110,43	110,80	110,79	110,80	0,37↑	105,00	110,80	2	101
BMOB3	BEMOBI TECH	ON	NM	12,95	12,95	13,07	13,02	13,03	-0,15↓	12,99	13,07	741	200.900
BMTU39	MSCIUSAMOM F	DRE		-	-	-	-	-	-	48,75	64,89	-	-
BMYB34	BRISTOLMYERS	DRN		213,70	213,70	213,70	213,70	213,70	-	209,18	415,00	1	2
BNBR3	NORD BRASIL	ON		115,00	115,00	116,50	115,75	116,50	2,19↑	111,50	116,50	2	200
BNDA39	MSCI INDIA	DRE		70,00	70,00	70,62	70,34	70,54	1,14↑	70,00	70,54	12	135
BOAC34	BANK AMERICA	DRN		51,37	48,10	51,45	50,59	50,80	-0,89↓	50,80	51,02	170	6.040
BOBR3	BOMBRIL	ON		-	-	-	-	-	-	0,01	-	-	-
BOBR4	BOMBRIL	PN		2,16	2,10	2,16	2,11	2,11	-2,31↓	2,11	2,15	17	6.100
BOEF39	BKR SP100	DRE		-	-	-	-	-	-	61,00	-	-	-
BOEI34	BOEING	DRN		909,58	891,68	909,58	900,63	891,68	-1,96↓	868,00	909,58	2	2
BONY34	BNY MELLON	DRN		307,20	307,20	307,20	307,20	307,20	=	287,50	307,20	1	20
BOTZ39	GX ROBOTC AI	DRE		-	-	-	-	-	-	39,98	41,39	-	-
BOVA11	ISHARES BOVA	CI		120,87	120,45	120,94	120,73	120,87	0,19↑	120,86	120,87	53.913	2.196.404
BOVB11	ETF BRA IBOV	CI		126,03	125,98	126,23	126,21	126,23	0,15↑	100,00	126,23	17	5.433
BOVS11	SAFRAETFIBOV	CI		95,85	95,54	95,93	95,77	95,85	0,14↑	-	95,85	453	556
BOVV11	IT NOW IBOV	CI		126,80	126,32	126,80	126,54	126,70	0,11↑	126,70	126,85	18.894	1.919.854
BOVX11	TREND IBOVX	CI		12,65	12,56	12,65	12,58	12,59	=	12,59	12,61	1.285	45.316
BOXP34	BOSTON PROP	DRN		-	-	-	-	-	-	29,99	37,76	-	-
BPAC11	BTGP BANCO	UNT	N2	32,45	31,83	32,48	32,03	32,23	0,40↑	32,21	32,25	12.132	5.564.900
BPAC3	BTGP BANCO	ON	N2	16,30	16,07	16,30	16,16	16,25	0,61↑	16,05	16,25	20	2.000
BPAC5	BTGP BANCO	PNA	N2	7,98	7,84	8,00	7,93	7,84	-0,38↓	7,84	7,85	33	6.200
BPAN4	BANCO PAN	PN	N1	9,24	9,19	9,35	9,28	9,32	0,32↑	9,29	9,32	2.630	920.200
BPAR3	BANPARA	ON		-	-	-	-	-	-	175,00	300,00	-	-
BPIC39	BKR GBMM PRD	DRE		-	-	-	-	-	-	-	62,00	-	-
BPVE39	GX INFRA DEV	DRE		-	-	-	-	-	-	46,98	-	-	-
BQQW39	FT NASD100EQ	DRE		-	-	-	-	-	-	59,52	65,00	-	-
BQTC39	FT NASD100TC	DRE		67,00	67,00	67,00	67,00	67,00	1,07↑	60,50	-	1	10
BQUA39	MSCIUSQUAL F	DRE		-	-	-	-	-	-	55,00	60,02	-	-
BQYL39	GX NASDAQ100	DRE ED		-	-	-	-	-	-	29,64	31,00	-	-
BRAP3	BRADESPAR	ON	N1	19,37	19,11	19,37	19,28	19,35	-0,10↓	19,35	19,38	173	37.100
BRAP4	BRADESPAR	PN	N1	20,03	19,95	20,16	20,05	20,14	0,70↑	20,10	20,14	4.259	1.622.500
BRAX11	ISHARES BRAX	CI		104,31	103,48	104,31	103,70	103,81	-0,01↓	103,69	108,57	51	1.848
BRBI11	BR PARTNERS	UNT	N2	14,75	14,29	14,75	14,46	14,29	-3,11↓	14,29	14,48	756	165.900
BREW11	B INDEX BREW	CI		116,17	116,17	116,73	116,40	116,68	0,06↑	113,41	116,68	976	1.506
BRFS3	BRF SA	ON	NM	19,05	19,03	19,45	19,34	19,33	1,31↑	19,32	19,41	10.884	4.450.400
BRGE11	ALFA CONSORC	PNE		-	-	-	-	-	-	10,00	-	-	-
BRGE3	ALFA CONSORC	ON		-	-	-	-	-	-	-	18,00	-	-
BRGE5	ALFA CONSORC	PNA		-	-	-	-	-	-	12,01	-	-	-
BRGE6	ALFA CONSORC	PNB		-	-	-	-	-	-	12,00	13,49	-	-
BRIT3	BRISANET	ON	NM	4,00	3,95	4,03	3,97	3,95	-1,25↓	3,94	3,95	623	286.300
BRIV3	ALFA INVEST	ON		-	-	-	-	-	-	12,21	14,00	-	-
BRIV4	ALFA INVEST	PN		-	-	-	-	-	-	12,20	12,99	-	-
BRKM3	BRASKEM	ON	N1	19,04	19,04	19,25	19,17	19,20	0,94↑	19,06	19,20	5	600
BRKM5	BRASKEM	PNA	N1	19,23	19,09	19,57	19,23	19,15	-0,26↓	19,15	19,18	2.369	777.000
BRKM6	BRASKEM	PNB	N1	-	-	-	-	-	-	14,00	15,29	-	-
BRSR3	BANRISUL	ON	N1	12,00	11,61	12,00	11,70	11,61	-1,44↓	11,61	11,67	41	7.300
BRSR5	BANRISUL	PNA	N1	-	-	-	-	-	-	14,50	19,86	-	-
BRSR6	BANRISUL	PNB	N1	11,16	11,16	11,33	11,26	11,29	1,16↑	11,24	11,30	2.030	770.500
BSCZ39	BKR MS EAFE	DRE		-	-	-	-	-	-	32,99	-	-	-
BSDV39	GX SUPERDIVD	DRE		-	-	-	-	-	-	58,00	-	-	-
BSHV39	BKR SHORT TR	DRE		57,90	57,90	58,00	57,94	58,00	1,82↑	57,18	58,00	4	593
BSHY39	BKR 1 3 YRTR	DRE		-	-	-	-	-	-	51,50	56,84	-	-
BSIL39	GX SILVER MN	DRE		-	-	-	-	-	-	25,00	-	-	-
BSIZ39	MSCIUSASIZF	DRE		-	-	-	-	-	-	37,99	50,02	-	-
BSLI3	BRB BANCO	ON EX		10,25	10,00	10,25	10,02	10,00	-2,43↓	9,90	10,87	11	3.900
BSLI4	BRB BANCO	PN EX		11,59	10,01	11,59	10,35	10,01	-13,63↓	10,01	10,99	10	1.200
BSLV39	SILVER TRUST	DRE		47,00	47,00	50,04	49,06	50,03	4,77↑	50,00	50,03	97	2.850
BSNS39	GX INTERTHGS	DRE		-	-	-	-	-	-	34,99	-	-	-
BSOC39	GX SOCIAL MD	DRE		-	-	-	-	-	-	24,00	-	-	-
BSOX39	BKR SEMICOND	DRE		30,87	30,87	31,34	30,97	31,20	1,06↑	31,12	31,20	6	37
BSRE39	GX SUDIVREIT	DRE		-	-	-	-	-	-	80,00	-	-	-



VARIEDADES

variedades@diariodocomercio.com.br

Luto na FJP e BDMG

Faleceu ontem um dos responsáveis por criar a Fundação João Pinheiro (FJP), Hindemburgo Chateaubriand Pereira Diniz, que ocupou a presidência da entidade de 4 de setembro de 1970 a 15 de março de 1971, e no período 2 de julho de 1985 a 7 de fevereiro de 1986. Diniz nasceu em Campina Grande, Paraíba, em 16 de maio de 1932, formou-se em Direito em 1954 na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e também foi presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) entre 1967 e 1970. A trajetória de Hindemburgo merece destaque por diversas contribuições à administração pública. O velório será hoje (29), das 10 às 14h, na Academia Mineira de Letras, na rua da Bahia, 1.466 – Centro. Ele será cremado no Parque Renascer, às 15h30, em Contagem.

DIVULGAÇÃO / RAPHA GARCIA



Academia da Orquestra Ouro Preto

Um clássico do repertório operístico mundial, "Bastião e Bastiana", de Wolfgang Amadeus Mozart, ganha as cores da Academia Jovem Orquestra Ouro Preto. A montagem, que será apresentada neste sábado (1º de junho), às 20h, no Sesc Palladium, é uma ótima oportunidade para os amantes da música se deleitarem com a genialidade do compositor austríaco, interpretado por vibrantes talentos da nova geração, acompanhados de grandes nomes do canto lírico nacional. O espetáculo conta com a participação da premiada soprano Marilia Vargas, no papel de Bastiana, do tenor Jabez Lima, encenando Bastião, e o baixo-barítono Fúlvio Souza, como o mago Colas. A experiência e o talento desses artistas se unem ao frescor e à energia da Academia Jovem, criando uma sinergia impactante. A Academia Orquestra Ouro Preto é um dos braços do núcleo educacional da Orquestra Ouro Preto e tem o objetivo de formar e preparar jovens entre 18 e 28 anos para o mercado de trabalho da música de concerto. Os ingressos custam R$25 e R$50 pelo *www.sympla.com.br* e na bilheteria do teatro.

"A forma como variável"

A Casa Fiat de Cultura (no Circuito Liberdade) inaugura a exposição "A forma como variável", que traz uma proposta interessante para o público. São 340 obras em pequenos formatos, de diversas texturas e cores, construídas para a interação sensorial de todos os públicos, a partir da pesquisa da artista sobre acessibilidade cultural. As obras são produzidas por meio da utilização de cores reaproveitadas de embalagens de diversos produtos, impressas sobre papeis de gramaturas altas. Algumas obras poderão ser tocadas, enquanto outras apresentarão experiências olfativas (uma obra tem glicerina) e sonoras (uma das obras terá sementes no interior, que produzem barulho com o movimento). Mais do que um recurso, a acessibilidade é um conceito evidenciado na expografia, que também contará com legendas em fonte ampliada e braille e um vídeo em Libras. A exposição fica em cartaz até 14 de julho com entrada gratuita.

DIVULGAÇÃO / MÁRCIO MARTIN



Evento Bonsai 2024

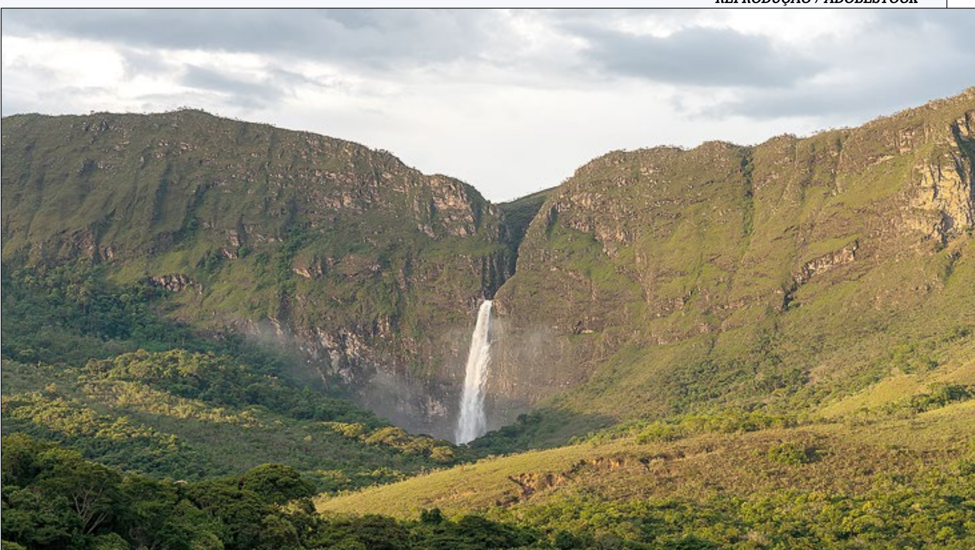
Apreciadores e cultivadores de bonsais podem se preparar para uma experiência imersiva durante a segunda edição do Evento Bonsai, que acontecerá desta quinta-feira (30) a domingo (2/6), no Thermas Internacional de Minas Gerais, em Esmeraldas. O evento é dedicado a todos os entusiastas e cultivadores de bonsais, desde iniciantes até especialistas experientes, que desejam aprimorar suas habilidades e compartilhar sua paixão pelas incríveis "árvores em bandeja". A programação dos quatro dias conta com atrações internacionais, demonstrações, *workshops* e concursos. A participação no Evento Bonsai 2024 é aberta ao público em geral, mediante a compra de ingressos pelo *Sympla*. Além das demonstrações e *workshops*, os participantes também poderão explorar a 2ª Exposição do Evento Bonsai, que terá uma grande variedade de plantas.

REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK



Serra da Canastra a caminho de ser nova rota turística

REPRODUÇÃO / ADOBESTOCK



Unir o queijo, o café e as belezas naturais da Serra da Canastra para fomentar o turismo na região e desenvolvimento econômico do território. Essa é a estratégia do projeto para a criação da nova rota mineira com foco no turismo gastronômico, de aventura e experiência. A iniciativa, apoiada por produtores rurais, Sebrae Minas e governo de Minas, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo (Secult), começou a ser desenhada. Já houve uma reunião em São Roque de Minas, no Sudoeste do Estado, entre lideranças regionais e representantes das instituições parceiras.

O projeto da Rota Turística da Serra da Canastra está sendo construído a partir dos atrativos e experiências das cidades que fazem parte da Região da Canastra: São Roque de Minas, Bambuí, Delfinópolis, Medeiros, Piumhi, Tapiraí e Vargem Bonita. A iniciativa vai beneficiar diretamente pequenos negócios da cadeia produtiva associada ao turismo, bem como produtores rurais, comunidades locais, sociedade civil organizada, além dos turistas.

"A criação da rota turística vai valorizar ainda mais a região da Canastra, fortalecendo nosso território e promovendo nossos produtos. Além disso, o aumento do fluxo de turistas vai garantir a sustentabilidade dos pequenos negócios locais e estimular a geração de emprego e renda para a população das cidades envolvidas", explica o presidente da Associação dos Produtores de Queijo Canastra (Aprocan), João Carlos Leite.

Durante o encontro, realizado no último dia 20, foram traçados objetivos, metas e ações para a estruturação da nova rota turística. Os trabalhos deverão ter início no próximo mês de julho. O Sebrae Minas contratou uma consultoria que vai mapear empreendimentos e atrativos localizados ao longo do percurso.

> *O projeto da Rota Turística da Serra da Canastra está sendo construído pelo governo de Minas, Sebrae e também produtores rurais; objetivo é fomentar turismo gastronômico e pequenos negócios da região*

Negócios locais - Também estão previstas a realização de capacitações para pequenos negócios locais, entre elas: palestras, workshops e oficinas para melhoria da gestão, boas práticas em atendimento e criação de novos produtos turísticos. Haverá ainda iniciativas voltadas para a criação de uma rede integrada de empreendedores de toda a cadeia produtiva associada ao turismo, como: hotéis, fazendas, produtores de queijo e café, restaurantes, artesãos, empórios e o comércio local.

"Será uma rota diferenciada que vai unir dois ícones da nossa mineiridade - o queijo e o café -, e ainda proporcionar aos visitantes experiências únicas, como conhecer uma trilha em meio a natureza até a nascente do Rio São Francisco", afirma a analista do Sebrae Minas Carolina Alvim.

A previsão é que o lançamento da Rota Turística da Serra da Canastra aconteça até o fim deste ano.

A Serra da Canastra - Localizada entre o Oeste e Sul de Minas Gerais, a Serra da Canastra está rodeada de quilômetros de paisagens naturais típicas do Cerrado brasileiro. A região já conhecida pela qualidade do Queijo Minas Artesanal - iguaria que recebeu, em 2012, a chancela de Indicação Geográfica (IG) na modalidade de Indicação de Procedência (IP) -, também se destaca pela produção de cafés especiais.

No ano passado, a Associação dos Cafeicultores da Canastra e o Sebrae Minas lançaram a marca território "Café da Canastra", uma estratégia de promoção e posicionamento do produto no mercado para fortalecer a união dos produtores e a identidade do território.

No mesmo ano, a Região da Canastra foi a sexta no Estado a receber a IG na produção de café. O registro obtido na modalidade Denominação de Origem (DO), a mesma já adquirida pelas regiões Mantiqueira de Minas (em 2020) e Cerrado Mineiro (em 2013).

Jota Quest promete estremecer Esplanada do Mineirão

DIVULGAÇÃO / PERFEXX ASSESSORIA



Celebrando quase três décadas de carreira musical, a banda mineira Jota Quest vem escrevendo nos últimos meses mais um importante capítulo de sua biografia. Percorrendo o País desde o fim da pandemia de Covid-19, o quinteto vem protagonizando a maior turnê de sua história a partir de um espetáculo retro futurista criado especialmente para comemorar com os fãs, seus 25 anos de caminhada de sucesso.

Rebatizada "JOTA25 ARENAS", devido ao enorme sucesso da primeira temporada, nova turnê cresceu em público e estrutura, e chega finalmente à terra natal do grupo no próximo dia 8 de junho (sábado), quando promete estremecer a Esplanada do Mineirão com uma experiência audiovisual inédita e explosiva de memórias e emoções.

Com mesma formação desde os tempos das festas universitárias e dos galpões da avenida dos Andradas, na capital mineira, o "casamento" inabalável de Rogério Flausino (vocal), Marco Túlio (guitarra), PJ (baixo), Márcio Buzelin (teclado) e Paulinho Fonseca (bateria) se mantém fiel à sua essência sonora e poética, mostrando também, como poucos de sua geração, que ainda é capaz de alçar novos horizontes em uma nova explosão de criatividade e energia.

"A gente está muito feliz e emocionado com tudo que está rolando. Mais até do que celebrarmos os 25 anos do lançamento do nosso 1º disco, "J.Quest" (1996), esta turnê é a celebração da vida, da nossa amizade, da vitória de nosso amor pela música e por nossos queridos fãs. Tanta coisa poderia ter acontecido nessa longa estrada da vida e não estarmos aqui pra saborear tudo isso. E agora, chegou a hora de viver essa emoção 'em casa'. Vai ser bom demais da conta!", comemora, Rogério Flausino.

Com produção de alta qualidade, efeitos visuais de última geração e repertório abrangente, passeando entre os hits clássicos e as novidades do recém-lançado álbum "De Volta Ao Novo", a "JOTA25 ARENAS" em BH tem tudo para surpreender e emocionar o público na Esplanada do Mineirão.

Após mais de 150 apresentações desde sua estreia em julho de 2022, a "JOTA25" já foi assistida por mais de 700 mil espectadores em todo o País, incluindo show de gravação do DVD "JOTA25 BEIRA RIO", realizado em Porto Alegre, para mais de 30 mil pessoas, com transmissão ao vivo pelo canal Multishow.

Os ingressos estão sendo vendidos pelo site *https://www.ticket360.com.br*

www.facebook.com/DiariodoComercio
www.twitter.com/diario_comercio
variedades@diariodocomercio.com.br
Telefone: (31) 3469-2067